

IDENTIDADE \_\_\_\_\_

FILIAÇÃO-PAI TEOTÔNIO MAGALHÃES JUNIOR

MÃE CARLOTA SILVEIRA HORTA MAGALHÃES

IDADE 7 Out. 1922 ESTADO CIVIL \_\_\_\_\_

PROFISSÃO Médico POSTO OU GRAD. \_\_\_\_\_

FUNÇÃO \_\_\_\_\_

NACIONALIDADE Bras. NATURAL DE SERRO/MG

LÊ \_\_\_\_\_ ESCREVE \_\_\_\_\_ CERT. RESERVISTA \_\_\_\_\_

TÍTULO ELEITOR \_\_\_\_\_ LOCAL TRABALHO \_\_\_\_\_

ESTUDANTE \_\_\_\_\_ ESCOLA \_\_\_\_\_

NÍVEL Superior

RESIDÊNCIA Rua Pres Corações, 8 - BELO HORIZONTE/MG

OUTROS DADOS Deputado Federal p/MDB/MG



NOME JOSÉ MARIA MAGALHÃES

**HISTÓRICO**

- Através o D.O. nº 12, de 17 Jan 69, teve cassado seu mandato eletivo com base no Ato Institucional nº 5, de 13 Dez 68.

CIC



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

FICHA INDIVIDUAL



1. Nº 031	2. DATA: 30/12/68
3. NOME: JOSÉ MARIA MAGALHÃES	
4. FILIAÇÃO: TEOTÔNIO MAGALHÃES JUNIOR CARLOTA SILVEIRA HORTA MAGALHÃES	
5. DATA DE NASCIMENTO: 07 de outubro de 1922	
6. NACIONALIDADE: Brasileira	
7. NATURALIDADE: SERRO - MINAS GERAIS	
8. PROFISSÃO: MÉDICO - DEPUTADO ESTADUAL	
9. ESTADO CIVIL:	
10. INSTRUÇÃO: SUPERIOR	
11. RESIDÊNCIA: Rua Três Corações 8 - BELO HORIZONTE e BRASÍLIA.	

Ficha Individual de JOSÉ MARIA MAGALHÃES - (Cont.)

12 - EXTRATO DO PRONTUÁRIO

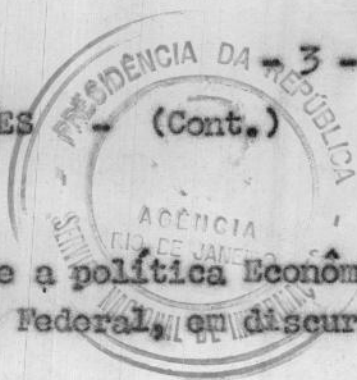
- Deputado Estadual (ex-UDN)
- Apoiou a Revolução.
- Rompeu com o sistema revolucionário, acompanhando CARLOS LACERDA, seu líder.
- Ingressou no MDB.
- Exerce forte liderança política em BH e entre os Deputados Federais mineiros na Câmara.
- Critica freqüente e violentamente, o Governo, em particular por sua política econômico-financeira.
- Integrado no movimento da FRENTE AMPLA, do qual é um dos principais articuladores, em MINAS GERAIS.
- Mantém estreitas ligações com CL e JK.
- Apóia a causa estudantil, sendo um dos políticos mais atuantes em sua defesa - sua ação, neste campo, teve destaque no XXVIII Congresso da UME.
- Apóia a ação de D. HELDER CÂMARA no Nordeste.
- Manifestou-se contra a Lei de Segurança Nacional.

13 - HISTÓRICO DAS ATIVIDADES

- 1948 - Diplomou-se pela Faculdade de Medicina da UFBH.
- 1958 - Eleito Vereador, em BH, pela UDN.
- 1962 - Eleito Deputado Estadual pela UDN.
- 1965 - NOV - Eleito Deputado Federal.
- DEZ - Decidiu entrar para o MDB.
- 1966 - MAR - Apoiou a tese de que "é preferível a renúncia coletiva dos Deputados Federais à aceitação / passiva de novas cassações".
- Em discurso, na Câmara, atacou violentamente o Governo e deu apoio aos estudantes.

## Ficha Individual de JOSÉ MARIA MAGALHÃES

(Cont.)



- ABR - Criticou violentamente a política Econômico-Financeira do Governo Federal, em discurso / na AL/BH.
- JUN - Em discurso, na Câmara, criticou o Presidente CB, como o maior obstáculo à volta do País à normalidade.
- DEZ - Como líder do MDB/AL-BH, criticou e lamentou a eleição do Presidente CS.
- 1967 - JAN - Destacou-se, no XXVIII Congresso da UME, como um dos políticos mais atuantes em prol da causa estudantil.
- ABR - Criticou medidas Políticas e administrativas do Governo CB.
- JUL - Criticou a Reforma Cambial.
- Considerou o confinamento de HÉLIO FERNANDES como inconstitucional e arbitrário.
  - Liderou o movimento contrário à convocação / do ex-Presidente CB, para depor na CPI do dólar, na Câmara.
- DEZ - Iniciou contactos, em BH, para lançamento da FRENTE AMPLA (FA) no Estado.
- Acusou o Governo de fomentar crises para implantar uma ditadura de direita.
- 1968 - JAN - Criticou o Governo CS.
- FEV - Foi considerado, pela bancada da imprensa da Câmara como um dos melhores Deputados que / atuaram na CD em 1967.
- Encontrou-se com JK para constituição de um núcleo da FRENTE AMPLA em BH.
  - Encontrou-se várias vezes com JK e CL, para tratar sobre a FA.
- MAR - Muito ativo na organização da FA em MG. Promoveu encontros e discursos em concentrações políticas.
- É contrário à proposta de pacificação proposta pelo Ministro MAGALHÃES PINTO.



## Ficha Individual de JOSÉ MARIA MAGALHÃES - (Cont.)

- ABR - Verberou, na Câmara, contra a repressão policial aos estudantes.
- Criticou o Governo quanto às medidas que tomou sobre as crises estudantis.
- JUL - Declarou-se em luta pelo restabelecimento / das eleições diretas.
- Entrou em entendimento com estudantes e dirigentes sindicais, em BH, a fim de dar-lhes apoio, em face dos últimos acontecimentos havidos em BH.
- SET - Subscreeveu documento apoiando a ação apostolizar de D. HELDER CÂMARA no Nordeste.

JOSE MARIA MAGALHAES

MDB - MG

O SR. JOSÉ-MARIA MAGALHÃES  
Sr. Presidente, Srs. Deputados, a  
paciência tem limites. O humanismo.

CONGRESSISTA: José M. Magalhães  
CÂMARA  
SENADO  
PROJETO Nº  
Nº  
DC de 29 / 9 / 67 / CD-27-CA Pg 8  
DO Nº / de / / (sup.)

*Política salarial*

e o solidarismo cristão não podem ser apenas figura de retórica ou a metafísica natural da inteligência humana. Torna-se necessária a aplicação dos seus princípios, sob seus diversos aspectos e principalmente no que se refere à política salarial do Governo. Não é mais possível que o Governo atual adie a solução angustiante do problema do reajuste salarial em nosso País, principalmente no que diz respeito ao salário-mínimo.

Lembráramos aqui a frase de Abbé. Pierre:

"Aos felizes eu queria dizer, antes que seja tarde demais: acordem. Acordemos, pois na verdade vamos ser julgados e condenados por essa miséria tão desprezada".

Desnecessário, Senhor Presidente, Senhores Deputados, se torna desejar, nesta oportunidade, as dificuldades que enfrenta o trabalhador brasileiro diante da conjuntura atual, pois o salário vigente, denominado pelo Governo "salário real médio", sofisma bem urdido pelo Sr. ex-Ministro Roberto Campos, nada mais é do que salário de fome. Aliás, o próprio Presidente da República, Sr. Costa e Silva, reconheceu essa injustiça que se pratica conservando os atuais níveis de salário no País, quando afirmou S. Exa.:

"Houve queda dos níveis de salários reais no País". (Diretrizes do Plano de Governo, 23 de junho de 1967.)

O Senhor Ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho, iniciou sua gestão cantando bem e bonito, mas parece que a essa altura já desafinou-se, ou então S. Exa. está na muda.

Certo é que o operário brasileiro não pode viver nesta expectativa e diante, quando vê a sua família sem condições de alimentar-se, sem condições de vestir-se e sem condições, sobretudo, de tratar-se na emergência de uma doença. Não podem mais os trabalhadores brasileiros suportar esse "arrêcho salarial" que lhes é imposto e que está consubstanciado nas leis sobre salários existentes no País. Não pode o trabalhador brasileiro ser a única vítima desse pretendido combate à inflação, combate que não se faz, combate que não surte resultado, e que apenas deixa a marca de uma chicotada, deixa a cicatriz nos ombros do trabalhador brasileiro.

O Sr. Raul Brunini — Nobre Deputado José-Maria Magalhães, o que nos chama a atenção e nos deixa perplexos, não é propriamente a negativa do Governo em rever o salário dos trabalhadores, é a forma com que ele encara esse problema. Ele não o admite. Na última entrevista coletiva, respondeu com um "não", e não admitiu mais conversa, e estamos entendidos... É esta insensibilidade que está chocando a opinião pública do País.

O SR. JOSÉ MARIA MAGALHÃES — V. Exa., nobre Deputado Raul Brunini, tem inteira razão. Por isso iniciei o meu discurso trazendo aqueles conceitos de humanismo e de solidarismo cristãos. E é esta sensibilidade que falta a este Governo que recebeu a herança de uma pretendida revolução para renovação, usurpada pelo seu antecessor e que brasileiro em cada dia que passa.

Com muita satisfação, ouço o nobre Deputado Osmar de Aquino.

O Sr. Osmar de Aquino — Segundo dados técnicos de sindicatos operários, o índice do salário real desceu a um nível inferior ao de 1953. Eu desejaria fazer uma observação à margem do brilhante discurso de Vossa Excelência.

O SR. JOSÉ MARIA MAGALHÃES — Bondade de V. Exa.

O Sr. Osmar de Aquino — E que não é o trabalhador brasileiro a única vítima da política salarial. Também a indústria nacional é.

O SR. JOSÉ MARIA MAGALHÃES — Vou entrar nesse ângulo do problema.

O Sr. Osmar de Aquino — Sabe V. Exa., como estudioso dos problemas econômicos, que esse problema entende diretamente com o mercado consumidor interno, e, em verdade, todo o contexto da política econômica e financeira do Governo, desde a política de crédito até a política salarial, tem como único objetivo o estrangulamento do empresariado nacional em favor das empresas estrangeiras, a fim de que se satisfaçam os interesses imperialistas de evitar o desenvolvimento autônomo do nosso País.

O SR. JOSÉ MARIA MAGALHÃES — De pleno acordo com Vossa Excelência, Deputado Osmar de Aquino, e agradeço a colaboração que dá ao meu discurso. No decorrer dele irei abordar justamente este aspecto ou este ângulo do problema.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, não posso admitir que esta Casa se prenda ao vínculo partidário e se torne apática a um problema desta natureza. Não posso admitir sequer que haja aqui dentro da Câmara Federal um só Deputado que possa precisar haver revisão do salário em nosso País. Portanto, por que o Governo não atenta para o clamor do povo e para a voz valiosa, válida de todos os seus representantes no Congresso Nacional? E não é só a preocupação deste Congresso, mas a preocupação de todas as lideranças. Vemos isso agora mesmo, neste fato marcante da história nacional, do encontro em Montevideu, de dois líderes que estavam diametralmente em oposição, mas que, numa hora difícil, souberam superar suas paixões e o ódio para buscar o caminho da redemocratização do País com eleições diretas, tornando-se figuras centrais da atenção nacional.

Mas os referidos líderes, Carlos Lacerda e João Goulart, no comunicado conjunto não deixaram de levar mensagem ao trabalhador brasileiro quando afirmaram: "O salário mais justo, mais do que nunca, é uma exigência do trabalhador — esmagado pela pobreza — e de todo o País, para a expansão do mercado interno". Justamente neste breve pronunciamento dão também resposta às preocupações do nobre e digno Deputado Osmar de Aquino.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, uma resultante é tranquila. O trabalhador não pode mais viver com estes níveis salariais que aí estão, não pode suportar o arrêcho salarial a que é submetido, consubstanciado nas Leis ns. 4.725, de 13 de junho de 1965, e 4.903, de 6 de dezembro de 1965, nos Decretos de ns. 15, de 29 de julho de 1966 e 17, de 22 de agosto de 1966, e também no art. 623 da Consolidação das Leis do Trabalho que precisam ser urgentemente revogados, para que o trabalhador brasileiro, com um salário mais digno, pelo menos, mais humano, possa, não só ajudar este País no seu desenvolvimento, mas dar condições de sobrevivência à sua família.

O Sr. Hermano Alves — Nobre Deputado José Maria Magalhães, V. Exa. analisa com espírito crítico e de maneira muito objetiva a presente política do Marechal Costa e Silva, no que concerne ao problema trabalhista. A dura realidade nobre Deputado José Maria Magalhães, é que quem é ouvido hoje não é o trabalhador, através das suas reivindicações quem é ouvido hoje não

DIRETORIA DO PESSOAL

ÓRGÃO: \_\_\_\_\_

MOTIVO DA SAÍDA

/ /  
D A T A

HORA DE SAÍDA

DIRETORIA DO PESSOAL

ÓRGÃO: \_\_\_\_\_

MOTIVO DA SAÍDA

/ /  
D A T A

HORA DE SAÍDA

é sequer o empresário, o capitalista, que precisa do povo com poder aquisitivo para colocar a produção. Quem é ouvido hoje são aqueles representantes da burocracia internacional, do Fundo Monetário, do Acordo Geral de Comércio e Tarifas e outras organizações que representam os interesses das nações industrializadas, como muito bem disse, há poucos momentos, o nobre Deputado Reinaldo Santana. Hoje, temos no Ministério da Fazenda um burocrata, o Professor Delfim Neto, que segue as normas traçadas pelo Fundo. E o Fundo adotou uma mitologia muito curiosa: passou a chamar de "gradualismo" o que chamamos, vulgarmente, "terapia de choque". E como se dissessemos: "você levou uma paulada na cabeça, mas fique sossegado que nada disso realmente aconteceu. O que aconteceu foi um afago". Pois bem: sobre essa terapia de choque, essa política, quando o Sr. Roberto Campos levou a residência do Professor Santiago Dantas, em 1964, depois da chamada revolução, o seu plano de ação econômica do Governo, pedindo-lhe, de amigo para amigo, que desse uma opinião, o Professor Santiago Dantas respondeu-lhe, em carta — e há cópia desta carta em mãos de quatro pessoas — dizendo: "Se o seu plano for executado, meu prezado Roberto, ficará este país definitivamente ancorado na estagnação". A expressão foi esta: "ancorado na estagnação". E outra coisa não se viu. Agora, o Governo atual está fazendo uma extraordinária experiência no que concerne ao desenvolvimento econômico: ele procura obtê-lo verdadeiramente. Estamos no mais desenvolvido e terrível desenvolvimento verbal que já vi na minha vida. O Sr. Ministro do Trabalho condena e profílica o atestado de ideologia para eleições sindicais, mas mantém o atestado de ideologia. O Senhor Ministro do Trabalho é contra a intervenção nos sindicatos, mas mantém a intervenção nos sindicatos. O Sr. Ministro do Trabalho é contra os pelegos, mas todos os pelegos lá estão no Ministério do Trabalho, em torno do Sr. Ministro do Trabalho. E o Sr. Ministro do Trabalho é contra a política salarial, mas, na Escola Superior de Guerra, entre os seus pares, diz que a política salarial é acertada. Então, nobre Deputado José Maria Magalhães, nós vemos o seguinte: um Governo que dia a dia promete; dia a dia declara intenções; dia a dia afirma coisas que o fato não está realizando. Cego Governo, pobre Governo, porque não percebe que o tempo está trabalhando contra ele, e não percebe que, na hora em que a crise vier — e ela virá, como V. Exa. muito bem sabe — nessa hora, o Governo que aí está, coitadinho, ficará sem amigos. Se a situação se agravar e se nos setores militares que suportam este Governo levantar-se à força contra ele, como já tem sido aventado por aí, o Governo olhará em vão para a bancada governista no Congresso em busca de um amigo ou de uma voz que o acalente.

O SR. JOSÉ MARIA MAGALHÃES — V. Exa., nobre Deputado Hermano Alves, tem inteira razão. Hoje mesmo vimos pela imprensa a transcrição das palavras do Sr. Ministro do Trabalho na Escola Superior de Guerra. V. Exa. tem razão: este Governo precisa preparar-se; este Governo precisa saber que o ex-Presidente Juscelino Kubitschek era o homem que tinha mais amigos neste País e no dia em que foi cassado quase todos fugiram dele.

O Sr. Ultimo de Carvalho — Nobre Deputado, nos últimos dias em aqui incorporei-me a uma frente chamada muda. Eu sou da "frente

muda". Mas não posso deixar que V. Exa. me faça essa injustiça.

O SR. JOSÉ MARIA MAGALHÃES — Não me referi a V. Exa.

O Sr. Ultimo de Carvalho — Os ilustres pares são testemunhas. V. Exa. disse que não houve uma voz que se levantasse na defesa do Sr. Juscelino. O único deputado que foi a tribuna fui eu.

O SR. JOSÉ MARIA MAGALHÃES — V. Exa. não me venha com tanta veemência. Não me referi a V. Exa. Eu disse que o ex-Presidente Juscelino Kubitschek — vou repetir para V. Exa. — é o homem que teve mais amigos neste País. No entanto, na hora difícil, poucos amigos ficaram com ele. Eu não vi, em nenhuma fotografia na imprensa do meu País, um retrato de um amigo abraçando-o naquela hora difícil da cassação de seu mandato.

O Sr. Ultimo de Carvalho — Já agora, coloquias as palavras nesses termos...

O SR. JOSÉ MARIA MAGALHÃES — Nos mesmos termos. Admito que V. Exa. seja uma exceção, mas as palavras estão colocadas nos mesmos termos.

O Sr. Ultimo de Carvalho — ... não havia necessidade do meu aparte.

O SR. JOSÉ MARIA MAGALHÃES — Mas o aparte de V. Exa. muito me honra.

O Sr. Ultimo de Carvalho — A impressão que V. Exa. nos causou foi outra... Os eminentes pares ouviram, e as notas taquígraficas esnoam, pois V. Exa. disse que na ocasião não houve quem o defendesse. Eu fui à tribuna depois de Juscelino cassado. O Deputado Renato Azerêdo foi. A Deputada Ivelte Vargas também. O fato é que houve 6 punidos aqui que tomaram a defesa do Sr. Juscelino Kubitschek, e eu tomei essa defesa porque o atual Governador da Bahia, a quem interroguar sobre os motivos da cassação, disse-me: a revolução tem razões políticas. Por isso tomei sua defesa. Embora tenha auxiliado a Revolução, não concordei com a cassação do Sr. Juscelino Kubitschek, porque não posso admitir que um cidadão seja cassado por motivos políticos. Mas não foi só isso: alguém, que não mais pertence ao convívio dos vivos, disse-me também que a cassação foi por motivos políticos. O Sr. Juscelino Kubitschek teve amigos que o acompanharam, que o defenderam. Se a intenção de V. Exa. não foi essa, peça-lhe desculpas.

O SR. JOSÉ MARIA MAGALHÃES — Muito obrigado. As honrosas exceções anunciadas por V. Exa. neste momento, confirmam a regra. Mas ninguém pode desmentir-me de que muitos, dezenas e centenas de amigos do ex-Presidente Juscelino Kubitschek, abandonaram-no na hora mais difícil da sua vida.

Fica, aqui, minha afirmação a procura de uma contestação.

O Sr. João Hercúlio — Nobre Deputado José Maria Magalhães, V. Exa. comete uma temeridade de, nesta hora, dizer que ninguém — depois retificou que poucos foram os amigos de Juscelino Kubitschek...

O SR. JOSÉ MARIA MAGALHÃES — As exceções confirmam a regra.

O Sr. João Hercúlio — ... que vieram defendê-lo. V. Exa. embora exagerando faz uma afirmação verdadeira. Na hora em que Juscelino Kubitschek...

O SR. JOSÉ MARIA MAGALHÃES — Então não exagerei, se V. Exa. acha que foi verdadeira.

O Sr. João Hercúlio — Mas V. Exa. anunciou uma verdade exagerando, usando uma força de expressão. V. Exa. notou, como todos nós o fizemos,

Mod. 3

Mod. 3



que o homem que realmente mais fez por este Brasil, o Sr. Juscelino Kubitschek, quando cassado, encontrou muito poucos, sobretudo dos que se utilizaram dele.

O SR. JOSÉ MARIA MAGALHÃES — Esta é minha afirmativa.

O Sr. João Hercúlio — ... após veitaram do seu Governo, (Muito bem) para defendê-lo.

O SR. JOSÉ MARIA MAGALHÃES — Então, foi o que falei, nobre Deputado.

O Sr. João Hercúlio — Tanto assim que, no dia em que foi cassado e usaram da palavra os nobres Deputados Último de Carvalho, Carlos Murilo, Renato Azeredo, achei — permita-me o nobre Deputado Último de Carvalho — tão fracas as defesas feitas do grande brasileiro, que eu, não estando inscrito, não tendo encomendado — como sei que o nobre colega Último de Carvalho não encomendou — uma platéia para assistir aos discursos, mas envergonhado por aqueles se utilizaram de Juscelino Kubitschek, escandalizado com a pouca defesa que ele teve, fiz um discurso, dos mais veementes a minha cidade, e pedi uma gravação dos discursos produzidos nesta Casa, os quais tenho em minha casa. Faço isto como homem de bem, que quer repor a verdade nos seus devidos termos, no seu devido lugar. Um homem como Juscelino Kubitschek, cassado num país de consciência política, teria desencadeado uma nova revolução: a revolução contra a injustiça.

Entretanto, vimos seus ex-Ministros, seus amigos, que se utilizaram escandalosamente do seu Governo (*Muito bem*), colocarem a cabeça na arena, como avestruzes, com medo dos pedregosos do dia. Nobre Deputado José Maria Magalhães, V. Ex.<sup>a</sup>, repito agora, cometeu uma temeridade, porque, falando o que falou nesta altura do campeonato, V. Ex.<sup>a</sup>, receberá, se isto for publicado neste País, dezenas, centenas e milhares de notas contradizendo V. Ex.<sup>a</sup>, pois, já agora, Juscelino Kubitschek não é apenas um cassado, já agora Juscelino Kubitschek, queiram ou não queiram, é um dos chefes desse grande movimento político. Entretanto, a grande realidade é que esta é uma temeridade cometida por V. Ex.<sup>a</sup> em seu discurso. (*Muito bem. Palmas*)

O SR. JOSÉ MARIA MAGALHÃES — Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>, nobre Deputado João Hercúlio, e a veemência de V. Ex.<sup>a</sup> reforça o meu argumento inicial.

Sr. Presidente, a legislação a que me referi vem causando, desde sua implantação, irreparáveis prejuízos aos assalariados e, por natural e inevitável consequência, à vida industrial e comercial do País.

Há uma queda de demanda, mais significativa no final de 1966 e início de 1967, provocada pela redução do montante de salários, e, em consequência, uma queda no mercado interno, fenômeno que os tecnocratas denominam "inflação de demanda".

Estudos técnicos demonstram que o salário real sofreu uma redução de 15,3% em 1965, de 15,6% em 1966, caindo a nível inferior ao de 1959.

Por princípio de justiça, a revisão dos salários deve repor o poder aquisitivo dos trabalhadores no mesmo nível da curva inflacionária (custo de vida), pois não é justo que somente os trabalhadores paguem o ônus da intenção de se combater a inflação, que não foi feita por eles.

Os coeficientes adotados pelo Governo não estão baseados no custo de vida da família do trabalhador, não espelham, portanto, a realidade.

Os índices aferidos têm de se referir especificamente ao trabalhador. Caso contrário, os coeficientes adotados ensejam grande margem de erro, o que infelizmente está acontecendo e cuja correção proponho.

Além disso, o comportamento do custo de vida é variável em cada região, Estado e até Município. O estabelecimento de um coeficiente único não corresponde à realidade.

Quanto ao que se denomina "resíduo inflacionário", também se tornou um sofisma, pois a previsão de 10%, para 1966, não corresponde ao crescimento do custo de vida, durante o mesmo período, que foi, em média, de 52,3%, e apenas 5% foram aplicados aos reajustes salariais.

A taxa de produtividade representa, sem dúvida, uma inovação válida que merece apoio. É o reconhecimento, embora tardio, de que o trabalhador concorre para o desenvolvimento da Nação, devendo, em consequência, dele participar.

Entretanto, na prática, a taxa de produtividade não está surtindo o efeito desejado. Estabeleceu-se uma única percentagem para todas as regiões e para todos os setores de trabalho e da economia. O Nordeste, por exemplo, vem atravessando uma fase de crescimento industrial e, no entanto, o trabalhador nordestino recebe a mesma taxa de produtividade de outro Estado em que o crescimento industrial se encontra estagnado. O setor da atividade metalúrgica, um dos mais dinâmicos, recebe a mesma taxa de produtividade de uma indústria incipiente.

São esses os vícios fundamentais ou estruturais da política salarial em nosso País, acrescentando-se a eles a insensibilidade e o descaso do Governante Castelo Branco, para o problema e a injusta distribuição dos sacrifícios feitos, em razão do pretendido, combate à inflação, que recaíam com maior força sobre os ombros do trabalhador brasileiro.

O reajuste salarial ou cálculo da recomposição de salários, se fossem aplicados os dados exatos, deveria ter sido de 69,63%, e não de 24,4%.

A classe trabalhadora interessaria medidas concretas e objetivas, e não promessas vãs, demagogia e palestras pela televisão para apenas procrastinar um problema, que é vital para os trabalhadores brasileiros.

Desejam os operários que sejam revogadas as Leis 4.725, de 13 de junho de 1965, 4.908, de 18 de dezembro de 1965, dos Decretos nº 15, de 29 de julho de 1966, nº 17, de 22 de agosto de 1966, e suprimido o artigo 623, da Consolidação das Leis do Trabalho. Que seja pago a todos os trabalhadores a diferença entre o resíduo inflacionário previsto para 1966 e o aumento do custo de vida efetivamente apurado, retroagindo a aplicação dessa medida à data do último reajuste da categoria.

Que a medida do reajuste dos salários seja a elevação do custo de vida, ocorrida nos vários Estados. Que seja acrescentada aos salários a taxa de produtividade dentro de um cálculo que expresse os valores regionais e setoriais, elaborado por órgão técnico composto de representantes das partes interessadas.

Especificamente, quando nos referimos ao salário-mínimo, o assunto se agrava ainda mais diante da perda do poder aquisitivo do assalariado mínimo. O trabalhador brasileiro pode comprar cada vez menos com os salários mínimos. Sem poder aquisitivo não poderemos sair do círculo vicioso da miséria: "Os homens são pobres porque produzem pouco, e produzem pouco porque são muito pobres para produzir mais".

Sr. Presidente, vou terminar fazendo um apelo veemente ao Sr. Presidente da República: dê aos trabalhadores brasileiros, permitindo-lhes, pelos menos, aferir a sensibilidade de S. E.<sup>a</sup>, um Vátal de 1967 com novos

níveis salariais, para que eles não fiquem mergulhados na miséria e na pobreza, sem condições de sobreviver nem de engrandecer e desenvolver este nosso País. (*Muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado.*)

## "EXCEDENTES UNIVERSITÁRIOS EM MINAS GERAIS"

DIÁRIO DO CONGRESSO DE 03/OUT/68

O SENHOR JOSÉ-MARIA MAGALHÃES:

(Comunicação — Lê) — Sr. Presidente, a situação dos excedentes em Minas Gerais torna-se extraordinariamente grave diante do fato de não proceder o Governo Federal a liberação irrisória das verbas firmadas em convênios com as Universidades. O fato assume maior amplitude e conseqüências maiores na Faculdade de Medicina da U.M.G., em Belo Horizonte.

Esse é, Sr. Presidente, um assunto que não se resolve com palavras e, sim, com atos concretos.

A causa dos excedentes é por demais simpática e precisa ser resolvida; do contrário, todos serão prejudicados e, no caso enfocado da Faculdade de Medicina, atinge também

o Hospital das Clínicas e por conseguinte, a população pobre da Capital e de todos os recantos do Estado que lá vão à procura de recursos clínicos e cirúrgicos para a cura de seus males.

Para que os meus ilustres pares tenham conhecimento do assunto, vou ler o artigo publicado no "Estado de Minas", do dia 30.9.67, sob o título: "Governo Federal não libera verba para excedentes em Minas Gerais."

"Reunidos em assembléia geral, os estudantes da Faculdade de Medicina fixaram posição em torno do problema dos excedentes, salientando o "desinteresse das autoridades federais pelo ensino no país, manifestado pela falta de cobertura financeira aos convênios firmados para admissão dos excedentes e pelo não pagamento das verbas normais constantes do orçamento da União".

Enquanto isso, a Associação de Pais e Mestres, alarmada com a gravidade do problema, vai elaborar memorial a ser entregue ao Presidente Costa e Silva, durante a permanência, em Belo Horizonte, do governo federal, a partir do dia 25 de outubro próximo.

## Verbas Canceladas

Durante a assembléia geral, os estudantes examinaram a questão, dizendo que "o convênio de 1964, que determinou a ampliação do número de vagas de 100 para 160, sob promessa do envio de verbas suficientes para manter o índice de ensino, foi cancelado, apesar das turmas das 4.ª, 3.ª e 2.ª séries serem de 160 alunos, já que a faculdade federal cumpriu sua parte admitindo os excedentes".

## Clínicas

Para atestar o desinteresse do governo na solução do problema, os estudantes, através de nota oficial do Diretório Acadêmico Alfredo Balena, afirmam que "as conseqüências do desinteresse é que o Hospital das Clínicas terá seu funcionamento reduzido, já no mês de outubro, em 50 por cento, sendo os principais prejudicados os pacientes que atendemos em ambulatório e enfermaria e também os alunos, que não vão ter condições mais de fazer pós-graduação."

## Desespéro

Prossegue à nota afirmando que "os atuais alunos não são contra a entrada de excedentes, mas o que não é possível é concordarmos que 320 alunos fiquem amontoados numa sala, sem professores em número suficiente, sem aulas e sem material de en-

sino. O que não é possível é concordarmos que um doente seja examinado 20 vezes, numa mesma aula porque o hospital das Clínicas não tem condições de socorrer aos milhares de indigentes que passam tôdas as madrugadas nas filas, batendo às suas portas. Não que o governo use do desespero de centenas de estudantes impossibilitados de estudar dentro e fora das universidades, demagógicamente, para ganhar a simpatia do povo brasileiro."

Não podemos entender como o Governo cria dificuldade para a solução de um problema tão importante. Basta afirmarmos que no meu Estado cerca de 400 municípios, com população aproximada de 6 milhões, não dispõem sequer de um médico. Fazemos, portanto, um apelo veemente ao Sr. Presidente da República no sentido de que S. Exa. libere as verbas destinadas a resolver concretamente a situação dos excedentes. (Muito bem.)

O SR. ADYLIO VIANA (Comunicação — Lê) — Sr. Presidente, um dos problemas brasileiros que, há dez anos, mais nos chama a atenção é o relacionado com a pesca. A nossa preocupação a respeito é sobretudo comprovada através de sucessivos pronunciamentos nossos desta tribuna.

Que o pescador continua abandonado, sem condições de organizar-se e sem um mínimo de assistência, constitui fato que a ninguém é dado negar.

Há mais de um ano, foi propalado, com insistência e abundância de detalhes, que qualquer pescador profissional, por mais modesto que fosse, poderia ser financiado em importância equivalente até com salários-mínimos. A propósito, segundo publicou o "Correio do Povo", de Porto Alegre, em sua edição de 16 de agosto de 1966, o então Delegado da SUDEPE, no Rio Grande do Sul, teria declarado, textualmente, que

"o mais humilde pescador pode conseguir até 3 milhões e 400 mil cruzeiros (100 salários-mínimos), sem muita burocracia, dentro da nova modalidade de financiamento instituída pela Superintendência do Desenvolvimento da Pesca, para os profissionais da pesca do Sul do País"

Tais afirmativas, como é natural, entusiasmaram os homens que no mar vão buscar alimentos para todos nós. Pensávamos todos que nova dimensão estaria sendo dada ao problema que temos visto em equação permanente mas permanentemente sem solução.

A realidade, porém, é bem outra. Gostaríamos de saber quais os humildes pescadores, no Rio Grande do Sul, que tiveram facilitada a consecução de financiamentos correspondentes a 100 salários-mínimos, assim como o que se entende pela expressão "sem muita burocracia", pois não conhecemos nenhum caso positivo.

Ao contrário, o pescador Alcebiades S. Nogueira, de Belém Novo, município de Porto Alegre, há mais de 8 meses vem pleiteando um financiamento de 7.432.600 cruzeiros velhos (menos do que o equivalente aos 100 salários-mínimos de então), e só conseguiu ver liberada a importância de 2.129 cruzeiros novos!

E a burocracia? O pescador em questão deixou de produzir, foi sucessivas vezes à SUDEPE e ao Banco do Brasil, e apresentou nada menos

de 17 documentos, sem conseguir o financiamento pleiteado.

Eis a lista de documentos exigidos ao referido pescador:

Certidão negativa de ação do 1.º Cartório dos Feitos da Fazenda.  
Certidão negativa de ação do 2.º Cartório dos Feitos da Fazenda.  
Certidão negativa de ação do 3.º Cartório dos Feitos da Fazenda.  
Certidão negativa de ação do 4.º Cartório dos Feitos da Fazenda.  
Certidão negativa de ação do 1.º Distribuidor Privativo.  
Certidão negativa de Imposto de Renda.

Certificado de Quitação do I.N.P.S.  
Certidão negativa da Delegacia da Capitania do Porto.

Declaração da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca.

Guia de Recolhimento de agosto de 1967 ao ex-I.A.P.M.

Recibo da Companhia Estadual de Energia Elétrica.

Recibo do Departamento Municipal de Água e Esgoto.

Recibo do Montepio da Família Militar.

Recibo do Carpinteiro Naval Márcio de Freitas Duarte.

Certificado de Desquite da 4.ª Vara de Família.

Certidão de Nascimento de Mercedes de Almeida Dias.

Escritura Pública.

O mencionado profissional da pesca, em carta que nos dirigiu, em data de 21 de setembro último entre outras coisas, nos diz que:

"Até hoje, ao que me consta, nenhum pescador profissional foi beneficiado com qualquer parcela de financiamento. Sei que pessoa não ligada à pesca profissional, está mandando construir barco para alto mar, no valor de milhões de cruzeiros (que já se acha pronto). Não sei como, nem por que e nem onde."

Diz o missivista que a SUDEPE negou tudo quando pediram a Colônia de Pescadores Z-4 e a Cooperativa de Pescadores da Colônia Z-4 Ltda., sendo que esta, por absoluta falta de recursos, até hoje não funciona, recusando qualquer auxílio.

"até mesmo 4 balcozes frigoríficos, que estão emprestados a duas fazendas particulares, e 10 conservadoras da SUDEPE, que estão em Florianópolis, sem qualquer utilidade."

Segundo a imprensa tem noticiado, a atual administração da SUDEPE pretende dar-lhe nova orientação, para que, realmente, atinja as suas finalidades, coisa que até hoje não aconteceu. Não conhecemos o novo Superintendente e, por ora, não podemos descrever de suas afirmativas, embora o passageio de órgão em apreço não nos autorize ao otimismo.

Estimaríamos conhecer melhor o que vai pela SUDEPE, o que está sendo feito e o que se pretende fazer, além de suas despesas em vencimentos, salários, diárias, ajudas-de-custo e, sobretudo, a forma como vem assistindo o pescador.

Tudo isso, entretanto, não cabe perguntar em um simples requerimento de informações que apresentaremos à Mesa desta Casa, para o devido encaminhamento. Esperamos, entretanto, que o Sr. Superintendente da SUDEPE, tomando conhecimento deste nosso discurso, nos propicie, com largueza, os conhecimentos de que necessitamos. Talvez, assim, evitemos a constituição de mais uma comissão parlamentar de inquérito. (Muito bem.)

tamente abandonado pelo Poder Público, sem assistência de

O SENHOR JOSE MAGALHÃES:

PROGRESSISTA: JOSE M. MAGALHÃES

OBJETO Nº CAMARA Nº SENADO

de 14/11/67 CD - 111 Pg 759 J

Nº / de / /

*análise da situação atual do campo da Cibernética a partir do Dep. David Lerer sobre a compra dos cérebros eletrônicos*

O SENHOR JOSÉ-MARIA MAGALHÃES:

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Brasil atravessa na conjuntura atual um período decisivo para o seu futuro como nação livre e soberana. Se não soubermos resistir às pressões poderosas das grandes potências, poderemos comprometer, irremediável e definitivamente, o nosso destino como Pátria soberana.

Aí está, Sr. Presidente, Senhores Deputados, a corrida atômica, da qual não podemos ficar marginalizados.

Pelo contrário, temos de concorrer a ela, com independência e sem qualquer espécie de condicionamento. O petróleo e o café solúvel são outros pontos sensíveis para nossa afirmação como nação que procura sua libertação econômica.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, além desses problemas que atingem ao conhecimento público, vou enfocar um outro, que, no meu entender, pode até, em certos aspectos, ultrapassar aos demais, sobretudo no que se refere ao segredo militar e aos interesses da segurança nacional.

Refiro-me à cibernética, a ciência dos computadores e dos cérebros eletrônicos. Esse assunto foi como que proibido ao público, pelo menos até que as potências maiores — Estados Unidos, Rússia, China — o tivessem dominado amplamente, para, aí então, liberá-lo ao conhecimento das demais nações:

Os computadores e cérebros eletrônicos são elementos de primeira grandeza no interesse do predomínio do imperialismo, se neste sentido eles forem orientados ou desviados. Por meio deles as nações poderosas controlarão todos os países em vias de desenvolvimento, forçando orientações e, como exemplo, temos já um fato concreto relativo à campanha de limitação da natalidade em nosso país, fruto de estudos mundiais, através dessas máquinas que procuram superar a inteligência. Mas podem mais os países que quiserem abusar desse recurso técnico-maravilhoso: podem forçar outros países a situações econômicas, reforçando, assim, a atual dependência e impedindo até pressões populares que poderiam exercer estes povos no caminho da sua libertação.

Torna-se, portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, impossível imaginar o que se pode fazer quanto ao uso dos aparelhos eletrônicos, seja no bom ou no mau sentido.

Os cérebros eletrônicos poderão contribuir para a solução de qualquer problema técnico, inclusive os nucleares; zelar pela defesa do País mbs, no tocante aos levantamentos estatísticos, às pesquisas demográficas, econômicas e sociais, como já afirmel, podem desviar os resultados para o sentido meramente imperialista.

O Sr. David Lerer — Nobre Deputado José-Maria Magalhães, V. Ex.ª traz a esta Casa assunto original, até agora não tratado, mas que tem importância capital no desenvolvimento de uma nação moderna. V. Ex.ª está bem informado, mas talvez o conjunto dos Srs. Deputados ainda não saiba que o nosso atraso em matéria de computadores eletrônicos é de cerca de dez anos, ou daí para cima. Um atraso de dez anos no desenvolvimento tecnológico de uma nação equivale a 100 anos.

O Sr. José-Maria Magalhães — Começou em 1945. Estamos, portanto, atrasados 22 anos.

O Sr. David Lerer — No Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o último censo de 1960, que nos dá todos os dados que utilizamos nesta Casa e fora dela e que o Governo utiliza também, foi feito como uma amostra de 1,28% da população. Todos os dados sobre saúde, idade, emprego etc. são feitos com amostra de

1,28% O único Estado computado totalmente, nobre Deputado José-Maria Magalhães, até agora — está no fim a computação — é o Estado do Espírito Santo. Os computadores eletrônicos são de há 15 anos atrás, e o Brasil é o único país do mundo onde a fita do computador eletrônico do IBGE, depois de utilizada, em vez de ser arquivada, é apagada para ser novamente usada. Isso é inacreditável. Mas é este país que se dispõe agora a comprar uma esquadilha de aviões Mirage, ou F-5, ou Phantom, ou coisa que o valha. É claro, no novo País, os aviões a jato são muito mais importantes que os computadores eletrônicos. Quem sabe se, com aviões a jato e com a renúnciação da frota aérea de guerra, conseguimos maior impulso no desenvolvimento nacional? Computadores eletrônicos, não. Vamos comprar tantos outros "Mimas Gerais" do ar, que ficarão muito mais tempo em terra, sem uso ou quebrados, porque não temos sequer forma de compensar as peças, em vez de comprar computadores eletrônico e, dessa forma, desenvolver a nossa economia. Nobre Deputado José-Maria Magalhães, V. Ex.ª, neste grande Expediente, está prestando um valioso serviço à Nação. Esperamos apenas que a Nação ouça V. Ex.ª.

O SR. JOSÉ-MARIA MAGALHÃES — Agradeço a bondade das palavras de V. Ex.ª, o que me estimulou a fazer um retrospecto histórico do problema.

Cibernética é justamente a ciência do estudo e do controle das comunicações nos animais e nas máquinas. O gênio da cibernética é, sem dúvida alguma, o matemático Norbert Wiener emigrado em 1945 da Alemanha para os Estados Unidos. Seu livro, "Cibernética", foi editado em 1948. Daí para cá a ciência tomou pé e está evoluindo. Mas, justo e reconhecer que antes de Norbert, também outros se dedicaram a ela, como Petroschi, Charles Henri, R. Fisher, Von Neumann, que procurava adaptar à cibernética o processo de reprodução celular, isto em 1942. Após Norbert Wiener também outros se preocuparam com o problema.

Em 1956, há 11 anos portanto, na Bélgica, realizou-se um congresso de cibernética onde o assunto foi debatido. Mas as conclusões definitivas não foram tiradas, em virtude da complexidade do campo de estudos que este ramo do conhecimento humano abrange. A cibernética não fica, hoje, só no estudo da técnica eletrônica. Ela avança inclusive na fisiologia, no sistema nervoso de todos os animais; avança; avança, e, ao invés de estar na era anterior, dos sistemas automáticos de controle adrede determinados, ela avança para que a máquina se liberte se transforme — isso como que parece impossível mas esta é a meta da Cibernética — num instrumento mais poderoso de que a inteligência humana. Baseadas nesses vastos campos de ação prevê-se até o fim deste século uma verdadeira revolução técnica neste setor das máquinas eletrônicas que trará sem dúvida uma revolução social muitas vezes, milhares de vezes superior àquela verificada no Século XIX com o advento da máquina a vapor e das máquinas térmicas, em substituição ao trabalho muscular humano. Os aperfeiçoamentos destes adventos permitiram que as máquinas eletrônicas que aí já estão, com funções muito mais importantes — porque são máquinas denominadas máquinas inteligentes — constituindo o que comumente se chama de "cérebro eletrônico", desempenhem funções características da inteligência humana, pois serão construídas de forma que possam planejar seus próprios programas, reformulados e aperfeiçoados de acordo com o processo da humanidade. A máquina autômata do futuro estará em condições de produzir sozinho os

próprios produtos, já adaptados aos avanços do momento em que eles serão usados. Dai por que, Sr. Presidente e Srs. Deputados, nenhum país — e disse muito bem o nobre Deputado David Lerer — poderá abrir mão dos estudos da cibernética e, sobretudo, perder o controle sobre o uso e sobre as computações desses aparelhos geniais. Não podemos deixar que essa computação feita hoje no IBRA, aqui no nosso País, seja levada a um país estrangeiro, e que ele tenha ciência de todas as nossas condições, porque, com uma aparelhagem altamente científica, terá em mãos todos os problemas da nossa nacionalidade.

Não é possível Sr. Presidente. E que faz o Brasil neste momento, através do seu Governo? Está completamente afastado dos problemas criados com o avanço da ciência da cibernética. Está completamente dependente de elementos estranhos aos interesses nacionais, num problema altamente técnico, mas em cujo trato, conforme disse no início do meu discurso, pode-se caminhar para o bem deste País, ou para desgraçá-lo infinitamente.

O Sr. **Hernando Alves** — Nobre Deputado, já tivemos, entre tantos outros, um exemplo em pequena escala, mas muito sério: o da missão norte-americana, no que concerne ao Imposto de Renda. Uma equipe técnica norte-americana instalou-se no Imposto de Renda do Ministério da Fazenda, e permitiu-se analisar e computar todos os dados referentes a empresas nacionais. Colocamos, assim a descoberto, as informações sobre a economia interna, não do contribuinte comum, como V. Exa., eu e tantos outros, mas das empresas brasileiras, para que a Central de Informações do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos tenha a exata noção do que ocorre em cada empreendimento industrial e comercial brasileiro, saiba quais são os pontos fracos desses empreendimentos e qual o instante em que devem ou não ser absorvidos pelo grande centro industrial norte-americano e pelos interesses investidos em nosso País. Agradeço a V. Exa. permitir o aparte.

O Sr. **JOSE MARIA MAGALHAES** — Tem V. Exa. inteira razão, nobre Deputado **Hernando Alves**. As máquinas eletrônicas estrangeiras estão aí fazendo nossas estatísticas e, como exemplo, não cito apenas o enumerado por V. Exa. com relação ao imposto de renda, mas cito, também, o levantamento estatístico que está sendo feito para o IBRA. Levam-nos milhões de dólares por este trabalho e, mais ainda, precisas informações, pois as máquinas não nos pertencem e o cómputo geral é feito, acredito, à revelia do Governo Brasileiro.

O Sr. **Sinval Boaventura** — Deputado **José-Maria Magalhães**, no início do seu discurso, pensei que não poderia apartear V. Exa., quando vi o Deputado **David Lerer** apartear-lo, julguei que o assunto fosse exclusivamente técnico, de médico para médico.

O Sr. **JOSE MARIA MAGALHAES** — E' sempre com imensa satisfação que recibo os apartes de V. Exa.

O Sr. **Sinval Boaventura** — Mas depois observei que a análise não era apenas do cérebro humano, não era o médico fazendo a análise ou psicanálise do cérebro, mas, sim, da máquina. A V. Exa., que está na tribuna desenvolvendo o assunto com muita propriedade, daria uma contribuição. E' que a Escola de Engenharia de Minas Gerais adquiriu um cérebro eletrônico, que tem prestado serviços inestimáveis, não só aos alunos, mas a todos os que dele necessitam. Recentemente, tive conhecimento da existência desse aparelho, que tem trazido real colaboração, principalmente ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, nos cálculos de medição de serviços de terraple-

nagem e até de serviços geológicos. Era o aparte que desejava oferecer a V. Exa.

O Sr. **JOSE MARIA MAGALHAES** — Agradeço ao nobre Deputado **Sinval Boaventura** o seu aparte. Tinha conhecimento da aquisição desse aparelho pela Escola de Engenharia de Minas Gerais. Justamente, desejamos que o Governo propicie e facilite a aquisição de aparelhos idênticos e que o controle dos aparelhos eletrônicos seja feito por nossos cientistas a fim de que os dados estatísticos não extravasem para outros países.

O Governo, Sr. Presidente, Senhores Deputados, precisa urgentemente de preparar pessoal e equipamentos para a utilização dessa ciência, que revolucionará o mundo, bem como abrir cursos, a fim de que não fiquemos na dependência de outras nações, em assunto de tamanha seriedade.

Os Estados Unidos se preocupam com o problema desde 1945, desde a imigração de **Norbert Wiener**.

Srs. Deputados, vou ler uma entrevista deste cientista que é considerado hoje o maior expoente da ciência eletrônica, só agora liberada, vários anos após, quando, naturalmente, os técnicos, já a esta altura, criaram coisas superiores.

Essa entrevista do Sr. **Norbert Wiener** dá a impressão exata do que ele pode ser e das conseqüências que podem advir se este grande evento da ciência não for aplicado em benefício dos povos.

A primeira pergunta feita ao Dr. **Norbert** foi a seguinte:

"A máquina está ficando mais inteligente que o homem?"

O computador comercial ainda está na sua primeira infância: o primeiro desses maravilhosos trabalhadores eletrônicos apareceu em cena é apenas 12 anos. Agora dezenas de milhares deles estão em uso em fábricas, bancos, escritórios comerciais, repartições públicas e muitos outros milhares já foram encomendados. Os cientistas estão trabalhando em modelos que desenvolverão sua própria intuição, projetarão seus próprios descendentes e tomarão suas próprias decisões, segundo se prevê.

Haverá perigo de algum dia os computadores virem a levar a melhor sobre o homem? Esta indagação abriu uma entrevista com o Dr. **Norbert Wiener**, pioneiro dos computadores de alta velocidade e da correlata ciência da Cibernética.

D. **Wiener**. Há sem dúvida. O perigo é essencialmente a preguiça mental. Há oculta das engenhocas. As máquinas destinam-se a ser usadas pelo homem, e se este preferir deixar a maneira de empregá-la ao critério da própria máquina, através da supervalorização da máquina ou por falta de força de vontade para tomar decisões, então estaremos correndo perigo.

P. Serão construídas máquinas mais inteligentes que o homem?

R. Estamos fazendo máquinas bem mais requintadas. Há coisas que ainda não chegaram ao conhecimento do público. Mas se o homem não for mais inteligente que a máquina, a culpa será do homem.

P. Pode dar-nos uma visão do futuro?

R. Uma das coisas mais importantes é a miniaturização — a redução do tamanho das peças. Enquanto, no início da criação dos computadores, uma máquina destinada a determinada tarefa teria de ser tão grande quanto o **Empire State Building**, agora esta mesma máquina pode ser construída de modo a caber dentro de um quarto bem pequeno. Um dos fatores básicos nesta miniaturização foi a introdução de novos tipos de "memórias" que se baseiam na Fi-

sica dos Sólidos — em transistores e coisas semelhantes.

Ora, está se tornando interessante perguntar: "como é que o cérebro humano faz isto?" e, pela primeira vez de um ano e pouco para cá, estamos tendo uma idéia real do que ocorre.

A memória genética — ou seja a memória dos nossos genes — depende grandemente de ácidos nucléicos. Suspeita-se que a memória do sistema nervoso é semelhante. Deduz-se isso do fato de terem sido encontrados complexos de ácidos nucléicos no cérebro humano, como também pelo fato de terem eles as propriedades que proporcionariam, uma boa memória.

Esse é um fenômeno da Física dos Sólidos muito sutil, tal como a que está sendo agora usada na memória das máquinas.

Meu palpite — e não estou sozinho nisto — é que dentro da próxima década veremos o emprego técnico disto.

P. Noutras palavras, em vez de fita magnética como centro de memória de um computador, haverá genes?

R. Haverá substâncias aparentadas com os genes. Isso tornará necessário fazer uma quantidade de novas pesquisas fundamentais como entrar e sair dessas memórias genéticas, como aplicá-la.

R. Deveria assustar se fôsse aplicada sem discernimento. Com discernimento poderá tornar-se um instrumento muito valioso para a humanidade.

P. Que será capaz de fazer um computador que uso genes?

R. Tal máquina poderia contar um estoque de dados muito maior que os computadores de hoje; poderia ser de tamanho bem menor. Dizer algo mais agora pareceria ficção científica.

P. As pessoas já dizem que os computadores "pensam". É verdade?

R. No momento, os computadores podem aprender a melhorar seu trabalho, verificando-o. Isto é absolutamente verdade: Chamar ou não chamar a isso "pensar" é uma questão de terminologia. Mas no futuro isso irá muito mais longe.

P. Existem possibilidades de as máquinas aprenderem mais que o homem?

R. Por enquanto não; e se isso vier algum dia a acontecer, não será em futuro próximo. Mas se o fizerem, será por nós termos parado de aprender. Eis a explicação: o computador é extremamente bom em trabalho rápido, trabalhando inigualavelmente bem numa determinada direção. Mas o computador não se compara com o ser humano no manuseio de dados ainda não "amadurecidos" convenientemente.

Não afirmarei que seja impossível de se conseguir instilar intuição num computador, porém não é econômico procurar fazê-lo executar coisas que o ser humano faz muito melhor.

P. Que é exatamente uma máquina que aprende?

R. Uma máquina que aprende não é aquela que não só, digamos, joga um jogo de regras estabelecidas, com determinada orientação, nas periódica ou continuamente verifica os resultados daquela orientação a fim de determinar se certas parcelas daquela orientação poderão ser modificadas com vantagens. Tome-se a máquina que joga damas. A máquina foi capaz de, após algum tempo, derrotar sistematicamente seu inventor... até que ele aprendeu um pouco mais a respeito do jogo de damas.

P. As máquinas estão sendo ensinadas a escrever?

R. Sim. Há máquinas que são capazes de transformar um código em manuscrito ou tomar manuscritos ou impressos e pô-los em código. Pode-se até tomar a fala humana e transformá-la em código.

P. E' ficção cinetifica falar em "ro-bots p...antes" dominando o mundo?

R. Sera ficção científica, a nao ser que as pessoas resolvam deixar tudo para o "Amigo Robot". Mas, se encarmos a máquina como algo destinado a aumentar a nossa capacidade, poderemos controlá-la.

P. Os computadores estão sendo utilizados de maneira inteligente hoje em dia?

R. Estão, em 10% dos casos.

P. Esse é um número extraordinariamente baixo. Qual a explicação para isso?

R. Em muitos, casos espera-se que a máquina proporcione mais inteligência do que possui. Um computador é tão útil quanto o homem que o manuseia. Pode permitir a esse homem produzir mais durante o mesmo número de horas. Mas o homem é que tem de ter as idéias.

R. Na fase inicial de verificação das idéias, não se deve depender dos computadores.

P. Como e quando os computadores poderão ser usados inteligentemente e quais as tarefas que poderão executar melhor do que os homens?

R. Contabilidade, venda de entradas, fichários. Depois de estabelecido o plano de computação, as máquinas podem realizá-lo muito melhor do que o homem. E os computadores do futuro farão coisas muitíssimo melhor ainda.

P. Essas máquinas tirarão muitos mais empregos dos seres humanos?

R. Sim. Isso mostra que não podemos mais avaliar o homem pelo trabalho que realiza: teremos de julgá-lo como homem.

Muitas das tarefas atualmente executadas pelo homem, na verdade seriam melhor executados em computadores. Isto é, a energia humana não tem muita relevância como energia física; a avaliação do homem baseada no valor comercial dos serviços de um homem na cultura moderna não é por si só suficiente; assim, ao avaliarmos as pessoas, não devemos fazê-lo nesta base. Mas se insistirmos em usar as máquinas, desprezando as pessoas, e não dermos aos homens seu devido lugar estaremos perdidos.

P. E' tarde demais para alterar a marcha rumo à crescente automatização?

R. O que está feito é irrevogável. Não é apenas o fato de estarem sendo usados computadores. E' o fato de estarem eles prontos para serem usados que constitui a verdadeira dificuldade.

Esta é uma parte irreversível do conhecimento, como o que aconteceu com Adão e Eva. Depois que comeu o fruto da Árvore do Conhecimento, não resta nada a fazer senão prosseguir com esse conhecimento.

P. E' necessário atualmente usar computadores para decisões militares?

R. Sim, e eles poderão ser usados muito imprudentemente. Como é que os soldados aprendem seu mister? Por meio de manobras. Há séculos que eles fazem exercícios táticos na carta.

Isso está certo, se se dispõe de um critério para saber o que é ganhar uma guerra, mas é indispensável ter certeza de que o critério adotado é exatamente o que se quer. Do contrário, pode-se fazer um computador que ganhe a guerra teoricamente e destrua tudo.

P. Pode-se programar um computador para uma guerra nuclear sem jamais se ter tido qualquer experiência concreta neste tipo de guerra?

R. Completamente, não. Não obstante, é isso que se está procurando fazer. Não há especialistas em guerra atômica.

Um especialista é um homem com experiência; tal homem não existe hoje em dia. Por conseguinte, a pro-

gramação de manobras com base em critérios artificiais de sucesso é altamente perigosa e susceptível de ser errada.

P. Há uma tendência para esse gênero de programação?

R. Sim, e me parece uma rematada tolice; o automático tem a propriedade outrora atribuída à magia. Pode dar-nos o que pedimos, não dizer-nos o que devemos pedir-lhe.

Temos ouvido falar que precisamos criar sistemas de máquinas que nos digam quando apertar o botão. O que precisamos é de sistemas que nos digam o que acontecerá se sob uma enorme variedade de circunstâncias apertamos o botão — e, sobretudo, nos digam quando não devemos superá-lo.

P. Dr. Wiener, estará o homem transformando o seu meio ambiente além de sua própria capacidade de ajustar-se a ele?

R. Essa é a pergunta capital. Não há dúvida que ele o está transformando enormemente, e se o está fazendo além de sua própria capacidade muito breve o saberemos. Ou então não saberemos nunca... Porque não estaremos aqui."

E por aí a fora vai o cientista prevendo isto que afirmei no início de meu discurso: uma revolução até o final do ano 2000 na ciência eletrônica a provocar consequências sociais imprevisíveis, a bem da humanidade se forem usadas para isto, e para o mal dos povos se quiserem deturpar o caminho seguro da ciência, que deve ser sempre aquele em favor do bem-estar da espécie humana.

Portanto, Sr. Presidente e Senhores Deputados aqui fica, neste assunto que reputamos da maior importância, a nossa palavra de advertência diante da seriedade do problema e o nosso alerta ao Governo para que não fique indiferente a este avanço extraordinário da ciência eletrônica. Proncie equipes imediatas de trabalho, para que levem esses ensinamentos a juventude, que, preparada assim para enfrentar o caminho difícil que terá pela frente na proximidade do ano 2000, transformada numa geração capaz poderá colocar o nosso País competitivamente em pé de igualdade com o avanço da ciência eletrônica.

Esperamos que estas nossas palavras no fim desta legislatura, sejam tomadas como atitude de colaboração, a fim de que possamos preservar a nossa soberania, preservar a libertação da Pátria e, sobretudo, dar à geração nove que surge o cabeçal necessário para que ela se firme e transforme a fisionomia do nosso País, que caminha através da senda do subdesenvolvimento, para ser, e Deus queira, um País desenvolvido com conceito firmado e sobretudo com sua soberania garantida. (Muito bem; muito bem. Palmas.)

RESISTÊNCIA HERÓICA DO POVO DA TSCHECOSLOVÁQUIA.

DIÁRIO DO CONGRESSO 27/AGO/68

**O SR. JOSÉ MARIA MAGALHÃES:**

(Comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, o livro de registro da História dos povos deve inscrever com letras de ouro, nos dias atuais, dois acontecimentos importantes: a resistência heróica do povo da Tcheco-eslováquia contra a condenável invasão imperialista soviética, e as sábias palavras de SS. o Papa Paulo VI, dirigida aos duzen-

tos mil camponeses, nas proximidades de Bogotá, na Colômbia.

Praga, hoje, Sr. Presidente, transforma-se no símbolo da resistência pela liberdade, e Bogotá no símbolo da almejada e desejada paz social. A presença de SS. o Papa Paulo IV na América do Sul, por ocasião do 34º Congresso Eucarístico Internacional, é sobretudo auspiciosa para todos os países sul-americanos, cujos problemas se identificam na luta em prol do desenvolvimento e contra o imperialismo. O ponto alto do Congresso Eucarístico que enfocamos foi, sem dúvida, o discurso papal aos 200 mil camponeses reunidos no campo de São José, que passamos a ler:

“Salve camponeses colombianos. Salve trabalhadores da terra na América Latina. Paz e bênção para todos em nome de Jesus Cristo.

Estamos certos de que este encontro convosco é um dos momentos mais desejados e mais formosos de nossa viagem, um dos mais íntimos e significativos de nosso ministério apostólico e pontifício.

Vimos a Bogotá para render honra a Jesus Cristo em Seu mistério eucarístico e sentimos plena satisfação por ter tido a oportunidade de fazê-lo, chegando também agora até aqui para festejar a presença do Senhor entre nós, no seio da Igreja e do mundo, em vossas pessoas. Sois um sinal, uma imagem, um mistério da presença de Cristo. O Sacramento da Eucaristia nos oferece Sua presença oculta, viva, e real, e vós também sois um sacramento. Isto é, uma imagem sagrada do Senhor no mundo. Um reflexo que representa e não esconde Seu rosto humano e divino.

Lembramos o que disse o grande e sábio bispo Bossuet sobre a “eminente dignidade dos pobres”. E toda a tradição da Igreja reconhece nos pobres o sacramento de Cristo, não certamente idêntico à realidade da eucaristia, mas sim na perfeita correspondência análoga e mística com ela. Além disso Jesus

mesmo disse numa página solene do Evangelho, onde proclama que cada homem, doente, faminto, enfermo e infeliz necessitado de compaixão e ajuda é Ele, como se Ele mesmo fosse esse infeliz, segundo a misteriosa e potente sociologia, segundo o humanismo de Cristo.

Amantíssimos filhos, vós sois Cristo para nós e nós temos a formidável sorte de ser vosso vigário no magistério da verdade revelada por Ele no ministério pastoral de toda a Igreja católica, queremos descobrir Cristo como redivivo e padecendo em vós outros.

Conhecemos as condições de vossa existência, condições de miséria para muitos, às vezes inferiores à exigência normal da vida humana. Estais agora ouvindo em silêncio, mas ouvimos o grito que sobe de vosso sofrimento e da maior parte da humanidade.

Sabemos que o desenvolvimento econômico e social foi desigual no grande Continente da América Latina e que enquanto favoreceu aos que promoveram em princípio, descuidou a massa das populações nativas, quase sempre abandonadas num ignóbil nível de vida e às vezes tratada e explorada duramente. Sabemos das inferioridades de vossas condições sociais e culturais e que estais impacientes por atingir uma distribuição mais justa dos bens e um melhor reconhecimento da importância que, por ser tão numerosos, mereçais o lugar que vos

compete na sociedade. Acreditamos que tenhais algum conhecimento de como a Igreja católica tem defendido vossa sorte, como os Papas nossos predecessores, o reivindicaram com suas célebres encíclicas sociais, defendidas pelo Concílio Ecumênico, e como nós mesmos defendemos nossa causa na Encíclica Sobre o Progresso dos Povos.

Mas hoje o problema agravou-se porque haveis tomado consciência de vossas necessidades e de vossos sofrimentos e como outros muitos no mundo, não podeis tolerar que estas condições devam perdurar sempre sem solicitar um remédio.

Queremos dizer: 1) — que continuaremos defendendo vossa causa. Podemos afirmar e confirmar os princípios, dos quais dependem as soluções práticas. Continuaremos proclamando vossa dignidade humana e cristã. Vossa existência tem um valor de primeira importância. Vossa pessoa é sagrada, vossa condição de pertencer à família humana deve ser reconhecida, sem discriminações,

num plano de irmandade. Esta, ainda admitindo uma ordem hierárquica e orgânica no conjunto social, deve ser reconhecida efetivamente, seja no campo econômico, com particular atenção à justa retribuição, a residência conveniente, a instrução de base e a assistência sanitária, ou seja no campo dos direitos civis e da participação gradual nos benefícios nas responsabilidades de ordem social.

2) — continuaremos denunciando as injustiças sociais-econômicas, entre ricos e pobres, os abusos de autoridades e administrativos em vosso prejuízo e da coletividade. Continuaremos alentando as iniciativas e os programas das autoridades responsáveis, das entidades internacionais e dos países prósperos, a favor das populações em vias de desenvolvimento. A este respeito nos alegra saber que, por feliz coincidência com o grande Congresso Eucarístico, estão estudando e promovendo planos novos e orgânicos para as classes trabalhadoras, especialmente para os rurais, para vós camponeses.

Nesta oportunidade exortamos a todos os governos da América Latina e aos demais continentes, como também a todas as classes, dirigentes e acomodados, a continuar enfrentando com amplas e valorosas perspectivas, as reformas necessárias que garantam uma ordem social mais justa e mais eficiente, com vantagens progressistas das classes hoje menos favorecidas e com uma distribuição mais equitativa dos impostos por parte das classes mais abastadas, em particular daquelas que possuindo latifúndios não estão podendo torná-los mais fecundos e produtivos, ou que podendo, gozam os lucros em proveito próprio. Dizemos a mesma coisa das categorias de pessoas que com pouca ou nenhuma fadiga realizam utilidades excessivas ou percebem retribuições conspícuas.

3) — igualmente continuaremos patrocinando a causa dos países necessitados de ajuda fraterna para que outros povos, dotados de maiores e nem sempre bem empregadas riquezas, queiram ser generosos em dar lucro não lesando a dignidade, nem a liberdade dos povos beneficiados, e para que abram ao comércio caminhos mais fáceis, a favor das nações, com pouca base econômica. Por nosso lado alentaremos, com os meios a nosso alcance, este esforço para dar à riqueza sua

finalidade primária de serviço ao homem, não somente no plano particular e local, como também freando assim o procedimento fácil e egoísta da mesma ou seu no mais amplo, internacional, emprêgo em gastos superfluos ou exagerados e perigosos dos armamentos.

(4) — nós mesmos trataremos, no limite de nossas possibilidades econômicas, de dar o exemplo, de reavivar sempre na Igreja suas melhores tradições de desinteresse, generosidade de serviço. Apelamos cada vez mais ao espírito de pobreza, que nos pregou o Divino Mestre, e que nos lembrou o Concílio Ecumênico de forma autorizada.

5) — consentimos, que anunciemos a vós a bem-aventurança que vos é própria, a bem-aventurança da pobreza evangélica. Deixa que nós, embora sempre nos esforcemos de todas as maneiras para aliviar vossas penas e para procurarmos um pão mais abundante e mais fácil, lembremos que não somente de pão vive o homem e que de outro pão, o da alma isto é, o da religião, da fé, na palavra da graça divina, que todos vocês têm necessidade.

Permite, finalmente, que os exortemos a não pôr vossa confiança na violência nem na revolução. Tal atitude é contrária ao espírito cristão e pode retardar a não favorecer a elevação social à qual espirais legitimamente. Procurai secundar as iniciativas a vosso favor, a favor de vossa instrução, por exemplo o da ação cultural popular. Procurai estar unidos e organizados sob o sinal cristão, e capacitados para modernizar os métodos de vossos trabalhos rurais. Amai vossos campos e estimai a função humana, economia, e civil dos trabalhadores da terra que vós mesmos exerceis.

O Brasil, Sr. Presidente, felizmente estava presente, representação que foi nesse encontro pelo Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, Sr. José Francisco da Silva, que, na oportunidade, entregou ao Papa um documento no qual afirma muito bem a situação dos camponeses do nosso país.

Sr. Presidente, diz o memorial entregue ao Santo Papa que :

## I

*"Os lavradores brasileiros clamam por justiça, pois não estão livres da miséria e são oprimidos e em situação que ofende a sua dignidade".*

O documento apela para o Papa no sentido de que "continue a motivar os membros da Igreja para um engajamento na luta pela liberdade social dos povos", explicando que "a propriedade da terra no Brasil ainda é privilégio de alguns poucos poderosos e na prática ainda se constitui num direito incondicional e absoluto".

## RELATO

## II

— Os trabalhadores rurais vivem em infimas condições de vida, embora de seu trabalho dependa a alimentação de todos os brasileiros. Apesar de produzirem os gêneros alimentícios consumidos nas cidades e a maior parte da matéria-prima utilizada na indústria, permanecem ainda hoje como as grandes vítimas do sistema de colonização implantada a quatrocentos anos — frisa o documento.

— Hoje, no Brasil, as terras permanecem nas mãos de uma minoria que compõe o grupo dos poderosos nos campos político, econômico e social. Tudo que a Revolução de 1964 fez até os nossos dias foi criar um corpo de leis elogiável, cujos resultados ainda não sentimos porque, em última análise, não foram aplicados. Os colonizadores do Brasil continuam contra o Governo e contra o povo, e a Revolução não os pode deter. São eles os senhores absolutos e nós os seus escravos.

O documento pede ao Papa que incentive "as reformas urgentes, agressivas e audaciosas, mas, sobretudo, exequíveis."

Este encontro, Sr. Presidente, sem dúvida alguma, veio demonstrar, àqueles que não querem entender, que a Igreja está realmente renovada no seus princípios, no seu ideal e, sobretudo, no sentido de congregar todas as populações, todos os povos, naquele fim almejado por todos os corações cristãos: a paz social. (Muito bem.)

INGRESSISTA: JOSÉ MARIA MAGALHÃES  
 OBJETO N° CAMARA  
 N° SENADO  
 de 1 / 11 / 68 / CD-SE-ON Pg 7803/06  
 N° / de / /

*Congresso realizado pela Associação Médica Brasileira em Caxambu - 076*

Pela primeira vez, Sr. Presidente, se faz neste País um Congresso em conjunto da Associação Médica Brasileira com uma Associação Médica regional, no caso em foco, a de Minas Gerais.

Foi realmente um conclave da maior importância para a medicina do nosso País. Contou o referido Congresso com presenças ilustres de representantes não só de todos os Estados da Federação, mas de outros países, e também com a presença do Sr. Ministro da Saúde, Dr. Leonel Miranda.

O Professor Claude Guieu, da França, fez uma conferência sobre a exploração do pâncreas pela tomografia frontal sob pneumo e retro-pneumoperitônio associados. Esse professor veio da França para fazer essa conferência no referido Congresso.

O Professor Frederico Hernandez Morales, de Porto Rico, discorreu sobre estudo clínico e terapêutico do paciente com diarreia crônica.

O Professor Euryclides de Jesus Zerbini, falou sobre transplante cardíaco.

O Congresso enfocou, Sr. Presidente, além dos problemas médicos, sociais, e sobretudo de ética profissional, o Plano Nacional de Saúde, ora posto em fase experimental em diversos Estados do Brasil. Mas o ponto alto foi, justamente, Sr. Presidente, a conferência do Professor de Oftalmologia de Minas Gerais, Dr. Hilton Rocha, sobre o ensino médico mais qualificado. S. S.ª fixou-se, com muita felicidade, no problema da tão exigida reforma universitária. Realmente, a juventude que está nas ruas contestando e protestando, além de desejar participar de um processo do qual está aliçada pela força do cassetete e das balonetas e reivindicar sobretudo melhores faculdades, condições melhores de ensino, num ambiente adequado, propício. E foi justamente um catedrático da Faculdade de Medicina de Minas Gerais, o Professor Hilton Rocha, com palavras sábias, trazendo toda a sua experiência, que colocou no lugar devido a questão da reforma universitária. Faz S. Sa. críticas severas, mas justas, conscientes e ponderadas.

Nesta oportunidade, Sr. Presidente, quero congratular-me, e penso que esta Casa também, com a classe médica do Brasil pela realização deste Congresso e também pelos trabalhos ali elaborados. E como se encontram na Ordem do Dia projetos relativos à reforma universitária em nossa Pátria, peço a V. Ex.ª considere como lido o discurso do Professor Hilton Rocha, para que suas palavras possam chegar ao Governo e, antes disso, para que delas tome conhecimento o próprio Legislativo, que está discutindo o assunto. Mas é mister que elas cheguem ao Executivo, pois, tendo ele ainda possibilidade de reformular o que foi aqui estudado e aprovado, inclusive com o direito legítimo de vetos, pode, com a sua assessoria, e examinando o trabalho do Professor Hilton Rocha, dar à reforma universitária aquilo de que ela realmente necessita: autenticidade e praticabilidade, a fim de que se faça uma reforma neste País, num setor que, de fato, a exige, mas que ela beneficie a nossa juventude, juventude esta que terá no porvir, a responsabilidade de dirigir a nossa Pátria.

O trabalho a que me referi é o seguinte:

**HILTON ROCHA QUER ENSINO MÉDICO MAIS QUALIFICADO**

*Sobre o Ensino Médico Brasileiro*

*Pelo Professor Hilton Rocha*

Há quase dois decênios, o emérito e lúcido educador brasileiro — Fernando de Azevedo, assim escrevia: — “o câncero escolar inva-

diu os artama's do ensino secundário e superior, e estendeu pelo país uma rede de ginásios e universidades cuja falta de padrões e de seriedade atingiria as raias do ridículo, se não vivêssemos em uma época tão crítica e tão trágica que os nossos olhos cheios de apreensões e de susto, já não têm vigor para o riso e para a sátira”.

Quando a escola entre nós já não educa, mas somente ensina (quando ensina); se não dispõe de meios à altura das dificuldades crescentes de sua função, se é apenas um lugar de passagem, para crianças e adolescentes, um corpo mecânico sem nenhuma animação vital, sem nenhuma consciência de suas funções, sem nenhuma influência, senão a do atrofamento sobre as gerações jovens, como esperar que elas venham a ser formadoras de uma nova ordem que contribua para a sobrevivência do regime e das instituições democráticas, e seja um instrumento poderoso de transformação da vida nacional? E sobre a escola que o cepticismo indígena assasta os seus tiros tão certos e eficazes. O brasileiro não acredita que a escola que possui, até hoje, efetivamente não educou”.

Há mais de meio século, o grande Ruy pontificava: — “na educação, estão envolvidas as mais altas conveniências, as mais imperiosas necessidades e os mais sagrados direitos nacionais”; e é esse um problema “que desafia pelas suas dificuldades as competências dos parlamentos mais ilustrados, que pela sua vastidão pode absorver a atividade de legistaturas inteiras e que não cede em grandeza a nenhuma outra”, e sobre excede em atualidade a todas as questões agitadas entre nós”.

“Quando não é pela ação improvisadora da incompetência, que mutila, estropeia e desorganiza, que estabelece a confusão e a anarquia, pelo sistema do “platalismo”, com que nos apresamos a lavar as mãos, afastando de nós a co-responsabilidade nos erros, nas precipitações e nos desmandos, é pela política de braços cruzados, é pela inércia que a política partidária ou estende as garras ou deixa de dar remédio à desgraçada situação desse e de outros gêneros de estudos no país, na esperança de que basta existirem professores para sobreviver a educação, e de que seus membros fortes foram armados para aguentar o peso crescente dessas ruínas”.

E se nem ao mesmo professores temos?! Não queiramos um educador como aquele que Carlyle debuxou com tintas tão vivas quanto reais: — máquina de moer verbos, sem a chama de combustão íntima da alma, sem essas energias misteriosas da vida que comunicam o espírito com o espírito, e ascendem o pensamento ao fogo do pensamento”.

Emancipar e instruir é a forma dupla do mesmo sentido político. Os que nos precederam emanciparam-nos do declarado jugo alienígena. A nós cabe a completa emancipação, que os bastidores ainda retardam, ao preço do nosso analfabetismo. A nós compete instruir. “O ensino, esse agente invisível, multiplica a energia do braço humano, e é, sem dúvida, a mais poderosa das máquinas de trabalho”.

Se pretendes uma reforma séria cumpre fundá-la em bronze, aguardar-lhe pacientemente os frutos, deixar entregues nela sementes, o que não consegues, se a não acatelares, quanto ser

**O SR. JOSÉ MARIA MAGALHÃES:**

(Comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, realizou-se no corrente mês, na cidade mineira de Caxambu, um Congresso Médico, reunindo a Associação Médica Brasileira, sob a presidência do Dr. Fernando Megre Veloso, e a Associação Médica de Minas Gerais, sob a Presidência do Dr. Olandino Ferreira Frados.



possa, contra as temerárias e incompetentes veleidades.

Quando requeremos que o ensino da ciência receba mais amplo desenvolvimento, não é pelo fato de ser a ciência a grande provedora das riquezas do Estado, não é pelo de ter levado a indústria a progressos maravilhosos, é porque desvanece os preconceitos, espanta os fantasmas, aniquila as superstições, expelle da natureza o bacacuricho, fazendo succeder-lhe a imutabilidade da lei. Não é porque seja a soberana conquistadora da natureza, mas porque é a rainha das sociedades modernas e a libertadora do pensamento humano (Ruy Barbosa).

Sydenham o Hipócrates britânico no dizer autorizado de Osler, foi um homem de muitas incertezas, e nisso residiu o segredo de sua força.

Ai dos que não têm dúvidas! Ai dos cérebros e das convicções que se encasulam ao evoluir das novas conquistas! Ai dos porpósitos imutáveis, que pretendem fixar um horizonte, ao alcance permanente de nossas limitações! Não é o horizonte que se fixa, é a nossa acuidade que deve se esmerar, sobrenadando embora e de continuo a nossa pequenez.

Sim, dúvidas existem e sempre existirão na forma, nos projetos, nas tuses, no equacionamento. Mas a eclosão desses anseios e a colisão honesta de convicções em litúrgia, sempre partição de premissas tranquilas, universais, intangíveis e imutáveis.

"O amor à ciência, o amor à arte, o amor à liberdade, intimamente relacionados e levados a uma união orgânica, formavam os atributos essenciais do gênio grego". Parafrazeando a Osler, poderíamos dizer que, não podendo aspirar a totalidade desses predicados, procuremos sempre entreter aquele que para a vida prática representa o maior valor, e que foi o mais valioso legado da raça helênica à humanidade — o amor à liberdade.

Sim, o mestre Sydenham, que teve na incerteza a grandeza de seu mérito, soube contudo entrete-la com a "intrepidez intelectual e certa ousadia de conceitos".

E o hino a Sydenham, que o teve por musa e a Osler por intérprete, a pretexto de ressaltar a grandeza do efeito, recriminava: "o desrespeito da autoridade como tal, uma indevida complacência com o status quo, e a obstinada impenetrabilidade às inovações, constituíram sempre outros tantos precalços para o progresso da medicina. Cada geração, cada país viam surgir, e verão ainda, os seus laudatores temporis acti no mau sentido da expressão, muitos deles homens ocupando posições de destaque que emprestam o seu conservantismo complacente a uma ilusória tentativa de deter o progresso de novas idéias".

Aqui estão hoje os médicos do Brasil e daqui nos devem ouvir as maiores autoridades que nos governam com esforço que acreditamos sincero e por vezes sobrehumano, para remover escombros, embasar novas estruturas criando um clima compatível com as conquistas de hoje e um pedestal mais consentâneo com as perspectivas que se alongam, num recuo que é progresso, mas num distanciamento que nos amofina, pela vertigem decorrente da dissonância entre a velocidade ascensional do alvo e o empenhamento inveniável do veículo que nos é dado a perseguir.

Quando aqui nos reunimos, para falar e ouvir sobre problemas de educação médica, iremos

apontar honestamente aquilo que nos alegria como o que nos contrista. Se aqui ou ali as nossas palavras ganharem entusiasmo ou calor, não queiram os nossos dirigentes, que realmente prezamos interpretá-lo como desrespeito ou desatenção a autoridade. Jamais. Fazêmo-lo sempre construtivamente.

Quando algum amigo nos pede um parecer sobre algum ato seu, traiamos a amizade e a sua confiança se não lhe extermos exatamente o nosso pensar.

O secretário particular do Cardeal, atendendo a um velho apelo seu, a certa altura apontou falhas, demérito e declínio em suas orações até então magistrais. O Cardeal demitiu-o.

Pouco importa. Perante os nossos governos, que os queremos como amigos numa tarefa ingente e patriótica, apontemos aquilo que nos pareça erro ou omissão. Pouco importa que, como o secretário do Cardeal, possamos vir a sofrer as consequências da validade ferida, e sermos desligados da pretensa ou pretenciosa assessoria. Valha a tranquilidade da consciência. Conforte-nos o sentido da honestidade.

Mas estou certo de que não seremos demitidos. Ao contrário seremos ouvidos compreendidos e meditados. O tom de nossas incertezas reflete honestidade. A linguagem de nosso respeito traz tributo à autoridade. Não seremos demitidos, mas agraciados.

E não foi outro o motivo porque buscamos, nas primeiras palavras desta oração, o amparo de Fernando Azevedo, Ruy e Osler, para mostrarmos que os males de hoje não são de hoje, mas de sempre. O que urge é tentarmos mitigar um mal que se perpetua. E mais grave, tentar impedir o retrocesso cuja ameaça conflagra a angústia.

O ensino médico vive indiscutivelmente horas atribuladas. A Associação Médica Brasileira deve, neste instante em que inaugura mais um conclave, dentro da hospitalidade empreendedora e tradicional de sua valorosa federada montanhêsia, — deve a AMB, repito, ser convocada para reprisar aqui a obra de sua co-irmã norte-americana. Co-irmã bem mais velha e experimentada; aquela com 120 anos de existência, a nossa com 19: — um século de experiência nos separa, mas poderá servir-nos.

Quem desconhece o drama que a norte-américa viveu no princípio deste século? Quem desconhece a mercantilização, o avilamento, o desprestígio, o demérito e quase a criminalidade que envolvia o ensino médico do grande país do Norte? Nenhuma exigência para o ingresso nas faculdades de medicina de então, e portanto nenhum padrão para os egressos. Era o achincalhe, o despudor e a venalidade.

Os extremos da degradação geram felizmente reações proporcionais. Foi o que ocorreu. Abraham Flexner cumpriu genialmente sua tarefa dando-nos um monumental relato, que ainda hoje é vivo e eloquente. Sobre ele, fundou-se a reação. A entidade de classe americana, com o apoio dos governantes de então reagiu, pulverizou as espeluncas e embasou o edifício majestoso que hoje orgulha o mundo, depois de enaltecer a pátria, redimindo-a.

O Brasil está mergulhado numa fase parecida, porém paradoxalmente oriunda de boas intenções.

O afan descontrolado de aumentar o número de médicos do Brasil, e a angústia compreensível de

assistir milhares de jovens barrados à porta das Universidades, — foram os grandes elementos que sensibilizaram os nossos governos, de um modo particular o atual, levando a atos e providências que, a meu ver, foram precipitadas e maleficas.

Realmente a nossa carência de médicos é premente? O Brasil possui um médico para 2.300 habitantes. Poderemos realmente melhorar a proporção.

Mas de que valerá o acréscimo de médicos, sem planos para interiorizá-los? Temos agravar a plethora dos grandes centros. Haja vista a situação da Guanabara, que tem um médico para 350 habitantes, pode-se dizer que numa proporção ímpar, mas não privilegiada.

Não nos esqueçamos por outro lado de que não há mercado justificador para esse aumento, o que levará a profissão ao esvaziamento e ao desmantelamento. Não nos esqueçamos de que nada foi organizado, no sentido de abrir o mercado para a hinterlândia. Sem que lhe ofereçamos um mínimo de conforto, para a vida e para a profissão, como carrear-lo? Um ano compulsório ou uma convocação militar, sem esse atendimento, serão medidas válidas?

Não. Teremos que buscar outras fórmulas, outras soluções. Por exemplo, não será preferível que os Governos se articulem com as Faculdades de Medicina, para que o ano de internato ou estágio seja rural, interiorano, levando a todos os rincões a medicina curativa e social, ao tempo em que educam? Não será exequível que um ano de curso médico, um ano prático, sob a supervisão do corpo docente, se desloque para a hinterlândia? É uma idéia, como tantas. Mas não nos esqueçamos de que tais idéias deveriam se corporificar, antes que drasticamente ampliássemos o número de médicos do Brasil.

Mas, para raciocínio, olvidemos a detalhe, e aceitemos a necessidade urgente de formarmos mais médicos. Como fazê-lo?

Aumentando o número de matrículas? Criando novas escolas? Restringindo o número de anos do curso? Impondo ditatorialmente os Institutos Centrais, que irão trazer por certo, como consequência inevitável, o credenciamento afoito de hospitais por ao ensino?

Sim, o caminho normal é o aumento do número de matrículas. Há tempo ocioso, espaço ocioso, pessoal ocioso. Desapareça o ocio, e surgirá por certo possibilidade ampliadora.

Assim raciocinando, e sensibilizados todos pelo número de jovens não aproveitados nos vestibulares, criou-se a categoria dos "excedentes", que em realidade são "inconformados". E, antes que se oferecessem condições para que as Faculdades se estruturassem para um número maior de alunos, veio um convênio, que o Governo propôs e sancionou, com a chancela unânime dos Magníficos Reitores.

Os "excedentes" teriam que ser matriculados. E até hoje matriculam-se excedentes de 1967, para iniciar o curso em 1969. Chegou-se até a facilitar a ida, revivendo os velhos tempos coloniais, de excedentes para a velha Mãe Pátria, Coimbra, Lisboa, Porto, abriam-lhe as portas. E cerca de mil universitários brasileiros para lá se trasladaram.

Como ampliar matrículas antes de se ampliar enfermarias, laboratórios e pessoal docente? O caminho à frente dos bols.

Mas forçar o aumento das matrículas a priori significou logicamente a degradação do ensino.

III

Quando pensávamos em "integração", quando arriscávamos incursões na pesquisa, quando engatinhávamos na pós-graduação, veio o impacto, para criar, não só uma greve e imediata derrocada, porém um ciclo vicioso quase incoercível.

Não há possibilidade honesta, ainda que as verbas prometidas se concretizassem, de se resolver tão grave problema "a posteriori". Os atuais excedentes, ao invés de beneficiados com a matrícula, serão prejudicados e futuramente frustrados. Não nos esqueçamos nunca de que Peron fez na Argentina: a Faculdade de Medicina de Buenos Aires chegou a ter cerca de 3.000 alunos na primeira série, e a consequência foi flagrantíssima.

Este é um assunto delicado, exigindo que os responsáveis esclareçam a população leiga e a própria juventude interessada. Não é forçando a ampliação das matrículas, em escolas que não as comportam, que se irá solucionar o problema. O aumento exorbitante é a falência do ensino, com o sacrifício e a frustração dos pretensos interessados.

Urge um esclarecimento, para que não se interprete ao revés. Como em uma das capitais brasileiras, em que o Prefeito sancionou uma lei para que se erija em praça pública um "monumento dos 118", alusivos ao movimento estudantil no vestibular de medicina de 1963.

Todos somos sensíveis ao drama da juventude estudantil brasileira, mas precisamos ser responsáveis, pois, pior do que esse drama será o melancólico e o aniquilamento. São esperanças, sonhos, legítimos anseios, que se destroem e se esborçam. É um crime lesa-pátria, porque desliga do futuro do Brasil um poderoso contingente de jovens, nos quais temos de confiar, e cujo elan não se pode amortecer.

Sinto este declínio e essa frustração dentro de minha Escola, que é indiscutivelmente das melhores. Basta ver a quase totalidade dos atuais 100 doutorandos a pleitear uma pós-graduação. Reflete bem a deficiência de sua formação.

O que acontecerá? Ou, pelo menos, o que se teme? E que se inicie um novo ciclo vicioso, a agravar mais e mais a situação. Iremos assistir a uma onda de pseudo-residentes — sem curso, sem aulas, sem supervisão. Irá sobrenadar o autodidatismo e, depois de desmerecida como está a graduação, pulverizaremos a pós-graduação, que surge como a única esperança redentora. Sem ela em alto padrão, dificilmente nos recuperaremos. Maus médicos, piores especialistas, docentes e pesquisadores rarefeitos. Será o caos, será o fim.

O que hoje se assiste no Brasil, é, na maioria das escolas, uma impossibilidade quase absoluta de ensinar. É, mobilizando para o curso de formação todas as reservas, assiste-se à impossibilidade de estimular a pesquisa e a pós-graduação. Aumentam os alunos, e estanca-se a matriz do pessoal docente.

O problema crucial é a carência de professores. As nossas escolas tradicionais não se bastam e, pior ainda, não têm condições de fixar aqui grande número de seus melhores elementos. Assiste-se contristado ao êxodo intra e extra-territorial de homens que não podíamos perder.

Atentai bem. Com o aumento abusivo do número de matrículas, as Faculdades tradicionais carecem de pessoal docente, e ficam

estancada as fontes principais de sua gênese.

Mas nem assim, nem com essa plethora depreciativa das Escolas tradicionais, nem com o agasalho de algumas centenas de jovens nas faculdades lusas; nem assim foi possível abrigar todos os que se julgam beneficiados pelo maisinado convênio.

E a solução imediata teve que ser (e foi) o incremento de novas escolas de medicina. As escolas médicas, que eram um problema nacional, passaram a ter um colorido estadual, para logo se transformarem em ponto de honra de disputadas municipais. E "capitis diminutio" não possui uma Faculdade de Medicina.

E os municípios, um pouco maiores já não se satisfazem com uma, querem duas escolas, quando não mais. Municípios, que mal comportariam uma escola de enfermagem, possuem uma escola de medicina.

Há poucos dias ouvi contristado o seguinte comentário de uma autoridade sanitária pan-americana, sediada em Washington. Diz-me ele: — tenho em meu escritório um mapa da latino-américa, e mando fixar uma bandeira no local em que se funda uma escola. O Estado de São Paulo já não possui um espaço livre para que se fixe ali uma nova bandeira! Mas o Estado de Minas já está em situação semelhante; e, em outros Estados, a coisa talvez seja até mais pungente.

E criam-se escolas inviáveis. Inclusive não se atenta nem mesmo para a conveniência geográfica ou sócio-econômica. Vemos áreas de nítida influência de uma grande Escola com mais duas, três ou quatro pequenas escolas satélites. Ou duas pequenas lado a lado. E o prestígio municipal em jogo.

Mas como fundar um número tão grande de escolas? Se não há professores, nem para as tradicionais, como ministrar o ensino?

A princípio, a solução era mobilizar os médicos da sede da faculdade para serem professores. De uma feita, li um projeto de nova escola, que dizia: — todos os médicos militares na Capital X são professores, permitindo-se a acumulação de cátedras... Este projeto não vingou!

Mas, em geral, organizavam mais ou menos as cadeiras básicas, e os médicos locais cobriam os vazios do ciclo clínico.

Depois, surgiu o *travel-professor* — o professor viajante (ou visitante). Vitalizou-se o "mandato universitário". As faculdades maiores, que já não dão conta de si, podem se responsabilizar pelo ensino de outras menores. E o *travel-professor*, em cursos relâmpagos de 20, 30 ou 40 dias, foi a solução.

Depois, as escolas pupulavam, os professores minguavam e o *travel-professor* encontrou um sucedâneo: professores minguavam e *travel-professor*.

E vemos disciplinas que se ministram aos sábados e domingos por professores de alto mérito, mas que residem e trabalham nas capitais vizinhas. Provavelmente, em breve, muitos alunos irão residir nestas capitais, acompanhando os professores em suas visitas às faculdades respectivas, por onde se diplomarão.

Mas essa solução fragmentária, viciosa e incrível só funcionava para o ciclo clínico: — as cadeiras básicas, por vezes até bem instaladas, tinham continuidade e eficiência.

Chegou o momento, inevitável pelo acréscimo da demanda em que não mais se poderia pretem-

der, em algumas novas escolas, a instituição de um bom ciclo básico.

Para tudo há um solução. Precisavam de mais escolas ainda, sob a pressão dos excedentes atuais e dos candidatos vindouros. Para o ciclo clínico, há meios de se contornar. Como resolver o ciclo básico?

Uma idéia realmente salutar e procedente poderia, não em sua essência, mas com contrapêso, solucionar o impasse — os Institutos Centrais.

Institutos Centrais, ou que outro nome tenham. Aliás, as reformas são comumente mais de semântica, do que de base ou de profundidade. Agora, por exemplo, antipatizaram conosco, com os catédricos, mas as cátedras ressurgirão mais ou menos sob o pseudônimo de disciplinas. O que importa é o homem, e não o rótulo.

Mas amadureceu a idéia realmente válida dos Institutos Centrais. Para que a dispersão e a redundância de pessoal, material e verbas? Porque não reunir tudo sob o mesmo teto, permitindo-lhe maior aproveitamento, ensejando mais pesquisas, propiciando melhor treinamento docente?

Seria uma experiência legítima, muito discutível e discutida, mas se deveria tentar.

O que se fez? Ao invés de se escolher uma ou algumas Universidades para a experiência, não, baixou-se um decreto, obrigando todas as Universidades (pequenas, médias e grandes) a instituí-los, sob pena de intervenção federal. Feriu-se a autonomia? Pouco importa.

O mal é que se generalizou obrigatoriamente uma inovação, que ainda não exibia o beneplácito da experiência. E se esqueceu de que as condições das diversas Universidades eram heterogêneas, não comportando portanto bitola rígida ou padrão inmutável.

Esvaziaram-se muitas Faculdades de Medicina, que se privaram assim de todos os seus professores do ciclo pré-clínico. Estes perderão o contato com a biologia, os clínicos precipitar-se-ão no vazio, carentes de amparo básico.

A Faculdade cindiu-se; e a cisão debilita. Integração é quimera.

É sempre assim. Visa-se a um aspecto construtivo, legítimo e aplaudido, mas se olvidam as consequências funestas colaterais de uma afoiteza ou de uma generalização.

Vejam em Belo Horizonte. O Hospital das Clínicas ficara aproximadamente a 20 quilômetros do Instituto Central respectivo. Como integrar o ensino, sem ao menos condição geográfica? No meu entender, o Instituto Central será ativamente nocivo, embora possa ser aceitável ou mesmo benéfico a outras Universidades.

Os Institutos Centrais foram assim criados, drasticamente, com o melhor intuito e o mais sadio propósito. Quem poderá reclamar a idéia? Combater o supérfluo estimular o estudo, engrandecer a docência. Mas se esqueceram de atentar para outros lados do problema. Ou o esvaziamento consistente das Escolas tradicionais, nivelando por baixo, será indisponível para se abrir caminho a uma colmeia de novas escolas? De onde fluirá o amargo fel para amortecer e combater os seus idealistas fundadores, frustrar jovens esperançosos, ceifar o ímpeto de progresso do nosso ensino, e apontar aos futuros profissionais o único caminho para uma sobrevivência sem estímulos — a socialização, o assalariamento vil e a

despersonalização. Aliás, é o próprio Ministério do Planejamento que alça sobre o risco de um incremento do número de médicos, mais rápido do que o aumento da renda nacional, induzir ao abandono da profissão ou à migração para outros países.

Talvez fosse essa instituição drástica indispensável, para permitir a criação ilimitada de novas escolas. Se estas, como vimos, já não poderiam vingar, por impossibilidade de cada uma possuir o seu ciclo básico, quem cabe os Institutos Centrais viriam como armas salvadora e heróica? Este pensamento terá influido na implantação arbitrária, dentro de um prazo fatal, dos ditos Institutos? Não sei. Nada, estou afirmando: — cismo e divago.

O fato é que eles atenderão a esses propósitos. Os jovens que terminarem o seu curso científico, dentro em breve, terão acesso automático à Universidade a fim de se prepararem no Instituto Central respectivo (dois anos).

Imaginemos que 2.000 alunos ingressem num Instituto Central de Biologia. Poderão ser aí acreditado, satisfatoriamente preparados durante os dois anos do Curso. Conclusos os dois anos básicos, esses 2.000 alunos, desejando estudar Medicina, terão que se transferir para o ciclo clínico. Digamos que as Faculdades pre-existentes possam acolher 500. Surgirão matriculados 1.500 legítimos excedentes, razoavelmente preparados no Instituto respectivo. Será o estrangulamento entre os dois ciclos, criando-se os verdadeiros excedentes.

A solução será credenciar hospitais para o ciclo clínico, e iremos por certo assistir a uma bacanal de credenciamentos e de convênios.

Se não se conseguiu deter a orgia de novas escolas para satisfazer aos "incomformados", como pensar em cobri-la, em relação aos futuros convênios quando a avalanche dos verdadeiros "excedentes" o exigir?

Não quero ser profeta. Longe de mim essa pretensão. Quero estar equivoorado, redondamente equivoado. Mas ninguém me poderá negar a validade do raciocínio a procedência das ligações e o direito de externá-las.

Os Institutos Centrais magníficos e aplaudidos, quanto ao seu propósito de pesquisa e de docência, são nocivos à estrutura de uma Faculdade de Medicina (que se vê esvaaziada) e podem se tornar funestos criando estrangulamento entre os dois ciclos do ensino médico.

Realmente esse risco existe. Veja-se por exemplo o magnífico estudo que o célebre Grupo de Trabalho recentemente nomeado pelo Exmo. Sr. Presidente da República nos apresentou. A certa altura nos diz: — "evitar-se-á a construção de novos Hospitais de Clínicas. Conclusões os estudos básicos os alunos que se destinarem ao ciclo profissional poderão prosseguir sua formação em unidades clínicas não necessariamente pertencentes às Universidades, mas por elas utilizadas — mediante convênios para fins didáticos; aos Hospitais de Clínicas já existentes o INPS deverá reservar quota substancial de seus convênios". Quanta ameaça à vista!

Mas o aumento do número de médicos já se tornou uma verdadeira psicose. Devemos conseguir, ainda que à custa do demérito e da desqualificação profissional.

Se Whitby, que presidiu a Primeira Conferência Mundial sobre a Educação Médica, em Londres, no ano de 1953, pudesse ainda as-

sistir a estes deparatérios, como sofreria! Ele que, com toda sua autoridade, sobressaiu a necessidade de uma grande seleção intelectual e moral dos futuros médicos. Dizia ele só deverá ser estudante de medicina quem se localizar no terço superior do espectro da inteligência. Nem mesmo a inteligência de nível médio deveria ser admitida para a conquista do título de médico, que irá lidar aberta, direta e livremente com a vida de seus semelhantes.

Mas não. Temos a todo vapor de duplicar, triplicar ou multiplicar o número de médicos do Brasil.

Chegamos mesmo a dizer que devemos ter dois tipos de Escolas: — as do asfalto e as do sertão. No Governo João Goulart, chegou-se até a pugnar pela criação de Escolas de 3 anos para bixar aqui o que a Rússia já repudiara.

Não podemos de forma alguma concordar com essas restrições. Na minha Faculdade de Medicina, experimenta-se um curso de cinco anos, com limitação de férias e abolição do internato. Pouco importa que as cargas horárias estejam satisfeitas: — elas não substituem a vivência e a sedimentação, a maturidade e o convívio.

E para que restringir o Curso a cinco anos? Não se aumentará com isso o número de médicos, pois apenas iremos diplomá-los um ano mais jovens. Não se atenderá nem mesmo à psicose inflacionária e quantitativa, que pretende ver, à outrance, nas fórmulas aumentistas do número de médicos brasileiros, o remédio heróico para nossos males, cujo diagnóstico é bem outro.

A não ser que quiséssemos ver uma segunda intenção que realmente não existe, porque conhecemos a lisura dos homens que nos governam e dos nossos líderes, em quem confiamos. A restrição audaciosa dos currículos e a adoção de dois padrões de Escolas, poderiam permitir a colossão ainda mais fácil e desordenada de "escolinhas" rurais. As escolas médicas, que já se tornaram hoje problema de vaidade "municipal" passariam a ser de cogitação "distrital"... Não. Isso é apenas devaneio opatório, sem qualquer visão de realidade. Talvez reflita a angústia, que a todos amofina.

É com real agrado e fundadas esperanças que vemos bem desta, cada esta preocupação do Grupo de Trabalho, em boa hora organizado pelo Exmo. Sr. Presidente da República. E organizado muito bem.

No seu trabalho, lêem-se tópicos assim: — "evitar-se-á a expansão de vagas e a criação de novas unidades para aquelas profissões já suficientemente atendidas", e "qualquer autorização para funcionamento de novas unidades dependerá não apenas da comprovação de sua viabilidade pedagógica e científica, mas também de sua viabilidade administrativa e econômico-financeira".

Afirmativas como essas, partindo de onde partem, devem tranquilizar-nos. Estamos aflitos, preocupados, amargurados, mas não desesperados.

Ninguém poderá se opor à criação de novas escolas, bem estruturadas, autônomas, bem dotadas de pessoal e de material. Ninguém poderá em sua consciência aplaudir o surto de escolas que surgem sem atender às necessidades e às possibilidades da região em que se plantam, e principalmente sem oferecer condições próprias para o seu desempenho,

sob a alegação de que o tempo corrigirá as grandes deficiências, pouco importa que com sacrifício de gerações e gerações de jovens. E não se diga que a situação nacional é prazente quanto ao número de médicos e o número de escolas; basta que se leia, por exemplo, os trabalhos de Rigatto e Jairo Ramos, publicados na Revista da AMB (12:505-512, 1956 e 13:99-115, 1967).

Mas ensino médio não é apenas formar médicos; inclui pós-graduação e pesquisa. Sem estas, já, mais teremos ensino de padrão elevado e medicina liberta.

Até bem pouco, pode-se dizer que o Brasil apenas se limitava em melhorar o curso de graduação. Mas, ao conseguí-lo, enveredava em definitivo para a pós-graduação e a pesquisa. Engatilhávamos.

Precisamos plasmar nossos próprios professores, e também elevar cada vez mais o nível dos que possuímos. Era o que buscavam, há alguns poucos anos, as Universidades brasileiras.

Compreende-se pois o amargor dos responsáveis, quando da noite para o dia assistem o desmantelamento do que se plasmará com real carinho. Fendas profundas surgem no edifício de graduação, como vimos, furtando-se à pós-graduação os fundamentos para que solidamente se instituisse.

A plethora de alunos, a criação de Escolas impossíveis, o tempo integral rarefeito, a carência de técnicos e de pessoal, o divorcio entre os ciclos pré-clínico e clínico, — abalarão em definitivo o edifício da pós-graduação profissional, que despoitava.

Antes de prosseguir nos comentários que o tema apaixonante suscita, não me contenho em mais uma vez renovar minha crítica pessoal ao conceito que o Conselho Federal de Educação firmou, ao definir os diferentes cursos.

Baseando-se na Lei de Diretrizes e Bases (art. 69), houve necessidade de se definir e regulamentar um equívoco. A meu ver, seria mais fácil corrigi-lo, do que contorná-lo.

Refiro-me ao conceito de pós-graduação. Que evidentemente é tudo o que se segue à graduação. Mas como a Lei de Diretrizes e Bases (art. 69) diferenciou em itens distintos a "pós-graduação" da "especialização", fazia-se necessário conceituar diferentemente.

E então estabeleceu-se o seguinte critério (hábil, mas capciosa): — será pós-graduação *sensu lato* aquilo que realmente deve ser — tudo o que se segue à graduação.

Porém, para se ajustar ao referido artigo 69, havia necessidade de se criar a pós-graduação *sensu stricto*, que seria aquela destinada à conquista de graus acadêmicos: — "mestrado" (cujo interesse ainda não pode alcançar) e "doutorado".

Assim sendo, estaria a "especialização" fora da pós-graduação *e sensu stricto*, e portanto satisfetiva o art. 69 da Lei de Diretrizes e Bases.

Não pude fugir ao desejo de renovar esta crítica, exatamente porque li o magnífico estudo feito pelo seleto grupo de trabalho, ao qual pertenceu o ilustre e admirado educador Prof. Newton Supcunira, responsável pelo referido conceito de pós-graduação (*sensu lato e sensu stricto*).

Eu sempre considerei o art. 69 da Lei de Diretrizes e Bases um equívoco do legislador. Mas o Conselho Federal de Educação não pensa como eu, e acredita que

aquêle artigo traduziu exatamente o espírito dos que o redigiram, negando à "especialização" a característica "pós-graduação".

E um dos argumentos para amparar a convicção do Conselho foi a maneira por que foram redigidos os itens a, b e c do referido art. 69.

Citemos textualmente o magnífico parecer do Prof. Sucupira, que foi unanimemente aprovado pelo Conselho Federal de Educação: — "Outro ponto digno de nota é que a lei ao tratar dos cursos de graduação e pós-graduação fala de matrícula, usando para ambos os casos da mesma expressão: — "abertos (ou cursos) à matrícula de candidatos que hajam concluído...". Com referência aos cursos da alínea c, limita-se a dizer simplesmente: — "abertos a candidatos ..., omitindo a palavra matrícula. Não se pode considerar essa omissão como fortuita, e portanto irrelevante".

Pois bem, é de se estranhar que agora o Grupo de Trabalho, ao redigir o anteprojeto de lei, para organização e funcionamento do ensino superior, em seu art. 13, já altera a redação, e os cursos das alíneas a, b e c, abrangendo tanto a pós-graduação como a especialização passem a ser todos cursos "abertos à matrícula". Estou de acordo com o GT: — corrigiram um equívoco. Lastima que não o fizessem integralmente.

Faltou realmente muito pouco para a retificação integral e desejável. Pois o outro argumento em que se fundou o Prof. Sucupira para diferenciar a "pós-graduação" da "especialização" também desapareceu no referido artigo 13.

Esse argumento era o de que, na Diretrizes e Bases, a lei exige diploma de graduação para matrícula nos cursos de "pós-graduação", e não exige tal diploma para a "especialização".

Pois bem o art. 13 alínea c do anteprojeto proposto pelo Grupo de Trabalho, ao se referir aos cursos de especialização reza: — "abertos à matrícula de candidatos diplomados em cursos de graduação ou que apresentem títulos equivalentes".

— Novo equívoco corrigido, com aplauso geral.

Porque não aproveitar a oportunidade e fazer a correção total? — cursos de pós-graduação serão todos aqueles abertos à matrícula de candidatos diplomados em cursos de graduação.

E subdividir a pós-graduação como fôr julgado convenientemente. Por exemplo: — mestrado (?) doutorado, especialização, atualização, aperfeiçoamento.

Mesmo porque nenhum outro argumento existe no parecer do Prof. Sucupira, que ampare o conceito aprovado (*sensu stricto*), e não ser o próprio equívoco de redação do art. 69 da Lei de Diretrizes e Bases, que o Grupo de Trabalho já quase totalmente retificou.

E' um assunto relevante, matê-sobre a conveniência de persistir o conceito de pós-graduação *sensu stricto*.

Vejamos ainda o magnífico estudo do Grupo de Trabalho, sobre o qual dotar construtivamente (e, por certo, ciclosamente). Por exemplo, atentemos para o anteprojeto IV, I, que institui "Centros Regionais de Pós-Graduação".

É u assunto relevante, matéria de interesse nacional, porque esses Centros e esses Cursos são fundamentais à "pesquisa científica" e formação de professores e de tecnólogos de alto padrão".

Porque considerar dentro dessa rubrica apenas os Cursos de "mestrado" e "doutorado"? Cursos de "mestrado" de um ano de duração! E os Cursos de Especialização" (com 2 3 ou 4 anos de duração não são mais valiosos para o "treinamento eficaz de técnicos de alto padrão"?

Atentai para a injustiça que se cometerá. O art. 4º, § 2º, do citado anteprojeto, diz: — "Somente os cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado), que sejam devidamente credenciados pelo .... C. F. E., poderão receber financiamento dos órgãos governamentais". Porque?

Urge pôr cõbro a um equívoco, que irá mais e mais agravar e confundir. Vamos definir pós-graduação como ela deve ser.

Pelo menos em Medicina, o que se busca, o que se estimula de um modo particular é a "especialização". É desta que fluem os bons especialistas, os bons tecnólogos, para dentro destes se fazer a seleção dos futuros "doutores".

Estou certo de que, em outras unidades universitárias, o problema é distinto e talvez por isso o equívoco se perpetue.

Senhores Membros do Conselho Federal de Educação, Magníficos Reitores, Senhor Ministro — Com a devida vênia, meditaí sobre a incongruência que, respeitosa e construtivamente, me propus a apontar.

E pensai na conveniência ou não de se corrigir o que me parece um lapso, agora que temos à mão a oportunidade de fazê-lo.

Não se trata mais de um simples problema de conceituação ou de semântica. Até hoje era assim. Mas agora sente-se o perigo do equívoco se tornar realmente pernicioso e iníquo.

Qual a diferença entre um bom "Curso de Especialização" (2, 3, 4 anos) e um Curso de Doutorado? Apenas uma: — este último exige uma tese.

Já não me refiro ao "mestrado", que a meu ver não deveria existir, que é um simples curso de um ano, "para aqueles que não possuem votação ou capacidade para a atividade de pesquisa", que felizmente não interessa ao nosso ciclo profissional, mas que absurdamente ganha a hierarquia, que não apenas de grau acadêmico, superior aos Cursos de Especialização bem qualificados o que é clamorosa injustiça. Creio deve ser revisto o anteprojeto IV. I — no que concerne à definição de "Centros Regionais de Pós-Graduação".

Mas em verdade tudo parte de um simples erro. Aproveitai o art. 13 do anteprojeto de lei que fixará "normas de organização e funcionamento do ensino superior", para refundir totalmente (porque parcialmente já o fez) o art. 69 da Lei de Diretrizes e Bases, dando à Pós-Graduação um conceito mais realístico.

Realmente urge uma revisão de conceitos. A pós-graduação *sensu stricto* e o mestrado estão confundindo. Ainda agora o anteprojeto sugerido pelo seletor Grupo de Trabalho, para modificar o Estatuto do Magistério Superior Federal, exige em seu art. 7º, parágrafo único, o "título de mestre" para os candidatos ao cargo de Professor Assistente. Mas, se não há mestrado no ciclo profissional de medicina, como nos ajustaremos a essa exigência?

Essa nossa discordância, no definir e conceituar a pós-graduação, não nos impede de aplaudir calorosamente a ênfase que lhe foi emprestada nas conclusões concisas e honestas do Grupo de Trabalho. Divergências

sempre existirão. Argumentos sinceros devem ser alinhados lado a lado. Porque também todos somos decididamente honestos, para reconhecer a validade de uns e a improcedência de outros.

E é desse diálogo franco e construtivo que há de nascer a reação que se busca, e a recomposição que se almeja.

Mas no cerceamento desse diálogo está, a meu ver, a razão de uma outra crítica. Feito o trabalho (e bem feito), foi endereçado ao Conselho Federal de Educação. Não vejamos nesta crítica nenhum desaprêço ao Conselho, que é constituido com homens dos mais ilustres que o Brasil realmente possui em matéria educacional.

Porém, por melhor que seja o GT, por melhor que seja o CFE justificar-se a uma Reforma Universitária sem o parecer, as sugestões, a crítica, das próprias Universidades ditas autônomas? E onde a voz da AMB, que significa a voz dos médicos nacionais?

As Universidades estarão de acordo com a pós-graduação *sensu stricto*? As Universidades estarão de acordo em que se suprimam a partir d'agora as pretensões de novos Hospitais de Clínicas? As Universidades estarão de acordo em que o Governo só financie os Cursos de Pós-Graduação que o Conselho determinar? As Universidades aceitarão a exigência do mestrado para o professor-assistente, em Medicina? Como opina a AMB sobre a carência de médicos?

Quando a preocupação é ampliar a "dedicação exclusiva", justificada será a restrição do "tempo parcial" para 12 horas semanais? Não seria justo que as Universidades pudessem reforçar também os inúmeros aspectos positivos apregoados pelo Grupo de Trabalho, como quando discorde de que as Universidades Federais se transformem necessariamente em fundações? Ou quando encarece a instituição de bolsas de manutenção para alunos mais necessitados, negando-se a gratuidade para os de renda mais alta? Ou quando ressalta a solidariedade íntima entre os vários níveis de ensino, afirmando: — "estender a escolaridade primária e ginásial à totalidade da população, atendendo não a um reclamo ou a uma reivindicação, que freqüentemente não é feita porque não tem condições de ser expressa, mas a um direito inalienável de cada pessoa de uma nação que, crê na substância moral do homem será, no mínimo, tão importante quanto ampliar a capacidade de matrículas e melhorar o ensino de nível superior?" Ou quando, clara e oportunamente, interroga sobre a qualificação intelectual dos que aspiram e reivindicam acesso à Universidade?

O Conselho Federal de Educação poderá ser o intérprete das Universidades, mas depois de auscultá-las.

O Conselho é um órgão respeitável e respeitado. Merece o aplauso de todos. Os seus membros esforçam-se e sacrificam-se em favor da melhoria do nosso Ensino. Mas não é desrespeito alertar para que se está hipertrofiando o seu poder, em detrimento do das próprias Universidades.

É verdade que, no caso, o Conselho Federal de Educação se vê num dilema, em face do Decreto nº 62.937, de 2 de julho último, que instituiu o Grupo de Trabalho fixando-lhe um prazo de trinta dias para a conclusão do projeto. Ao CFE, por força do art. 6º do dito decreto compete apenas opinar sobre "as matérias relaciona-

VI

das com suas atribuições específicas". Foi o decreto mesmo que olvidou as Universidades. O Conselho poderia corrigir o involuntário lapso: — não deveria opinar, sem antes auscultar as Universidades, que em última instância representa.

E isto seria muito mais necessário, quando é o próprio C.T. que textualmente pondera: "em virtude das limitações do prazo, as consultas não puderam ter a amplitude e a profundidade desejadas".

Como disse de início, paradoxalmente as boas intenções e os melhores propósitos engolfaram o ensino médico, abismando-o num estonteante cataclismo.

Mas os nossos homens de Governo e os nossos educadores honestamente sentiram o desacerto, e buscam as medidas corretoras.

As matrículas abusivas, as escolas sem condições mínimas, a cárrência de professores, tudo está aí a nos entristecer. O fato consumado é irreversível, mas não irretratável. Podemos lutar para que eles não se sucedam, e, ao mesmo tempo, buscar elementos para atenuar o dcnérito.

Se, nos anos que se seguirem, soubermos impedir a reprodução da catástrofe e pudermos construir um novo edifício e uma nova estrutura, conseguiremos evitar o naufrágio.

Se não pudermos obstá-la, estaremos decididamente condenados à completa prostituição do ensino médico, perdendo-se tôdas as conquistas pretéritas, obscurecendo-se, tôdas as perspectivas vindouras.

Mas não há porque desesperar. Basta que se veja o esforço bem-intencionado dêsse Grupo de Trabalho, lúcido, valoroso e patriota, que o Governo da República instituiu, para se confiar na redenção.

Que sejam as minhas palavras finais endereçadas à incansável direção da Associação Médica Brasileira, que, com o apóio maiúsculo da federada mineira pode oferecer à medicina nacional este espetáculo grandioso que hoje se inicia. Pessoalmente, sou grato pela honra que me conferiram, e me penitencio pelo desdouro.

Em 1955, a Associação Médica Brasileira realizou em Ribeirão Preto o seu Primeiro Congresso. E então foi debatido, exatamente o tema de hoje — Ensino Médico. Sairam de lá as linhas mestras, que permitiram sem dúvida ao ensino médico brasileiro uma rápida e ascensional trajetória.

Hoje, os acontecimentos imprevistos impuseram um retrocesso, obrigando-nos a novamente cogitar da matéria, para mais uma vez colaborar com o nosso Governo, levando-lhe sugestões e conselhos, que tenho a certeza serão bem-vindos.

Mais ainda. Não esperemos que a medicina brasileira chegue à degradação que a norte-americana amargou no início do século. Não aguardemos a necessidade de um Flexner, para capitanear a salvação.

É muito mais fácil que a Associação Médica Brasileira (com suas pujantes federadas) se mobilize hoje integralmente, para um trabalho de profundidade em torno do tema, que nos ajude não só a emergir sobranceiros da catástrofe, mas que também nos venha gizar, delinear a trajetória vindoura, para fazer tremular bem alto o prestígio da medicina nacional".

Era o que desejava dizer. (Muito bem.)

JOSE MARIA MAGALHÃES

"CONSTITUIÇÃO DE 1967 TRAZ EM SEU CONTEXTO ARTIGOS QUE FEREM BRUTALMENTE A LIBERDADE E A PRÁTICA DEMOCRÁTICA"

DIÁRIO DO CONGRESSO 22/NOV/68

**O SR. JOSÉ MARIA MAGALHÃES**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Constituição teratológica de 1967, considerada, apesar disso, intocável pelo Sr. Presidente da República, traz no seu contexto artigos que ferem brutalmente a liberdade e a prática democrática. Baldados têm sido os esforços de numerosos Deputados no sentido de corrigir essas anomalias por meio de emendas constitucionais, rejeitadas, sistematicamente, pela Maioria, porta-voz que é do Governo.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a consequência inevitável aí está. A Constituição de 1967 não possibilita harmonia e equilíbrio entre os três Poderes, Legislativo, o Executivo e o Judiciário, e estabelece, nezes desencontros, o caldo de cultura propício à instabilidade do regime, sob o qual estamos eventualmente condicionados. Dentre os inumeráveis absurdos contidos na Carta Magna, devemos mais uma vez salientarmos a adoção de eleições indiretas para Presidente da República e o constante no art. 16, § 1º, alíneas a e d:

"Serão nomeados pelo Governador, com prévia aprovação:

a) da Assembléia Legislativa, os Prefeitos das Capitais dos Estados e dos municípios considerados estância hidrominerais em lei estadual.

b) do Presidente da República, os Prefeitos dos municípios considerados de interesse da segurança nacional, por lei de iniciativa do Poder Executivo".

Justamente, Sr. Presidente, Senhores Deputados, o eleitorado mais esclarecido, mais independente, o que possui meios adequados de informação é que se vê brutalmente atingido no seu direito de escolher o administrador da sua Capital, através do voto secreto e direto. Isto cria uma situação de desigualdade constitucional, já que os outros municípios têm eleições diretas. Este fato lamentável enseja uma situação que fere, sem dúvida alguma, o princípio da autonomia municipal. Transforma o Prefeito escolhido em ocupante de cargo de confiança do Governador do Estado, sem mandato prefixado, ficando, portanto, submisso às suas ordens e aos seus caprichos. Mais ainda, transforma a Prefeitura em Secretaria do Estado. Como, em geral, as finanças do Estado não são boas e as das Prefeituras das Capitais são, atualmente, excelentes,

a Prefeitura transforma-se em Secretaria de Finanças do Estado. Como exemplo, Sr. Presidente e Senhores Deputados, podemos citar o caso de Belo Horizonte, cuja Prefeitura foi transformada "em banco de sangue", para suprir o "cofre anemiado" do Estado de Minas Gerais, em detrimento dos interesses legítimos da população belo-horizontina.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a administração do Sr. Prefeito Luis Sousa Lima, nomeado pelo Governador Israel Pinheiro, com a aprovação da Assembléia Legislativa, tem sido desastrosa para Belo Horizonte, apesar dos enormes e invejáveis recursos orçamentários que possui.

E aqui denunciemos, Sr. Presidente: ou o Sr. Prefeito Sousa Lima se preocupa em acudir o Estado em detrimento da população de Belo Horizonte, ou S. Ex.ª está usando a tática de reservar todo o erário municipal para jogá-lo em obras na campanha eleitoral que se avizinha, e isto às claras, à vista, em frente das vistas da revolução de 1º de abril de 1964.

O Sr. Argilano Dario — Nobre Deputado, com muita alegria ouço V. Ex.ª e com uma satisfação muito maior...

O SR. JOSÉ-MARIA MAGALHÃES — Muito obrigado a V. Ex.ª.

O Sr. Argilano Dario — ... porque V. Ex.ª é, sem dúvida alguma, um dos expoentes desta Casa, não só pela sua cultura, mas também pela precisão com que aborda importantes problemas da tribuna da Câmara dos Deputados. Eu, durante cinco anos, lutei, como Deputado Estadual, pela autonomia da Capital do Estado do Espírito Santo, Vitória, até que, por força da compreensão do Governador na época, Sr. Francisco Lacerda de Aguiar, conseguimos se tornasse autônoma aquela metrópole. Depois disso, nobre Deputado, tivemos duas administrações — e somente duas — que serviram, especialmente a última, a do Sr. Solon Borges Marques, para demonstrar a magnitude de uma administração feita por um prefeito eleito pelo povo, eis que tudo convergiu para o bem-estar da cidade, em razão dos compromissos, diretamente assumidos, do então prefeito para com o povo, e não para com o nomeador, como no caso presente. Depois dessa luta toda, tivemos todas as Capitais do nosso País envolvidas nesse manto de periculosidade, em relação à segurança nacional. E encontramos exa-

CONTINUA

14

tamente o que V. Ex.<sup>a</sup> está afirmando, e que constitui o problema de todas as Capitais dos Estados desta República: Todos os prefeitos trabalham em consonância com o Governador. São delegados, cada um de per si, do Governador do Estado, sempre preocupados com o que interessa a este e nunca com o que diz respeito à coletividade. Pretendo também, nobre Deputado, muito breve, fazer um discurso, dessa tribuna, sobre o problema. Mas me limitarei a ouvir V. Ex.<sup>a</sup>, que é realmente, como disse no início de meu aparte, uma das autoridades no assunto, para o qual sem dúvida, devem voltar, no momento, as atenções desta Casa, porque a falta de autonomia para as Capitais dos Estados do Brasil reside em dos problemas mais importantes da administração pública nacional.

**O SR. JOSÉ-MARIA MAGALHÃES** — Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> as generosas palavras e a colaboração que traz ao meu discurso, como representante de um Estado irmão, o Espírito Santo.

Mas dizia eu, Sr. Presidente, que o Sr. Prefeito Souza Lima, através de uma manobra, parece reservar-se a jogar todo o dinheiro na campanha eleitoral que se avizinha. Isto à vista, às claras, em face de uma revolução que pretendia moralizar o País.

Esta prática de ludir o povo já deveria ter sido banida de há muito. A administração não pode sofrer solução de continuidade, à espera do momento eleitoralmente propício para a execução de obras. A cidade tem de ser assistida permanentemente, em especial no que diz respeito aos seus problemas fundamentais: água, esgoto, limpeza pública, energia elétrica, transporte e urbanização. Sob esse aspecto, Belo Horizonte se torna, hoje, um triste exemplo, dado o fato de que o Executivo Municipal não está atento, não só aos problemas fundamentais da cidade, mas, sobretudo, aqueles que dizem diretamente respeito aos interesses do povo da Capital mineira.

**O Sr. Bento Gonçalves** — Deputado José-Maria Magalhães, V. Ex.<sup>a</sup> não desconhece a estima e a admiração que tenho pela sua bravura e, sobretudo, pela sua inteligência. Não tenho procuração para defender nem o Governo do nosso Estado, nem o Prefeito da Capital; não tenho procuração, nem dever, porque outros mais categorizados e mais ligados à responsabilidade da administração pública de Minas Gerais poderiam fazê-lo com mais segurança e, certamente, com mais brilho. Mas V. Ex.<sup>a</sup> faz um diagnóstico e usa aquela linguagem e aqueles conhecimentos de grande médico que é para retratar uma situação que, pela exposição de V. Ex.<sup>a</sup>, é realmente comprometedor. Gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> mesmo, para conhecimento da representação da ARENA, à que pertencemos, como também do povo mineiro, que representamos, desse número e fatos com referência àqueles recursos que estão sendo subtraído da Prefeitura de Belo Horizonte para serem encaminhados a obras do Estado, visando campanha eleitoral futura, naturalmente para beneficiar determinado grupo ou determinada facção.

**O SR. JOSÉ-MARIA MAGALHÃES** — Vou atender ao pedido de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O Sr. Bento Gonçalves** — Mas V. Ex.<sup>a</sup> também não desconhece que o Estado de Minas ficou, durante muito tempo, marginalizado da vida econômica do País, servindo apenas como abastecedor de produtos primários. Até as indústrias foram afastadas do nosso Estado por falta de pulso forte, como aconteceu com a Indústria Simca de Automóveis, como V. Ex.<sup>a</sup> sabe, e, recentemente, com a fábrica de tratores. Temos a situação, praticamente de braços cruzados, a esse espetáculo deprimente para Minas Gerais, com sérios prejuízos para a sua economia. A advertência que V. Ex.<sup>a</sup> faz, que considero como um chamamento à luta, também deve ser dirigida a todos os que têm responsabili-

dade nesta Casa como representantes do povo mineiro.

**O SR. JOSÉ-MARIA MAGALHÃES** — Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> e, dentro em breve satisfarei à indagação de V. Ex.<sup>a</sup>.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, as ruas de Belo Horizonte estão em péssimo estado, sem limpeza pública, com esgotos arrebatados, falta d'água, iluminação deficiente e sem vias de acesso aos diversos bairros e vilas. Com uma população de cerca de 1 milhão e 300 mil habitantes, Belo Horizonte tem um abastecimento d'água para menos de 1/3 de sua população, isto é, apenas para cerca de 350 a 400 mil habitantes. Vive a população da periferia sob o sistema condenável das cisternas, usando quase sempre água poluída pela fossa construída nas proximidades. A consequência é trágica. Belo Horizonte, para tristeza nas proximidades. Ainda para tristeza nossa, transforma-se na Capital da gastroenterite. A incidência da doença é maior do que no Rio e em São Paulo, cidades que possuem população cinco vezes maior do que a de Belo Horizonte. Apesar do grande avanço da terapêutica médica, no que diz respeito ao tratamento de gastroenterocolites agudas, principalmente com o evento dos antibióticos e da hidratação venosa, morrem quatro a cinco crianças por dia na Capital do meu Estado, vítimas de gastroenterite, com a média de atendimento diário de 600 a 700 desidratados. A Gastroenterite é doença perfeitamente evitável, quando o Governo se preocupa com ela, dando assistência à população quanto ao abastecimento de água, à limpeza pública e, sobretudo, adotando medidas sanitárias adequadas. Gastroenterite é uma equação resultante da soma de falta de água e de limpeza pública, com o conseqüente aumento das moscas.

Outra medida antipática tomada pela administração do Sr. Souza Lima, em Belo Horizonte, foi o corte de árvores, desnudando a linda Capital do meu Estado. Aliás, esses desmandos já foram aqui acusados pelos nobres Deputados Sínval Boaventura e Padre Nobre. E não somente a imprensa mineira noticiou esses fatos; tenho aqui numerosos recortes de jornais do Rio de Janeiro que trouxeram ao conhecimento público o corte criminoso das árvores em Belo Horizonte, sob o protesto de toda a sua população.

**O Sr. Sínval Boaventura** — Deputado José-Maria Magalhães, solicitei este aparte — e tomei notas desde o início do seu discurso — porque V. Ex.<sup>a</sup> sabe que lutamos há muitos anos juntos. Sou seu amigo pessoal.

**O SR. JOSÉ-MARIA MAGALHÃES** — Com muita honra.

**O Sr. Sínval Boaventura** — As vezes, temos os mesmos pontos de vista, especificamente a respeito do Prefeito de Belo Horizonte. Sei que V. Ex.<sup>a</sup>, desde Vereador, lutou bravamente em favor da Capital do nosso Estado. Como Deputado Estadual, V. Ex.<sup>a</sup>, sempre coerente nos seus pontos de vista, jamais fugiu à responsabilidade de lutar em favor da população de Belo Horizonte, tanto assim que é um dos Deputados mais votados na Capital mineira. V. Ex.<sup>a</sup>, agora, o faz, mais uma vez, não com espírito de demagogia, mas com o objetivo de denunciar à Nação que realmente Belo Horizonte é mal administrada, que existe ali um prefeito que já se devia ter aposentado, como devia ocorrer com o Governador do Estado, que, segundo dizem, é mais velho do que a Capital do Estado. Sobre isso já tive oportunidade de falar. Há pouco tempo, fiz aqui uma denúncia, e ao assunto voltarei, talvez no Grande Expediente, pois tenho sido provocado por ter pronunciado aquele discurso. Essas provocações não são feitas da tribuna, mas sim por insinuações de que o ônus da prova cabe ao acusador. E V. Ex.<sup>a</sup> tem, agora, em mãos denúncia a respeito da concorrência pública do anel que vai ser executado por uma firma do cidadão Souza Li-

ma, Prefeito de Belo Horizonte. V. Ex.<sup>a</sup>, que se refere aos recursos para a campanha eleitoral, sabe do discurso que fiz, quando me referi à lei votada para a compra de letras do Tesouro do Estado. Narrei parte da história que o Deputado Gilberto Faria contou e conta para quem quiser ouvir. V. Ex.<sup>a</sup> sabe perfeitamente que todos, em Minas Gerais, têm conhecimento do empréstimo feito pelo Prefeito ao cidadão Israel Pinheiro, quando este foi candidato, no valor de 500 milhões de cruzeiros para custear as suas despesas eleitorais. Irei à tribuna para contar em todos os detalhes a história. V. Ex.<sup>a</sup> está de parabéns, quando aborda o problema da Prefeitura de Belo Horizonte.

**O SR. JOSÉ-MARIA MAGALHÃES** — Agradeço o aparte de V. Ex.<sup>a</sup>, ilustre Deputado Sínval Boaventura, e com satisfação recebo essa colaboração, por ser V. Ex.<sup>a</sup> um legítimo representante do meu Estado e também ex-Deputado estadual que sempre teve sua atenção voltada para os problemas de Belo Horizonte. Justamente quando V. Ex.<sup>a</sup> salienta esses outros fatos frei entrar no mais grave da minha denúncia, reafirmando aquilo que disse no início: a manobra escusa do desvio de dinheiro dos cofres da Prefeitura de Belo Horizonte para os anêmicos cofres do Estado de Minas Gerais. Tenho em mãos a prova, que analisarei antes de dar o aparte ao nobre Deputado Rui da Costa Val. Quero reafirmar que no Orçamento de 1969 existe — pasmem, Srs. Deputados — um artigo que autoriza o Prefeito de Belo Horizonte, a adquirir obrigações do Tesouro estadual na importância correspondente a 1/3 do orçamento municipal.

Pasmem, Srs. Deputados! Onde está a Revolução? Foi feita só para decretar o arrêcho salarial? Foi feita só para impedir a livre manifestação dos sindicatos dos trabalhadores? Onde está a Revolução de 64? Indago aos Srs. da Aliança Renovadora Nacional.

**O Sr. Rui da Costaval** — Nobre colega José-Maria Magalhães, constitui para mim uma honra fazer a minha estréia na tribuna desta Casa, dirigindo a V. Ex.<sup>a</sup>...

**O SR. JOSÉ-MARIA MAGALHÃES** — A honra é toda minha, nobre Deputado.

**O Sr. Rui da Costaval** — ... um breve aparte a respeito do tema que V. Ex.<sup>a</sup> está abordando, ou seja, a administração do Prefeito Souza Lima, em Belo Horizonte. V. Ex.<sup>a</sup> — e digo isto com muita honra para mim — foi meu colega na Câmara Municipal de Belo Horizonte, durante uma legislatura. Neste instante, vejo aqui, não o Deputado José-Maria Magalhães, mas o meu amigo Vereador José-Maria Magalhães que, com o mesmo ímpeto, com o mesmo entusiasmo, está repetindo aquelas críticas que fazia ao Prefeito de então, ao qual o Vereador José-Maria Magalhães fazia oposição. As críticas naquela época, bem me lembro, se referiam aos buracos nas ruas, aos esgotos arrebatados, à falta de calçamento; enfim, já na tribuna da Câmara Municipal de Belo Horizonte V. Ex.<sup>a</sup> endereçava as mesmas críticas ao Prefeito de então. De sorte que V. Ex.<sup>a</sup> há de convir comigo, inicialmente, que não se pode responsabilizar o Prefeito Luís de Souza Lima pelos esgotos arrebatados, pela falta de calçamento, pelos buracos das ruas. O problema, meu caro José-Maria Magalhães, é nacional. Desafio V. Ex.<sup>a</sup> a dizer-me se não existe esse problema em Porto Alegre, em São Paulo, no Rio, em Niterói ou em Recife. O problema é das Capitais. V. Ex.<sup>a</sup>, ao dirigir essa crítica neste instante ao Dr. Luiz de Souza Lima, está sendo coerente com seu ponto de vista antigo, mas está sendo injusto com o administrador de Belo Horizonte. Quando V. Ex.<sup>a</sup> resalta que o administrador de Belo Horizonte está fazendo economia de recursos, V. Ex.<sup>a</sup> não completa o pensa-

mento para dizer que o Prefeito de Belo Horizonte...

O SR. JOSÉ MARIA MAGALHÃES — Interrompi para conceder o aparte a V. Ex<sup>a</sup>. Vou completar meu pensamento.

O Sr. Rui da Costaval — ... está elaborando, através da equipe de técnicos da Prefeitura de Belo Horizonte, um plano de obras que será executado em 1969. Ao invés de acusações, a atitude do Sr. Prefeito Luiz de Souza Lima merece elogios. Acusados devem ser aqueles que malbaratam os dinheiros públicos ou os aplicam sem o planejamento devido. Aliás, devo um esclarecimento à Casa. Ao fazer a defesa do Prefeito de Belo Horizonte, diria V. Ex<sup>a</sup>, talvez, que eu a faço porque, até a minha vinda para esta Casa, ocupava o cargo de Secretário Municipal da Educação, em Belo Horizonte. Entretanto, não é esta a primeira, a única razão que me traz a esta tribuna. A maior razão é o desejo de fazer justiça ao Prefeito de Belo Horizonte e não permitir seja acusado nesta Casa sem uma palavra de defesa, quando pode ver, no trato direto que com ele tive, nas reuniões do seu Secretariado, que há planos elaborados, de fato, em Belo Horizonte, e que as obras serão executadas. V. Ex<sup>a</sup> poderá julgar que o meu aparte está sendo longo. Reconheço-o. Mas V. Ex<sup>a</sup> há de me permitir fale um pouco também a respeito dos benefícios da administração Luis de Souza Lima, somente no setor que eu ocupava na Prefeitura de Belo Horizonte.

O SR. JOSÉ-MARIA MAGALHÃES — Nobre Deputado, poderia apenas a V. Ex<sup>a</sup> me permitisse responder ao seu aparte. Como V. Ex<sup>a</sup> sabe, o nosso tempo aqui é limitado. Depois, então, se houver oportunidade, com muito prazer e muita honra para mim, entraremos em debate.

O Sr. Rui da Costaval — Nobre colega José-Maria Magalhães, peço a V. Ex<sup>a</sup> que me desculpe.

O SR. JOSÉ-MARIA MAGALHÃES — Nada de desculpas. Não estou impedindo V. Ex<sup>a</sup> de apartar. O relógio e o Regimento Interno da Casa é que o impedem.

O Sr. Rui da Costaval — Peço a V. Ex<sup>a</sup> que continue o seu discurso. Apenas devo fazer ligeiramente que, só no setor da educação, o Prefeito Luis de Souza Lima, em um ano e meio de administração, recuperou todas as escolas e determinou a construção de vinte novas na Capital mineira. O número realmente parecerá irrisório à Câmara Federal, mas é preciso considerar que o ensino primário em Belo Horizonte é feito pela Prefeitura apenas supletivamente.

O SR. JOSÉ-MARIA MAGALHÃES — Responderei a V. Ex<sup>a</sup>, com muita satisfação.

Nobre Deputado Rui da Costaval, não esperava de V. Ex<sup>a</sup>, eu que o conheço desde aqueles tempos memoráveis da Câmara Municipal de Belo Horizonte, outra atitude senão esta: de, como ex-Secretário de Educação e Cultura do Prefeito Luis de Souza Lima, vir defendê-lo nesta hora.

Respeito a atitude de V. Ex<sup>a</sup>, embora os seus argumentos não me convençam, como não convencem à população de Belo Horizonte. No início do seu aparte fiquei até satisfeito, porque V. Ex<sup>a</sup> se reportou ao mesmo impeto meu quando vereador em Belo Horizonte. Isso é um sinal de que, pelo menos civicamente, não envelheci. Isto me satisfaz. Mas, Sr. Deputado, fez V. Ex<sup>a</sup> um paralelo muito inteligente, mas inexato. A oposição que fiz ao Prefeito na época, ao Sr. Deputado Federal Amintas de Barros, não foi sistemática. Fizemos a S. Ex<sup>a</sup> oposição construtiva. Mas, a bem da verdade e da justiça, devemos afirmar que, naquele tempo, a receita da Prefeitura era precária. A luta dos Prefeitos contra a exiguidade do tributo e do orçamento era enorme. Sabe V. Ex<sup>a</sup> as dificuldades por que passaram todos os Prefeitos. Agora, não Sr. Deputado Rui da Costaval. Agora as

arcas estão superlotadas de dinheiro. Tanto é verdade que o Sr. Prefeito de Belo Horizonte mandou à Câmara uma mensagem autorizando a compra de 1/3 da arrecadação da Prefeitura em obrigações do Tesouro estadual. Tanto as arcas estão abarrotadas, que S. Ex<sup>a</sup> pagou, há poucos dias, uma dívida de 4 bilhões de cruzeiros à Caixa Econômica Estadual, à vista, quando poderia ser o pagamento facilitado pela própria Caixa, em parcelas. Tanto os cofres estão cheios, que o Sr. Prefeito da Capital adquiriu, há poucos dias, o próprio do Estado por onde funciona a Assembleia Legislativa, por preço exorbitante, sem nenhum fundamento, sem nenhuma justificativa. Por isso, Sr. Deputado, a diferença é muito grande. Antigamente os prefeitos de Belo Horizonte não tinham recursos orçamentários para acompanhar o crescimento da nossa bela Capital. Hoje, os cofres estão abarrotados de dinheiro e o Prefeito nada faz. V. Ex<sup>a</sup> citou a questão da rede escolar de Belo Horizonte. Ela é deficiente. V. Ex<sup>a</sup> não cita uma só obra do Sr. Prefeito, até hoje, com quase dois anos de mandato. O que denunciou é a manobra escusa de deixar tudo para fazer na faixa eleitoral, para iludir os eleitores, para carrear para os interessados aquele voto trazido debaixo da corrupção e do abuso do poder.

O Sr. Rui da Costaval — Nobre Deputado, V. Ex<sup>a</sup> está fazendo, neste momento, a par das suas críticas, um grande elogio ao Prefeito. O dinheiro que existe na Prefeitura, existe mesmo; não caiu do céu.

O SR. JOSÉ-MARIA MAGALHÃES — O elogio que faço é aos belo-horizontinos que pagam seus impostos.

O Sr. Rui da Costaval — Ele é fruto da política financeira inteligente adotada pelo Prefeito. A Prefeitura de Belo Horizonte é realmente forte, hoje, para felicidade da sua população.

O SR. JOSÉ-MARIA MAGALHÃES — Graças ao ICM e ao Imposto Territorial e da Indústria e Profissão.

O Sr. Rui da Costaval — O ICM não tem, em Belo Horizonte a mesma influência que em outras cidades.

O SR. JOSÉ-MARIA MAGALHÃES — Então tem o Prefeito uma varinha mágica?

O Sr. Rui da Costaval — Ele tem feito uma administração financeira que merece os maiores elogios. Isso, sim, V. Ex<sup>a</sup> deveria destacar. Esse dinheiro será devolvido ao povo de Belo Horizonte, em obras.

O SR. JOSÉ-MARIA MAGALHÃES — Espero que seja.

O Sr. Rui da Costaval — V. Ex<sup>a</sup> não haveria de querer que ele fizesse obras sem planificação. Não age assim uma administração que se preza.

O SR. JOSÉ-MARIA MAGALHÃES — Estamos aqui justamente para alertar o Prefeito.

O Sr. Rui da Costaval — Não seria admissível que essa administração começasse a fazer obras a torto e a direito, como administrações anteriores o fizeram. Essas, sim, são obras eleitorais, sem planificação, como calçamento de ruas que não têm nem vias de acesso calçadas.

O SR. JOSÉ-MARIA MAGALHÃES — Prefiro ficar com a crítica à situação atual. Fique V. Ex<sup>a</sup> com a hipótese do futuro.

Vou terminar, Sr. Presidente. Existem fatos mais graves. Recebi, agora, notícia — e esta denúncia já foi feita pelo Deputado Sival Boaventura — de que o Prefeito se teria beneficiado com uma concorrência pública para a construção do chamado anel hidráulico da cidade, financiado pelo BID. Acabo de receber, agora, as atas da firma da qual o Sr. Prefeito Souza Lima faz parte, e que foram incorporados ao discurso do Deputado Milton Sales na Assembleia Legislativa de Minas.

O Sr. Israel Pinheiro Filho — V. Ex<sup>a</sup> não está sendo leal em sua acusação.

O SR. JOSÉ-MARIA MAGALHÃES — V. Ex<sup>a</sup> há de permitir que eu termine meu discurso.

O Sr. Israel Pinheiro Filho — V. Ex<sup>a</sup> tem de dar o direito de defesa.

O SR. JOSÉ-MARIA MAGALHÃES — Não vou permitir que V. Ex<sup>a</sup> me interrompa.

O Sr. Israel Pinheiro Filho — Permite-me o aparte, nobre Deputado; serei rápido e conciso.

O SR. JOSÉ-MARIA MAGALHÃES — Fica aqui a denúncia...

O Sr. Israel Pinheiro Filho — V. Ex<sup>a</sup> não ofereceu denúncia.

O SR. JOSÉ-MARIA MAGALHÃES — A denúncia já foi feita anteriormente pelo nobre Deputado Sival Boaventura. V. Ex<sup>a</sup>, Deputado Israel Pinheiro Filho, deveria ter aparteado aquele colega.

O Sr. Israel Pinheiro Filho — Permite-me um aparte?

O SR. JOSÉ-MARIA MAGALHÃES — Darei o aparte a V. Ex<sup>a</sup> daqui a pouco.

Já me referi, Sr. Presidente e Srs. Deputados, à compra do próprio do Estado, onde funciona a Assembleia Legislativa. Referi-me ao pagamento da dívida de 4 bilhões a vista à Caixa Econômica Estadual. Na verdade, o dinheiro está sobrando nas arcas da Prefeitura de Belo Horizonte, e o povo daquela cidade, especialmente os habitantes das vilas e dos bairros, vem passando a maior dificuldade, principalmente, repito, diante da falta de água, que é uma calamidade em Belo Horizonte.

O Sr. Israel Pinheiro Filho — Permite-me apartear-lo agora?

O SR. JOSÉ-MARIA MAGALHÃES — Quero apenas dar o último argumento de que o dinheiro está sobrando no erário municipal.

Não para aí, e este é o fato mais grave. Tenho em mãos projeto que o Prefeito mandou à Câmara, no dia 21 de outubro de 1968, cuja ementa é a seguinte:

"Autoriza a participação da Prefeitura e dos órgãos da administração indireta do município de Belo Horizonte no capital social da Companhia Urbanizadora Serra do Curral, de que trata a Lei Estadual nº 4.996, de 14 de outubro de 1968, e dá outras providências."

Transforma-se, Sr. Presidente, o Sr. Prefeito em sócio de uma firma sociedade anônima do Estado, formando a "Sociedade Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais", numa especulação imobiliária.

Está ou não sobrando dinheiro nas arcas da Prefeitura de Belo Horizonte?

Qualquer Deputado de qualquer Estado que me esteja ouvindo, se passar por Belo Horizonte, verá as ruas esburacadas, os esgotos arrebentados, o lixo acumulado nas vias públicas, a falta d'água nos hotéis, no centro e na periferia da cidade, o Sr. Prefeito dando-se ao luxo de comprar obrigações do Tesouro estadual, de realizar transações imobiliárias com o Estado e entrar como sócio de uma sociedade anônima urbanizadora do Estado.

Eram estas, Sr. Presidente, as denúncias que desejava fazer, registrando-as, aqui, como um dever de consciência, diante da calamitosa administração do Sr. Souza Lima à frente da Prefeitura de Belo Horizonte. Não é justo que S. Ex<sup>a</sup> queira ajudar o Estado ao qual está vinculado através da figura do Governador Israel Pinheiro, que o escolheu para Prefeito de Belo Horizonte, em prejuízo do progresso e do bem-estar da população de Belo Horizonte.

O Sr. Israel Pinheiro Filho — V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

O SR. JOSÉ-MARIA MAGALHÃES — Pois não. Peço apenas que seja breve.

O Sr. Israel Pinheiro Filho — Nobre Deputado José-Maria Magalhães, serei breve, mas V. Ex<sup>a</sup> foi tão difuso



IV

nas suas acusações que é difícil ter capacidade de resumir tudo em poucos minutos.

O SR. JOSÉ-MARIA MAGALHÃES — A inteligência de V. Exª poderá concatená-las melhor.

O Sr. Israel Pinheiro Filho — Agradeço a V. Exª. Mas V. Exª pelo que disse, em média elogiou o Prefeito de Belo Horizonte, porque resume a acusação a que a prefeitura está com muito dinheiro, e é isto o que diz o Deputado Costaval.

O SR. JOSÉ-MARIA MAGALHÃES — Não elogio o Prefeito, elogio os contribuintes da prefeitura, que pagam seus impostos.

O Sr. Israel Pinheiro Filho — V. Exª acusa o Prefeito de ter adquirido um imóvel do Estado, mas V. Exª não teve a honestidade total de explicar à Casa o motivo da compra.

O SR. JOSÉ-MARIA MAGALHÃES — Porque não sei.

O Sr. Israel Pinheiro Filho — V. Exª sabe perfeitamente.

O SR. JOSÉ-MARIA MAGALHÃES — A falta de honestidade não é minha. É do Sr. Prefeito que não justificou até agora perante a opinião pública as razões da compra a que me refiro.

O Sr. Israel Pinheiro Filho — Permita-me terminar. V. Exª sabe que o Prefeito comprou o prédio do Estado para instalar a Câmara de Vereadores de Belo Horizonte.

O SR. JOSÉ-MARIA MAGALHÃES — Absolutamente. Não posso permitir que V. Exª diga uma inverdade destas diante dos meus pares nesta Casa. A Câmara de Vereadores vai ser instalada em outro local. O prédio não foi comprado para esse fim. Desafio V. Exª a que prove isso, salvo se o Prefeito, querendo abonar, agora, as palavras de V. Exª, transferir a Câmara Municipal para o prédio onde funciona a Assembléia Legislativa. A Câmara já tem um prédio alugado e vai-se instalar em outro lugar. V. Exª pode me apertar, mas não com inverdades.

O Sr. Israel Pinheiro Filho — V. Exª não permite que eu apertelo, mas aceito o argumento: o prédio não será mais para a Câmara Municipal. O Prefeito comprou o prédio apenas para gastar o dinheiro da prefeitura, sem qualquer objetivo prático. Em segundo lugar, V. Exª acusa o Prefeito de participar de um investimento imobiliário em Belo Horizonte, mas V. Exª conta somente parte de uma grande história. Acontece que os terrenos do Estado anexos aos terrenos da Prefeitura, em Belo Horizonte, se constituem em uma sociedade que o Estado incorporou. Evidentemente, a Prefeitura tem de participar, já que é proprietária de alguns terrenos. E vai-se, então, fazer uma urbanização em grande parte da cidade, com projeto de Sérgio Bernardes, no estilo de Brasília: é uma incorporação para construir apartamentos para a classe média. E V. Exª critica isso. Acho até elogável. Quanto à outra crítica...

O SR. JOSÉ-MARIA MAGALHÃES — Fique V. Exª nos planos e eu fico na crítica da situação atual de Belo Horizonte. Nobre Deputado, tenho três mandatos. Esse negócio de que se vai fazer e planificar 3 outro argumento que não convence mais a um deputado que defende o seu terceiro mandato público.

O Sr. Israel Pinheiro Filho — Então, em 1970, V. Exª fará a crítica. Mas não tem o direito de criticar, agora, os planos.

O SR. JOSÉ-MARIA MAGALHÃES — O que estou criticando é a situação atual da Prefeitura de Belo Horizonte. Não me avanco no futuro.

O Sr. Israel Pinheiro Filho — É muito difícil apertar V. Exª.

O SR. JOSÉ-MARIA MAGALHÃES — V. Exª pode apertar.

O Sr. Israel Pinheiro Filho — Em terceiro lugar, V. Exª critica a Prefeitura por que está cortando as árvores das ruas de Belo Horizonte. Feliz do prefeito que pode ser criticado por esse motivo. O Sr. Sousa Lima

plantou 10 mil árvores e cortou 450 no meio da rua. A cidade embelezou-se. V. Exª não conta a importância que teve para o urbanismo da cidade a derrubada das árvores, que transformou as ruas, que eram atravancadas, em amplas avenidas. Mas há também outra acusação...

O SR. JOSÉ-MARIA MAGALHÃES — Sr. Deputado, a crítica da população de Belo Horizonte foi geral. A imprensa, por mais de 15 dias, se preocupou com isso. Os poetas até fizeram versos a respeito.

O Sr. Israel Pinheiro Filho — V. Exª não pode misturar a imprensa com a opinião pública de Belo Horizonte.

O SR. JOSÉ-MARIA MAGALHÃES — A opinião pública está revoltada. A imprensa apenas registra esse fato.

O SR. PRESIDENTE: (Acioy Filho) — Sr. Deputado José-Maria Magalhães, V. Exª já está excedendo de 10 minutos o tempo que dispunha. Peço que conclua sua oração.

O Sr. Israel Pinheiro Filho — O aparte não pode ser longo. Mas, o nobre Deputado Costaval já declarou que vai responder, em discurso, às acusações de V. Exª e demonstrar todas as realizações da Prefeitura de Belo Horizonte. V. Exª, evidentemente, não tem interesse em ouvir o discurso que será pronunciado.

O SR. JOSÉ-MARIA MAGALHÃES — Claro que interessa.

O Sr. Israel Pinheiro Filho — O nobre colega Costaval vai relacionar todas as grandes realizações verificadas em Belo Horizonte na administração Sousa Lima. Tenho a impressão de que a parte final do discurso de V. Exª, porque das diversas acusações nenhuma tem substância, é a que mais impressiona. Refere-se ao fato de o Prefeito ser sócio de uma firma que ganhou concorrência pública para a construção de um anel rodoviário em Belo Horizonte. Ocorre, contudo, que desde dezembro de 1967, conforme ata que tenho em mãos, S. Exª se retirou da direção da empresa. Por outro lado, gostaria de utilizar o mesmo argumento do nobre Deputado Sinval Boaventura, quando defendeu o Prefeito de Brasília. Há uma Comissão de Inquérito em andamento na Câmara, como V. Exª sabe, sobre a venda de umas lojas na Avenida W-3, e uma dessas pertence ao Prefeito de Brasília. Ele, com mais dois companheiros, participa de uma sociedade, na qual é o terceiro quotista. O nobre Deputado Sinval Boaventura entende que o Prefeito tem o direito de comprar a loja, porque é componente da sociedade. Acho que o mesmo argumento, guardadas as monições, posso usar em favor do Prefeito de Belo Horizonte. Ali se realizou uma concorrência, enquanto aqui as lojas foram vendidas a preço fixo. S. Exª defendeu este ponto de vista que enunciei na Comissão de Inquérito, e, certamente, constam dos Anais da Câmara as declarações de que o Prefeito tinha o direito de comprar a loja porque era sócio de uma firma. A situação em Belo Horizonte deve ser entendida considerando-se, primeiro, que houve uma concorrência pública; segundo, que existia um consórcio de quatro firmas, e o Prefeito era sócio de uma; terceiro, que ele não é Diretor da firma. Há uma diferença muito grande. Quero fixar, só este fato para demonstrar como argumentos idênticos servem para lados opostos.

O SR. JOSÉ-MARIA MAGALHÃES — Fica registrado, nobre Deputado Israel Pinheiro Filho, o aparte de V. Exª, aliás contestando afirmações do nobre Deputado Sinval Boaventura.

Sr. Presidente, o tempo confirmará as razões das nossas apreensões. O ano de 1970 está bem mais próximo do que se pensa, e todas essas manobras virão à tona no sentido de influenciar o eleitorado do meu Estado: e os abusos, por certo, não serão contidos, pois irão beneficiar os Srs. da Aliança Renovadora Nacional, partido da Revolução, sem revolucionários, é

claro. No meu Estado, em Minas Gerais, em 1964, podiam-se contar os revolucionários pelos dedos de uma das mãos. Hoje, os revolucionários são numerosos, e não podemos mais contá-los.

Sr. Presidente, para mistificar a opinião pública de Belo Horizonte, fala-se em grandes obras. É o lançamento para o futuro, pregado pelo nobre Deputado Israel Pinheiro Filho e pelo nobre Deputado Ruy Costaval. Mas esqueceram de falar no metrô, que está sendo anunciado para engodo da população. O metrô, na Guanabara, está sendo exaustivamente debatido, especialmente quanto ao aspecto de sua conveniência ou não. E a Guanabara tem população cinco vezes maior do que Belo Horizonte e sua situação geográfica, parece, à primeira vista, aconselhar o metrô.

Quanto ao aspecto social, Sr. Presidente, o Prefeito tem praticado injustiças gritantes, dispensando antigos servidores municipais e colocando no lugar deles funcionários novos, seus apaniguados, seus afilhados, seus protegidos, desrespeitando os itens XIII e XIV do art. 1º do Decreto-lei federal nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, além do art. 96, § 1º e do art. 114, § 1º, da Constituição Federal.

Tudo isso, Sr. Presidente, não constituiria crime de responsabilidade? Não, porque S. Exª se presta, na Prefeitura de Belo Horizonte, a montar o esquema da Aliança Renovadora Nacional.

O Sr. Sinval Boaventura — Só queria lembrar a V. Exª que pedisse a transcrição nos Anais da Casa, através de incorporação, ao seu discurso, das cópias de todas as atas da firma de que o Sr. Souza Lima é sócio. Isso contradiz a afirmação do Deputado Israel Pinheiro Filho. Devo dizer, ainda, neste pequeno aparte, que oportunamente darei resposta ao Deputado Israel Pinheiro Filho.

O SR. JOSÉ-MARIA MAGALHÃES — Deputado Sinval Boaventura, agradeço a V. Exª lembrar-me pedir essa transcrição. Solicito, então, Sr. Presidente, sejam inseridos no meu discurso as atas da firma da qual faz parte o Prefeito de Belo Horizonte. E não só isso, mas também artigos de jornais que trouxe e anexarei ao meu discurso, assim como o projeto de lei enviado à Câmara Municipal de Belo Horizonte no dia 21 de outubro próximo passado.

Ficam aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, as nossas denúncias, em consideração à comunidade belo-horizontina, que merece respeito e, sobretudo, solução para seus problemas. Belo Horizonte não pode ser sacrificada e humilhada, e aqui estamos para denunciar tudo que atinja o seu desenvolvimento e não atente para os justos e inadiáveis reclamos de sua população.

Cumprimos o nosso dever e esperamos. Sr. Presidente, fazendo um apelo à Liderança arenista nesta Casa, que o Governo Federal, que se diz portador de uma mensagem revolucionária, cumpra o seu, evitando o abuso e o desvio do poder para fins inconfessáveis ou então a verdade está patente: vivemos num clima de menagem de mistificação e dilapidação do poder público.

Os documentos a que me referi são os seguintes:

"PROJETO DE LEI Nº 257-68  
Autoriza a participação da Prefeitura, e dos órgãos da Administração Indireta do Município de Belo Horizonte, no capital social da Companhia Urbanizadora "Serra do Curral", de que trata a Lei Estadual nº 4.996, de 14 de outubro de 1968, e dá outras providências

Autor: Executivo Of. G. 1.098-68, de 21-10-68.

Belo Horizonte, 21 de outubro de 1968

Senhor Presidente,  
Tenho a honra de encaminhar a V. Exª, para apreciação da Egrégia

4

Câmara Municipal, o incluso projeto de lei autorizando a Prefeitura Municipal a participar do capital da sociedade anônima que visa à construção, venda e urbanização em área constante da Fazenda das Mangabeiras, de propriedade comum da Municipalidade e do Estado de Minas Gerais, na forma da Lei Estadual número 4.996, de 14 de outubro de 1968.

O que se pretende, com a aprovação do projeto e sua conversão em lei, e bem assim com a constituição da sociedade, vem a ser a implantação de um novo núcleo populacional com o aproveitamento de terrenos atualmente inaproveitados, dando-lhes inegáveis vantagens econômicas e sociais.

Atualmente possui a Municipalidade, naquela área, em comum com o Estado, uma superfície total de 1.544.350 metros quadrados. Esta área, pelos estudos procedidos, poderá ser urbanizada, loteada e vendida, reservando-se evidentemente ao Estado a parte necessária para construir o terreno em volta do Palácio das Mangabeiras, no total de 73.790 metros quadrados.

Restarão, assim 1.470.560 metros quadrados que se incorporarão em um novo bairro, sendo certo que desse último total, deverá fazer-se a reserva de 286.800 metros quadrados referentes a encostas inaproveitáveis (Serra do Curral) e 148.800 metros referentes a faixas rodoviárias. Havrá, portanto, um disponível de 1.035.760 metros quadrados nos quais, pelo anteprojeto de urbanização, poderão ser construídas 6.420 unidades habitacionais, em desenvolvimento vertical. Isso corresponderá a moradias para aproximadamente 32.100 pessoas. Enfim, o anteprojeto de urbanização e aproveitamento da referida área prevê ainda a existência, paralelamente, de uma área livre de 934.360 metros quadrados, que será urbanizada.

A magnitude do empreendimento levou o legislativo estadual a considerar a conveniência de tratá-lo em termos empresariais, com a necessária flexibilidade administrativa e gerencial, para permitir decisões rápidas, maior velocidade na aplicação de disponibilidade e maior autonomia na obtenção de recursos visando à maximização da rentabilidade dos investimentos. Por isso mesmo, justifica-se a constituição da sociedade anônima, cuja denominação será de Companhia Urbanizadora Serra do Curral — CIURBE.

Como, porém, trata-se de verdadeiro serviço público, previu-se que a sociedade seja constituída somente com acionistas do setor público, vale dizer, o Estado de Minas Gerais, a Prefeitura de Belo Horizonte, autarquias e sociedades de economia mista nas quais o Estado e a Prefeitura tenham maioria de ações. Nesse sentido, o Sr. Governador do Estado enviou à Augusta Assembleia Legislativa o Projeto nº 778-68, que autoriza a constituição da Companhia Urbanizadora Serra do Curral e já convertido na citada Lei Estadual nº 4.996-68.

Dessa sociedade deverá participar a Prefeitura de Belo Horizonte não só em virtude de sua propriedade comum nos terrenos referidos, como também porou o objetivo da empresa a ser criada abrange aspectos de interesse para o desenvolvimento da área urbana da cidade. A compatibilidade da atuação da sociedade a ser criada com os planos de urbanização que se desenvolvem somente será assegurada mercê da efetiva participação da Prefeitura na orientação da empresa.

A aprovação do projeto permitirá essa participação — o objeto social é o planejamento e execução de obras de interesse público na Região Metropolitana de Belo Horizonte, tendo-se caráter de prioridade às de urbanização e implantação do núcleo populacional ao longo da Serra do Curral. Os estudos que devem conduzir à ultimização dos projetos se baseiam no anteprojeto elaborado pela equipe técnica do Arquiteto Sérgio Wladimir

Sendo o assunto de relevante interesse para a municipalidade, venho expressar a minha convicção de que o projeto merecerá a aprovação dos ilustres Vereadores da Capital.

Valho-me do ensejo para reiterar a V. Ex.<sup>a</sup> as expressões do mais alto apreço e consideração. — Luiz de Souza Lima, Prefeito de Belo Horizonte.

#### “PROJETO DE LEI Nº 257-68

*Autoriza a participação da Prefeitura, dos órgãos da Administração Indireta do Município de Belo Horizonte no capital social da Companhia Urbanizadora Serra do Curral, de que trata a Lei estadual nº 4.996, de 14 de outubro de 1968, e dá outras providências*

Autor:

Executivo Of. G 1.093-68,  
de 21-10-68

Art. 1º Fica o Executivo autorizado a subscrever, em nome da Prefeitura de Belo Horizonte, ações do capital da Companhia Urbanizadora Serra do Curral — CIURBE, criada pela Lei nº 4.996, de 14 de outubro de 1968, nos termos desta lei.

Parágrafo único. A autorização contida no artigo estende-se às autarquias e sociedades de economia mista cujo controle de capital pertença ao Município de Belo Horizonte.

Art. 2º A participação da Prefeitura, das autarquias, ou das sociedades de economia mista do município de Belo Horizonte, poderá ser realizada em moeda corrente ou pela venda de imóveis, que lhes pertençam, dando-se preferência aos situados nas áreas a serem urbanizadas pela companhia.

Parágrafo único. A realização do capital na forma prevista neste artigo, caso não prefira o Executivo Municipal alienar previamente imóveis, através da hasta pública, para integralizar a subscrição em moeda corrente, será precedida de avaliação, de conformidade com a legislação em vigor.

Art. 3º O Prefeito de Belo Horizonte fica autorizado a transferir, mediante decreto, ao domínio e posse da Companhia, os terrenos disponíveis de propriedade do município, situados na Fazenda das Mangabeiras, como forma de integralização do capital por ele subscrito na CIURBE.

Art. 4º A Prefeitura de Belo Horizonte procurará assegurar a aplicação, pela CIURBE, da parte do fundo a que se refere o parágrafo único do artigo 4º da Lei estadual nº 4.996, de 14 de outubro de 1968, proporcional à sua participação no capital desta, em obras públicas no município de Belo Horizonte, bem com a participação do município na direção da empresa.

Art. 5º Para as despesas decorrentes da execução desta lei, fica o Executivo autorizado a abrir créditos especiais até o limite correspondente a 49% do capital social da CIURBE, inclusive nos aumentos de capital para subscrição do direito de preferência destinado a preservar a proporção de sua participação.

Parágrafo único. Constituirão recursos para cobertura dos créditos especiais abertos na forma deste artigo os indicados no § 1º do art. 43 da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, inclusive pela aplicação das vendas eventuais obtidas pela aquisição de obrigações do tesouro, para cuja operação poderá praticar os atos necessários.

Art. 6º Ficam revogadas todas as disposições em contrário, entrando esta lei em vigor na data de sua publicação e devendo o Executivo regulamentá-la sucessiva ou complementarmente. — Luiz de Souza Lima.

Distribuídos os Avisos, à Comissão de Legislação e Justiça. Em 23-10-68.

— José Greco.

Registrado as fls. 150 do Livro Próprio nº 2-68. Em 23-10-68. — C. G. Oliveira.

Protocolo nº 1.872-68 — 23-10-68.

Constou do Expediente de 23-10-68. — Fernando.

As atas da Sociedade de Instalações Técnicas S. A. — SII — Engenharia, Indústria e Comércio, foram publicadas no “Diário do Legislativo”, de Minas Gerais, quinta-feira, 7 de novembro de 1968, págs. 5 a 8.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem, Palmas.)

DECRETO-LEI Nº 248, de 23 Fev 67

JOSÉ MARIA MAGALHÃES  
14-6-67  
Pg. 3289

tensões, manipulado pela Pressa e pelo acodamento. E hoje, o Presidente Costa e Silva manda a esta Casa uma mensagem que reformula, por completo, o decreto-lei do Governo anterior. Portanto, está aí confirmando que a Oposição, quando combate os decretos-leis, não o faz apenas no propósito de uma polémica política. Ao contrário, ela dá a esse combate aquela autenticidade de quem está permanentemente vigilante no interesse do povo e no interesse da Pátria.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, o projeto do Ministério do Interior enviado a esta Casa merece considerações as mais profundas, porque, a nosso ver, sob o ponto de vista da especificidade no que diz respeito à saúde pública, ele não atenta para a realidade. Tanto assim que na Comissão de Saúde, sem dúvida o órgão mais ligado ao assunto, ele recebeu substitutivo que nos parece muito melhor do que o projeto original do Executivo. O substitutivo, elaborado pelo nobre Deputado Fausto Cayco, procura realmente, nos seus artigos e parágrafos, possibilitar ao projeto a tornar-se lei de interesse coletivo.

O Sr. Lurtz Sabiá — Nobre Deputado José Maria Magalhães, V. Exa. fala sobre o fato de ter o Governo usado o poder de baixar decretos-leis, decretos-leis esses que vêm sofrendo modificações. Deve o Governo deixar de usar dessa faculdade porque a prática mostra que a melhor formula é a mensagem. O Governo remete a esta Casa um projeto, através de mensagem: sua idéia vem aí configurada; aqui, os legisladores — e no Poder Legislativo, está o Brasil representado — com sua experiência, não apenas teórica, mas prática, procuram dar um sentido melhor. Ve V. Exa que no caso presente já houve um substitutivo; idéias foram externadas da tribuna, outras mais serão. Então daí se tira o melhor, aprimorando a lei. Este é, pois, mais um motivo para o Governo não usar abruptamente da faculdade que lhe confere o art. 53 da Constituição, de baixar decretos-leis. Repito, deve mandar as mensagens no prazo estabelecido pela Constituição. A Casa aprecia o assunto, oferece substitutivos, e daqui a lei sairá aprimorada, e com possibilidade de aplicação. Há pouco, ocupava a tribuna o nobre Deputado Alípio Carvalho, observando que no projeto deveria estar incluído também o Ministério da Saúde. No substitutivo ele foi incluído. Vou além: quando se trata de saneamento, de recuperação de solos, do combate à erosão, aí está também a Agricultura. O Ministério da Agricultura ausente não deve estar desaprovação, porque a política é conjunta: como está incluído o Ministério da Saúde, que cuida dos problemas relacionados com o saneamento, também deve estar representado o Ministério da Agricultura para elaborar um plano de recuperação do solo, impedindo, inclusive, a erosão. Era o anar que queria dar a Vossa Excelência.

**O SR. JOSÉ-MARIA MAGALHÃES**  
(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Deputados, o Projeto nº 156-A, de 1967, em exame nesta oportunidade, modifica o Decreto-lei nº 248, de 23 de fevereiro de 1967, que institui a Política Nacional de Saneamento Básico, cria o Conselho Nacional de Saneamento e dá outras providências.

Este projeto enviado com mensagem pelo atual Governo, sem dúvida alguma tem no seu bojo um mérito extraordinário, que é o de instituir uma política nacional de saneamento, e vem sobretudo justificar a crítica de meu partido através da Liderança e da voz de vários Deputados do Movimento Democrático Brasileiro, e à enxurrada de decretos-leis fabricados durante o Governo do ex-Presidente Castello Branco, e principalmente no apagar das luzes desse Governo, decretos esses que, não só sob o ponto de vista jurídico, mas também administrativo, desorganizaram toda a vida do nosso País.

Aqui está, Sr. Presidente, Senhores Deputados, o exemplo de um decreto-lei mal feito, acanhado nas suas pre-

**O SR. JOSÉ MARIA MAGALHÃES**  
— Agradeço o aparte de V. Exa., que ilustra nossas considerações.

V. Exa. se fixou no ponto de vista do Deputado Alípio Carvalho, e nós estamos também de pleno acordo. Pela mensagem enviada tínhamos a impressão de que o Ministério do Interior queria criar dentro da sua pasta, um ministério da saúde, porque alijava do projeto todas as representantes do Ministério da Saúde. E não podemos jamais desvincular a parte de engenharia sanitária da parte propriamente dita de medicina, de saúde pública.

Mas, Sr. Presidente, não poderíamos falar em saneamento sem prestar uma homenagem ao pioneiro da saúde pública e saneamento no Brasil, o saudoso médico Oswaldo Cruz. Neste momento esta Casa coloca-se

diante de uma opção: apoiar um projeto que deixa ainda muito a desejar, já que temos a convicção de que ele não atende convenientemente ao problema de saneamento e saúde pública em nosso País, ou então aprovar o substitutivo do nobre Deputado Fausto Gayoso, oferecido ao projeto original na Comissão de Saúde.

O Sr. Humberto Lucena — Desejava chamar a atenção de V. Exª para dois pontos da proposição que ora se discute. O Substitutivo do Deputado Fausto Gayoso, Relator da Comissão de Saúde, no seu art. 3.º, diz: "O Conselho Nacional de Saneamento será presidido pelo Ministro de Planejamento e Coordenação Geral e será integrado por representações paritárias do Ministério da Saúde e do Ministério do Interior, em número de 3 representantes para cada Ministério." Ora, nobre Deputado, não vejo como se possa entregar a Presidência do Conselho Nacional de Saneamento ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, que deve ser a autoridade encarregada, isto sim, de elaborar o plano global da administração para todo o País, e não presidir um órgão dessa natureza que, por isso mesmo, deveria ficar subordinado, como quer o projeto do Governo, ao Ministro do Interior, que seria seu Presidente. Por outro lado, não só o projeto do Governo mas todos os substitutivos contêm um dispositivo que diz o seguinte: "O Presidente fixará a remuneração de presença dos membros do Conselho, de acordo com a legislação em vigor sobre a matéria."

E' outro senão evidente deste projeto. A remuneração de presença dos membros do Conselho já deveria vir fixada no projeto, até porque não se conhece — não está anexada, conforme exige o Regimento — qual a legislação em vigor sobre a matéria. Eram os reparos que desejava fazer ao projeto por V. Exª, discutido com tanto brilhantismo, terminando por dizer que, o melhor substitutivo sobre a matéria é aquele apresentado pelo nobre Deputado Guilhermino de Oliveira, que se constata na emenda n.º 1 do plenário.

O SR. JOSÉ MARIA MAGALHÃES — Sr. Deputado Humberto Lucena, as observações de V. Exª, são as mais justas. Iriamos chegar até o ponto a que V. Exª chegou. Não podemos compreender que a Presidência do Conselho possa ser preenchida por um Ministro que não é da Saúde, ou então pelo Ministro da Saúde e pelo Ministro do Interior.

Mas, Sr. Deputado Humberto Lucena, justamente neste ponto que V. Exª abordou, da remuneração do Conselho, funcionei como Relator na Comissão de Finanças. Como se estava no dia final do prazo estipulado pela nova legislação, entendia que não podia procrastinar meu pronunciamento num assunto — como frisei no início de tamanha magnitude, qual o do saneamento nacional. E dei o parecer especificamente dentro da atribuição da Comissão de Finanças, afirmando que o assunto deveria ser estudado, como aliás foi, na comissão específica, a Comissão de Saúde.

Mesmo assim, Sr. Deputado, na Comissão de Finanças fizemos uma emenda justamente ao art. 4.º, que V. Exª citou:

"O Presidente fixará a remuneração de presença dos membros do Conselho, de acordo com a legislação em vigor sobre a matéria."

Art. 4.º do Decreto-lei n.º 248, de 23 de fevereiro de 1967. Então fizemos a emenda, no sentido de que a remuneração fosse fixada pelo Poder Executivo:

"O Poder Executivo fixará a remuneração de presença dos membros do Conselho."

Entendo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que este projeto necessitava de um exame mais minucioso, de um exame técnico mais profundo. A liderança da ARENA prestaria um grande serviço a este País se rejeitasse o presente projeto, para que o Sr. Presidente da República mandasse o quanto antes outro, em substituição a este, sem os erros que permanecem seja no original, seja no substitutivo apresentado.

Pediria a atenção da liderança da ARENA para este assunto de tamanha seriedade, de tamanha magnitude, que não pode ser encarado do ponto de vista do interesse político. Este assunto atinge nossa população no que ela tem de mais sagrado, a saúde. E' dever nosso combater as endemias, cuidar do saneamento, dos nossos mananciais de água, tratar das redes de esgotos em nosso País, assim fazendo a profilaxia que há tantos gamos, para que o Brasil possa dar condições melhores a todos os seus filhos, para torná-los aptos ao trabalho profícuo.

O Sr. Geraldo Freire — Nobre Deputado, V. Exª está fazendo um apelo à liderança e eu acudo ao prego para a devida resposta. Acolho tudo isso que V. Exª diz como uma crítica de quem procura aperfeiçoar o importantíssimo material que nos vem às mãos através do projeto que estamos discutindo. Na realidade, não vou dizer que acho o projeto mau ou perfeito. Acho-o, incompleto. Trata-se, como nós todos estamos percebendo e V. Exª tão bem demonstra, de assunto da maior importância para a própria vida brasileira. O Governo tem as suas vistas voltadas para ele. Depois que o projeto veio a esta Casa, continuaram os estudos com o máximo de cuidado. Muitos companheiros nossos — estou aplicando o possessivo, aqui, para envolver todos os partidos que militam na Casa, os meus companheiros e os de V. Exª — estão estudando, mesmo agora, este importantíssimo tema e vão apresentar sugestões, para que o assunto seja definitivamente resolvido, da melhor maneira possível. Não entendo que a rejeição do projeto seja o caminho adequado. Ele, como V. Exª sabe, irá para o Senado. Ali, passará, então, por uma remodelação completa e depois nos será devolvido. É com este propósito que a liderança irá aprová-lo agora. Oportunamente, farei o encaminhamento da votação, para não consumir mais o tempo de V. Exª, ...

O SR. JOSÉ MARIA MAGALHÃES — É uma honra para mim.

O Sr. Geraldo Freire — ... que é curto, e para continuar com o prazer de ouvi-lo. Quero dizer que a liderança não é insensível ao apelo de V. Exª. Poderemos caminhar por trilhas um pouco diferentes, mas chegaremos ao mesmo destino, isto é, fazer uma boa lei para resolver tão importante problema.

O SR. JOSÉ MARIA MAGALHÃES — Prezado Líder Deputado Geraldo Freire, V. Exª procurou, nas suas palavras, atender ao nosso apelo. Não podemos dar conselhos a V. Exª, como Líder do Partido do Governo, mas queríamos afirmar que, em assunto de tamanha seriedade, de tamanhas implicações, as emendas que são anexadas ao projeto, com as melhores intenções, o substitutivo, tudo que se fez para aperfeiçoá-lo poderia transformá-lo, também, numa colcha de retalhos. Este é o nosso temor, Sr. Líder Geraldo Freire. Por isso entendemos que o projeto deveria ser rejeitado, para que o Governo, com seus órgãos técnicos, elaborasse outro, que pudesse contar com o apoio de todos os Srs. Deputados, oferecendo menos possibilidade para emendas.

Num assunto de saúde pública, num assunto de tamanha magnitude e seriedade, reafirmo, tenho medo de

emendas e de substitutivo, porque o projeto, depois de emendado, substituídos os seus artigos, transforma-se às vezes, apesar da boa intenção de todos que colaboraram, numa colcha de retalhos e se torna impraticável. Portanto, Sr. Líder da ARENA, permanece nosso apelo ao Governo. Entendemos que esse assunto não se deve misturar com aspectos políticos de interesse da situação e da Oposição nesta Casa, deve pairar acima de tudo, sintonizado com o interesse de nossa população.

O Sr. Brito Velho — Permite?

O SR. PRESIDENTE:

(Batista Ramos) — Lembro ao nobre orador que seu tempo já se esgotou. Os nobres Deputados terão oportunidade de apartear os oradores que usarão da palavra.

O SR. JOSÉ MARIA MAGALHÃES — Sem entrar na análise pormenorizada do projeto, como desejávamos, vamos terminar reafirmando nosso apelo, porque, Sr. Presidente, repito, este projeto como está pôsto vai instituir um verdadeiro carnaval de empregos, através do Conselho Nacional de Saneamento, criando dois secretários-executivos, órgãos auxiliares, secretarias administrativas, assessoria técnica e assessoria jurídica.

Portanto, Sr. Presidente, tememos que o órgão, conforme está no projeto original, ao invés de cuidar da saúde do povo brasileiro, se transforme, como tantos outros, em sinecuras. Condenamos a exclusão do Ministério da Saúde em matéria de tamanha envergadura e tão específica desse departamento governamental. Fazemos um apelo às lideranças no sentido de que, em lugar de aprovarem a proposição, toquem a iniciativa de fazer enviar a esta Casa mensagem bem elaborada, que não traga em si apenas a praga do empreguismo, principal desgraça do nosso País, e, sim, o atendimento dos legítimos anseios do povo brasileiro. (Muito bem, muito bem. Palmas.)

Nº. PROCESSO 181.6.P. 30

CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL

SECRETARIA - GERAL

ATO INSTITUCIONAL Nº 5

PROCESSO

DE

JOSÉ    MARIA    MAGALHÃES

32

JOSÉ MARIA MAGALHÃES



DOCUMENTAÇÃO ORGANIZADA COM VISTA À APLICAÇÃO DO ARTIGO 4º

DO ATO INSTITUCIONAL Nº 5

DEPUTADO FEDERAL

JOSÉ MARIA MAGALHÃES

- A - EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS
- B - FICHA INDIVIDUAL
- C - INFORMAÇÕES DO SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
- D - ANEXOS:
  - 1 - DISCURSOS E PRONUNCIAMENTOS
  - 2 - ARTIGOS, ENTREVISTAS E DECLARAÇÕES À IMPRENSA
  - 3 - INFORMAÇÕES OU INFORMES

NB. PRO. CSS. 183.6, P. 32

DOC  
"A"



A - EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS



Rio de Janeiro, GB

Em 16 de Janeiro de 1969

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 032/SG-1/69

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência, relativamente à representação do Ministro de Estado da Justiça, para suspensão dos direitos políticos e cassação do mandato eletivo federal do senhor JOSÉ MARIA MAGALHÃES, Deputado Federal pelo MDB, Seção de Minas Gerais, nos têrmos do artigo 2º do Ato Complementar nº 39.

2. Esta Secretaria-Geral, após proceder a minucioso estudo do assunto, compulsando a documentação enviada pelo Serviço Nacional de Informações e pelos Serviços de Informações dos Ministérios Militares, concluiu pela inteira procedência das medidas propostas, em face das atividades subversivas desenvolvidas pelo indiciado, através de pronunciamentos, entrevistas, bem como de articulações e reuniões conspiratórias.

Como personagem de cúpula da chamada Frente Ampla, intimamente ligado ao Senhor Carlos Frederico Werneck

CONTINUAÇÃO DA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 032 /SG-1/69

- 2 -

de Lacerda, pronunciou-se repetidas vezes, de modo violento, sobre as Fôrças Armadas e o seu Comandante Supremo, investindo contra a Revolução de 1964 durante a existência daquela organização espúria e desenvolvendo atividades conspiratórias após a extinção legal da citada Frente.

3. Como exemplo dessas atividades destacam-se os trechos abaixo constantes da documentação anexa:

3.1 - PRONUNCIAMENTOS NA CÂMARA FEDERAL

- Em 23 Set 67, atacou o Governo dizendo que os sindicatos têm à sua frente "testas de ferro" do Governo e do SNI.
- Em 3 Abr 68, disse que "agrava-se a situação nacional em face do esquema militarista a que estamos condicionados".
- Em 20 Jul 68, disse, "vive o País uma crise criada pelo próprio Governo".....  
O País está sob regime de exceção com a marginalização das Fôrças Políticas representativas da opinião pública pelo poder militar".
- Em 4 Set 68, falando sobre a invasão da Universidade de Brasília: "nenhum Governo se credencia à simpatia popular alicerçando sua ação na arbitrariedade, na violência e, sobretudo na mistificação....."

Não é possível que um País grandioso .... tenha um Governo tão incapaz, tão arbitrário e violento, que compromete não só o povo brasileiro, mas, sobretudo, as nossas Fôrças Armadas".

- Em 7 Set 68, comentando depoimentos de militares na CPI que investigava os acontecimentos na Universidade de Brasília: "ouvimos ontem o depoimento dos militares ..... não sei como homens que deveriam dar exemplo de fidelidade à palavra, possam, num depoimento, contradizer-se com tamanha frequência ....."

"Esse episódio de Brasília, que afronta não só a juventude do Distrito Federal, mas tãda a juventude brasileira não ficará impune ..... como disse muito bem o nobre deputado Raul Brunini, jovens que chegam sãos para um depoimento e saem com manifestações psicopáticas.....".

"Um Governo que deve ser condenado pela prepotência, pela violência e sobretudo, por negar ao povo brasileiro a liberdade que êle preza.."

- Em 3 Out 68, referindo-se à greve ilegal, em Minas Gerais, disse: "manifestamos a nossa inteira solidariedade ao justo movimento grevista que eclodiu ontem em Minas Gerais, principalmente no parque industrial e nas indústrias metalúrgicas. Há muito a situação do operário brasi

leiro se tornou insustentável .....  
A Fôrça Militar do meu Estado, ocupou hoje, o Parque Industrial e o fez mediante esta explicação simplista: Com a finalidade de garantir a ordem. Mas quem está provocando a desordem? O povo, passando fome e ainda resignado, ou o Go verno, insensível às aflições, às apreensões dêste mesmo povo?"

### 3.2 - DA IMPRENSA:

- Em 2 Nov 66, pelo Jornal do Brasil - notícia de que o deputado JOSÉ MARIA MAGALHÃES vem trabalhando junto a outros companheiros do MDB visando evitar que a Frente Ampla seja hostilizada pelo Partido.
- Em 5 Dez 67, pelo Jornal do Brasil, notícia de que o deputado JOSÉ MARIA MAGALHÃES anunciara que a Frente Ampla se organizaria em colegiados que a dirigiriam em todos os Estados. Revelou que os colegiados teriam representantes lacerdistas, juscelinistas e janguistas.....
- Em 9 Dez 67, conforme publicado no Jornal do Brasil, aparece como principal articulador da Frente Ampla em MG, em ligação constante com Juscelino Kubitschek, Carlos Lacerda e Renato Archer.

- Em 14 Fev 68, conforme declarações publicadas no Jornal do Brasil, reaparece como elemento ativo da Frente Ampla, em MG, em ligação com JK, CL, deputado SIMÃO DA CUNHA e o Coronel JOSÉ GERALDO, ex-comandante da Polícia Militar de Minas Gerais.
  
- Em 15 Fev 68, conforme publicado no "Estado de São Paulo", participou do encontro na residência da deputada LIGIA DOUTEL DE ANDRADE e articulações com os deputados MATA MACHADO e CELSO PASSOS e os senhores JUSCELINO KUBITSCHER e CARLOS LACERDA, onde ficou decidido que a FRENTE AMPLA teria um bloco independente na Câmara Federal.

### 3.3 - INFORMAÇÕES EXISTENTES:

#### - Informação 031/68 do S N I:

- Em Mar 1966, apoiou a tese de que é "preferível a renúncia coletiva dos Deputados Federais à aceitação passiva de novas cassações".
  
- Em Mar 1966, em discurso na Câmara Estadual de Minas Gerais, atacou violentamente o Govêrno e apoiou os estudantes.
  
- Em Dez 1966, como líder do MDB na AL-MG, criticou e lamentou a eleição do Presidente COS-

TA E SILVA.

- Em Jan 1967, destacou-se, no XXVIII Congresso da UME, como um dos políticos mais atuantes em geral da causa estudantil.
- Em Jul 1967, considerou o confinamento de HÉLIO FERNANDES como inconstitucional e arbitrário.
- Em Dez 1967, acusou o Govêrno de fomentar crises para implantar uma ditadura da direita.
- Em Fev 1968, encontrou-se com Juscelino Kubitschek e Carlos Lacerda para constituição de um núcleo da Frente Ampla em Belo Horizonte, na qual participava ativamente.
- Em Abr 1968, verberou na Câmara a repressão policial aos estudantes e criticou o Govêrno com respeito as medidas que tomou sôbre a crise estudantil.
- Em Jul 1968, entrou em entendimentos com estudantes e sindicatos em Belo Horizonte afim de dar-lhes apoio na luta contra o Govêrno.
- Em Set 1968, subscreveu documento apoiando a ação de D. Helder Câmara no Nordeste.
- Informação S/N do Gabinete Militar da Presidên-

CONTINUAÇÃO DA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº /SG-1/69 - 7 -  
-----

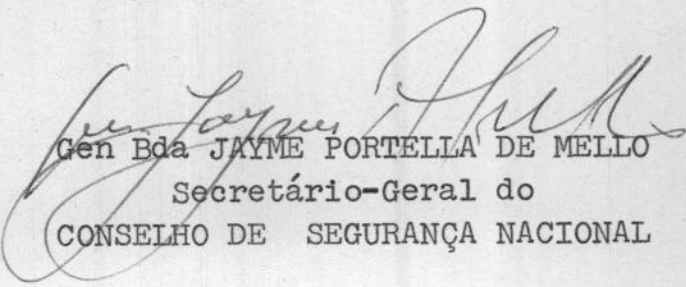
cia da República: Em 1º Mar 68, se verifica que o senhor JOSÉ MARIA MAGALHÃES foi destinatário, para posterior distribuição em Minas Gerais, de folhetos da Frente Ampla.

- Informação 204-CIE/ADF: Em 12 Mar 68, reuniu-se com opositoristas da Frente Ampla, na residência do deputado Martins Rodrigues para tratarem da viagem de Carlos Lacerda à Governador Valadares, tendo apresentado um plano de segurança.
- Informação 245-CIE/ADF: Em 5 Abr 68, reuniu-se na residência do Padre Godinho em Brasília, com outros frentistas notórios por suas atividades subversivas e violentos ataques ao Governo. Na ocasião foram tomadas decisões com respeito à portaria do Ministro da Justiça que extinguiu a Frente Ampla.
- Informação 271/68-CIE/ADF: Em 19 Abr 68, comentava com outros deputados frentistas do MDB, que as atividades da Frente Ampla teriam continuidade amparadas pelo MDB até que surgisse outro movimento com sigla diferente.
- Informação 357-CH/68 da 2aSec do I Exército: Em 31 Mai 68, esteve em Belo Horizonte juntamente com Márcio Moreira Alves, Hermano Alves, Mata Machado e João Herculano, tendo se entendido

com líderes estudantis e sindicais afim de manifestar-lhes apoio em relação aos movimentos grevistas e agitações de rua. Na ocasião, em entrevista à imprensa declarou que a Comissão de deputados que visitara os estudantes prêso pelo encarregado do IPM, fôra coagida pela ID/4, no sentido de que não contasse em seu relatório as "sevícias e maus tratos" verificados. Com isso procurou desmoralizar e desacreditar a Comissão de deputados, que na realidade nada constatou de errado.

4. Nestas condições, peço vênha sugerir, ouvido o CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, na conformidade do artigo 5º, do Ato Complementar nº 39, sejam suspensos os direitos políticos pelo prazo de dez (10) anos e cassado o mandato eletivo federal do senhor JOSÉ MARIA MAGALHÃES conforme dispõe o artigo 4º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os meus protestos do mais profundo respeito.

  
Gen Bda JAYME PORTELLA DE MELLO  
Secretário-Geral do  
CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL



N8-PRO-CSS-18A-6, P. 42

DOC  
"B"



B - F I C H A      I N D I V I D U A L  
=====



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

FICHA INDIVIDUAL

1. Nº 031	2. DATA: 30/12/68
3. NOME: JOSÉ MARIA MAGALHÃES	
4. FILIAÇÃO: TEOTÔNIO MAGALHÃES JUNIOR CARLOTA SILVEIRA HORTA MAGALHÃES	
5. DATA DE NASCIMENTO: 07 de outubro de 1922	
6. NACIONALIDADE: Brasileira	
7. NATURALIDADE: SÊRRO - MINAS GERAIS	
8. PROFISSÃO: MÉDICO - DEPUTADO ESTADUAL <i>FEDERAL</i>	
9. ESTADO CIVIL:	
10. INSTRUÇÃO: SUPERIOR	
11. RESIDÊNCIA: Rua Três Corações 8 - BELO HORIZONTE e BRASÍLIA.	

N8. PRO. 055. 183. 6, P. 45

DOC  
"C"



C - I N F O R M A Ç Ã O    D O    S E R V I Ç O  
=====

N A C I O N A L    D E    I N F O R M A Ç Õ E S  
=====

Ficha Individual de JOSÉ MARIA MAGALHÃES

- (Cont.)

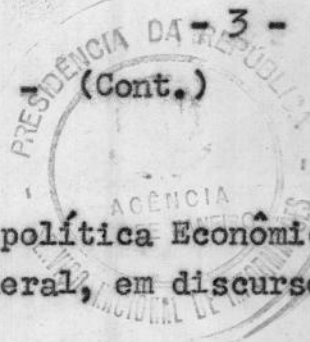
12 - EXTRATO DO PRONTUÁRIO

- Deputado Estadual (ex-UDN)
- Apoiou a Revolução.
- Rompeu com o sistema revolucionário, acompanhando CARLOS LACERDA, seu líder.
- Ingressou no MDB.
- Exerce forte liderança política em BH e entre os Deputados Federais mineiros na Câmara.
- Critica freqüente e violentamente, o Governo, em particular por sua política econômico-financeira.
- Integrado no movimento da FRENTE AMPLA, do qual é um dos principais articuladores, em MINAS GERAIS.
- Mantém estreitas ligações com CL e JK.
- Apóia a causa estudantil, sendo um dos políticos mais atuantes em sua defesa - sua ação, neste campo, teve destaque no XXVIII Congresso da UME.
- Apóia a ação de D. HELDER CÂMARA no Nordeste.
- Manifestou-se contra a Lei de Segurança Nacional.

13 - HISTÓRICO DAS ATIVIDADES

- 1948 - Diplomou-se pela Faculdade de Medicina da UFBH.
- 1958 - Eleito Vereador, em BH, pela UDN.
- 1962 - Eleito Deputado Estadual pela UDN.
- 1965 - NOV - Eleito Deputado Federal.
- DEZ - Decidiu entrar para o MDB.
- 1966 - MAR - Apoiou a tese de que "é preferível a renúncia coletiva dos Deputados Federais à aceitação / passiva de novas cassações".
- Em discurso, na Câmara, atacou violentamente o Governo e deu apoio aos estudantes.

## Ficha Individual de JOSÉ MARIA MAGALHÃES



(Cont.)

- ABR - Criticou violentamente a política Econômico-Financeira do Governo Federal, em discurso / na AL/BH.
- JUN - Em discurso, na Câmara, criticou o Presidente CB, como o maior obstáculo à volta do País à normalidade.
- DEZ - Como líder do MDB/AL-BH, criticou e lamentou a eleição do Presidente CS.
- 1967 - JAN - Destacou-se, no XXVIII Congresso da UME, como um dos políticos mais atuantes em prol da causa estudantil.
- ABR - Criticou medidas Políticas e administrativas do Governo CB.
- JUL - Criticou a Reforma Cambial.
- Considerou o confinamento de HÉLIO FERNANDES como inconstitucional e arbitrário.
  - Liderou o movimento contrário à convocação / do ex-Presidente CB, para depor na CPI do dólar, na Câmara.
- DEZ - Iniciou contactos, em BH, para lançamento da FRENTE AMPLA (FA) no Estado.
- Acusou o Governo de fomentar crises para implantar uma ditadura da direita.
- 1968 - JAN - Criticou o Governo CS.
- FEV - Foi considerado, pela bancada da imprensa da Câmara como um dos melhores Deputados que / atuaram na CD em 1967.
- Encontrou-se com JK para constituição de um núcleo da FRENTE AMPLA em BH.
  - Encontrou-se várias vezes com JK e CL, para tratar sobre a FA.
- MAR - Muito ativo na organização da FA em MG. Promoveu encontros e discursos em concentrações políticas.
- É contrário à proposta de pacificação proposta pelo Ministro MAGALHÃES PINTO.



Ficha Individual de JOSÉ MARIA MAGALHÃES

(Cont.)

- ABR - Verberou, na Câmara, contra a repressão policial aos estudantes.
- Criticou o Governo quanto às medidas que tomou sobre as crises estudantis.
- JUL - Declarou-se em luta pelo restabelecimento / das eleições diretas.
- Entrou em entendimento com estudantes e dirigentes sindicais, em BH, a fim de dar-lhes apoio, em face dos últimos acontecimentos havidos em BH.
- SET - Subscreveu documento apoiando a ação apostolar de D. HELDER CÂMARA no Nordeste.



DOC  
"D"



D - A N E X O S  
=====

N8. PRO. CCS. 183-6, P. 52

ANEXO  
1



1 - DISCURSOS E PRONUNCIAMENTOS  
===== = =====

- 1.1 - Resumos dos principais pronunciamentos
- 1.2 - Discurso na AL-MG, publicado no Correio da Manhã de 10 Mar 66, criticando a Revolução
- 1.3 - Discurso na AL-MG, publicado no Correio da Manhã de 21 Jan 67, criticando a Revolução
- 1.4 - Discurso na Câmara Federal, em 5 Ago 67, críticas à Revolução
- 1.5 - Discurso na Câmara Federal, em 20 Jan 68, atacando o Governo e elogiando CL
- 1.6 - Pronunciamento em 29 Mar 68, na Câmara Federal, atacando o Governo e comentando morte de estudante
- 1.7 - Comunicação na Câmara Federal, em 2 Abr 68, críticas ao 4º aniversário da Revolução
- 1.8 - Críticas ao Governo, em 3 Abr 68, na Câmara Federal
- 1.9 - Críticas ao Governo, na Câmara Federal, em 23 Abr 68
- 1.10 - Críticas à reunião do CSN, em 20 Jul 68, na Câmara Federal
- 1.11 - Críticas à militares, em 7 Set 68, na Câmara Federal
- 1.12 - Pronunciamento de solidariedade a grevistas, em 30 Out 68, na Câmara Federal
- 1.13 - Pronunciamento defendendo a juventude em 30 Out 68, na Câmara Federal

Resumo dos principais pronunciamentos do DEB. FEU ROSA, MBE/MG

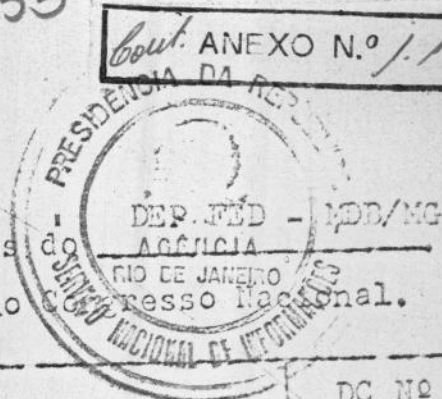
JOSE MARIA MACALHES

no Congresso Nacional.



DATA	RESUMO DO DISCURSO	DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
23/9/67	Atacou o Gov, dizendo que fora os 83 Sindicatos admitidos pelo Gov como sob intervenção, os outros, considerados liderados, têm a sua frente um "testa de ferro" do Gov e do SNI.	Nº 121
03/10/67	Solidarizou-se com o Dep FEU ROSA, que fazia discurso elogiando CL e a FA, dizendo que não se pode continuar nesta "camisa de força" do bipartidarismo. Disse que ainda não pertence à FA mas reconhece seus méritos.	Nº 127
13/3/68	Falou sobre a concessão do título de cidadão honorário de Gov Valadares/MG, ao Sr. CL.	Nº 35-I
15/3/68	Falou sobre a concessão de título de cidadão de Governador Valadares/MG a CL.	Supl ao nº 37-I
02/4/68	Falou sobre violências contra estudantes em DRA SÍLIA.	Nº 49-I
03/4/68	Disse em seu discurso que agrava-se a situação nacional, em face do esquema militarista a que estamos condicionados, uma parcela no poder.	Nº 21-I
23/4/68	Falou sobre solidariedade do médico Dr FRANCISCO JOSE NEVES, cuja residência foi vasculhada pelo DOPS.	Nº 62-I
20 JUL 68	Em seu seu discurso, entre outras coisas disse o seguinte: "Vive o País uma crise criada pelo próprio Governo. As fontes de produção nacional estão totalmente paralisadas nessa expectativa tenebrosa que ameaça o destino da nossa Patria. Antes, era a expectativa em torno da reunião do CSN; depois da reunião, é a triste realidade que está aí a pairar em todas as consciências. O País está sob regime de exceção com a marginalização das forças políticas representativas da opinião pública pelo poder militar. Não entendemos por que, ao inves disso, o Sr PR não procura inspirar a sua conduta no trabalho realizado na IX Assembleia Geral da Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil. Seria muito melhor que S.Exa virasse a página do militarismo e da força e atendesse ao dialogo / com aqueles que merecem, por dever de justiça e de admiração e pelos conceitos que emitem, uma maior consideração."	Nº 119-I
04 SET 68	Falando sobre a invasão da UnB, disse: "nenhum Gov se credencia a simpatia popular alicerçando sua ação na arbitrariedade, na violência e, sobretudo, na mistificação. Como exemplo de arbitrariedade e violencia ai estão os lamentáveis aconte	

Resumo dos principais pronunciamentos do  
 JOSÉ MARIA MAGALHÃES. no



DATA	RESUMO DOS DISCURSOS	DC Nº
04.9.68	<p>cimentos na UnB e até hoje não explicados pelo Gov. Ao contrario, há, ainda, ameaça de repetição dos lamentáveis episódios.</p> <p>Não é possível que um País grandioso como o nosso que caminha para o desenvolvimento, que tem tanta riqueza, tenha um Governo tão incapaz, tão arbitrário e violento, que compromete não só o povo brasileiro mas, sobretudo, as nossas Forças Armadas".</p>	154-I
03.10.68	<p>Em seu discurso, disse: "manifestamos a nossa inteira solidariedade ao justo movimento grevista que eclodiu ontem em MG, principalmente no Parque Industrial, nas indústrias metalúrgicas.</p> <p>Há muito, a situação do operário brasileiro se tornou insustentável. Não pense o Sr Ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho, que pose cinematograficamente, palavras bonitas e gráficos na televisão paguem cadernos de armazem do operário. S.Exa. precisa colocar um paradeiro nessa dilética desenfreada e atender aos justos reclamos da classe sejam com justiça reivindicados.</p> <p>A Força Militar do meu Estado, ocupou, hoje, o Parque Industrial, distrito principal do Município de Contagem, e o fez mediante esta explicação simplista: "Com a finalidade de garantir a ordem". Mas, quem está provocando a desordem? O povo, passando fome e ainda resignado, ou o Gov, insensível as aflições, as apreensões desse mesmo povo? A desordem está do lado de lá, está do lado dos poderosos, que não tem sensibilidade, que não atentam para o que na de mais sagrado que é o salário condigno ao nosso operário, para a sustentação de sua família. A desordem está no espírito, a desordem está na insensibilidade deste Governo que da mostras de sua mistificação".</p>	172-I
31.10.68	<p>Em seu discurso entre outras coisas disse o seguinte: "vive o País dias difíceis da sua caminhada republicana.</p> <p>O sistema atual do Governo, lastreado na inautenticidade, torna-se fragil, frente as crises que surgem ininterruptamente nos diversos setores da atividade nacional. Crise econômico-financeira e limitação das liberdades publicas, são doenças graves que acometem nossa pátria.</p> <p>A Constituição de 1967 não possibilita a harmonia e o equilíbrio entre os diversos Poderes - Executivo, Legislativo e Judiciário - e estabelece nesses desencontros o caldo de cultura propício para a luta das facções extremadas: Esquerda e Direita, neofascista.</p> <p>Os fatos comprovam que a ação dos neofascistas é muito mais evidente. Ai estão o TFP, CCC, MAC e os atos de terrorismo e, dentre estes, o atentado a Dom Helder Camara representa o exemplo mais grosseiro e vil".</p>	SUP DC 192-I

(10.03.66)

Ref. 1

ANEXO N.º 2

## MDB DE MINAS ESTÁ COM VIEIRA PARA A RENÚNCIA COLETIVA

BELO HORIZONTE (Sucursal) — O MDB de Minas Gerais, em pronunciamento de ontem do deputado José Maria Magalhães, deu apoio ao líder Vieira de Melo na sua tese de que será preferível a renúncia coletiva dos deputados federais à aceitação passiva de novas cassações de mandatos legislativos. Em seu discurso formulou críticas ao Governo, à ARENA e à revolução de 31 de março, que, segundo o deputado mineiro, foi desvirtuada de seus ideais e se tornou responsável pela aplicação de tudo aquilo o que se propôs combater.

### REVOLUÇÃO

"A revolução de 31 de março — sustentou o deputado José Maria Magalhães — teve os seus princípios basilares, dentre eles a renovação. E o que vemos aí é o agrupamento de todas as raposas políticas no partido do governo. A revolução foi feita para preservar e manter o regime democrático, ameaçado pela onda de agitação que se verificava antes de 31 de março. Hoje, o que vemos é o governo, constituído para manter o regime democrático, instituir no País eleições indiretas, alijando o povo do processo da escolha de seus mandatários. A revolução foi feita para respeitar a constituição, ameaçada antes de 31 de março. Hoje vemos a edição de atos institucionais proclamados, transformando a nossa constituição em verdadeira colcha de retalhos."

### MAGALHÃES

As críticas do sr. José Maria Magalhães se estenderam ainda ao sr. Magalhães Pinto, cujo ingresso na ARENA fôra antes elogiado pelo deputado Cicero Dumont. Disse o deputado do MDB que a definição do ex-governador mineiro não constituiu nenhuma surpresa, já que — sublinhou — "sabemos que o sr. Magalhães Pinto, detentor de enorme grupo de forças econômicas, não poderia ter outro caminho senão aquele de ir para o partido do governo". Estranhou que o ex-governador de Minas se filie à ARENA, partido oficial, com o declarado propósito

de combater o governo, como no caso da reformulação da política econômico-financeira.

### ARENA

No final de seu discurso, ouvido em silêncio pela Assembleia, o sr. José Maria Magalhães conclamou a ARENA — de Minas — lembrando sua condição de maior expressividade em todo o País — a defender seus interesses, mas a deixar à oposição, a defesa das eleições diretas, o combate ao alto custo de vida e à política financeira do Governo.

### CICERO

Para o deputado Cicero Dumont, que falou antes do representante do MDB, a definição do sr. Magalhães Pinto foi o fato político da semana, pois além de sua condição de detentor da liderança civil da revolução, leva para a ARENA "aquela metodologia política nova, segundo a qual é dentro do partido que se devem defender as idéias, que se deve sustentar as soluções".

Segundo o sr. Cicero Dumont, os pontos de vista do ex-governador de Minas têm sido reconhecidos como procedentes — apenas o Governo revolucionário tem, lastimavelmente, reconhecido o acerto das teses um pouco fora de tempo.

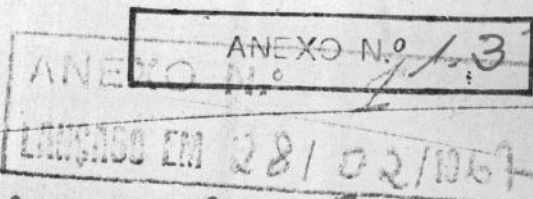
### ASSISTENCIA AOS LAZAROS

Com a sua contribuição a esta Campanha que visa a salvar centenas de crianças do contágio da lepra, você estará praticando um ato de alto sentido cristão e patriótico. Envie sua ajuda para a sede da Sociedade do Distrito Federal de Assistência aos Lazáros. Av. Almirante Barroso, 6, Sala 609. Tel. 42-8253.

31379



(21-01-67)



N.º PRO. CSS. 183-6, P. 57



## MINEIRO ACHA QUE AC-33 CONFIRMA O CLIMA DE DESORDEM

BELO HORIZONTE (Sucursal) — O deputado José Maria Magalhães, líder do MDB na Assembleia Legislativa e eleito para a Câmara Federal, disse ontem que o Ato Complementar n.º 33, assinado pelo presidente da República, confirma o clima de caos jurídico e de desordem instaurado pelo Governo e mostra violência contra os municípios.

Acentuou o sr. José Maria Magalhães:

"O presidente da República mais uma vez se comportou como militante político partidário, através do Ato Complementar n.º 33. Está usando dos seus poderes excepcionais, em nome de uma revolução, para atender aos interesses da ARENA.

Vivemos uma lamentável realidade. O Ato Complementar 33 confirma que estamos ainda em clima de caos jurídico e de desordem institucional. No século XX, depois das conquistas da civilização, não se poderia supor que o Brasil pudesse sofrer a triste experiência dos nossos dias: atos baixados como leis, em benefício dos que se colocam no partido do Governo. O Ato Complementar n.º 33 tem exclusivamente dois objetivos: resolver os problemas de filiação partidária para os candidatos relapsos da ARENA e resolver o problema do sr. Luiz Souza Lima, cujo nome não encontra resistência na Assembleia Legislativa.

Aqui em Minas, os beneficiários da manobra são esses. Devem haver outros, certamente, em outros Estados. Não é possível resistir à violência de quem, pelos Atos Complementares está legislando antes, durante e depois dos episódios políticos. As regras do jogo são mudadas de

acôrdo com as conveniências da ARENA, que não pode perder nunca. Afinal já não podemos sequer usar dos recursos regimentais contra a indicação do sr. Israel Pinheiro à Assembleia Legislativa para a Prefeitura de Belo Horizonte. O absurdo é esse: Se uma corrente de opinião nos termos do regimento, impedir a aprovação do sr. Luiz Souza Lima pelo legislativo, até o dia 31, o sr. Israel Pinheiro nomeia o nosso sr. Luiz Souza Lima, da Capital. Belo Horizonte ficará então com um ditador Municipal, sem referendo da Assembleia Legislativa, sem qualquer outra limitação, que não seja o humor doméstico do Palácio da Liberdade.

O que reafirmamos, no MDB, é que vamos votar em branco e como disse-mos em nossa nota oficial, continuaremos a lutar em favor de eleições diretas, que entendemos ser o único caminho legítimo e autêntico e que consulta as aspirações de liberdade do nosso povo.



CONGRESSISTA: José Maria Magalhães

PROJETO N.º

CÂMARA

N.º

SENADO

DC de 5/8/64 | CD-2-01 Pg 19

DO N.º 1 de 1 (Sup.)

O SR. JOSÉ MARIA MAGALHÃES

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, uma nuvem negra ofusca o céu azul de nossa Pátria; prenuncia uma tempestade que não se sabe onde e quando vai desabar.

Fêz-se neste País uma revolução em 31 de março de 1964, sob o slogan de revolução democrática, e imediatamente caminhou-se para um regime ditatorial. Após 3 anos de uma ditadura mistificada de democracia consentida, onde a tônica da violência preponderava sobre o Direito e a Justiça, em que o Poder Legislativo foi humilhado e espezinhado, chegando a votar uma Constituição draconiana, que, por si só, representa a soma de todas as pressões e humilhações, como que surgiu, com a posse do novo Presidente, Marechal Costa e Silva, uma tênue esperança de que se pudesse tomar ou retomar o caminho da redemocratização, caminho esse que de há muito deveria ter sido retomado. Com efeito, num retrospecto da História, vemos, por exemplo, uma revolução liberal em Minas Gerais, chefiada por Teófilo Otoni, que, preso em Santa Luzia, levado algemado e chicoteado até a Capital, Ouro Preto, é, no entanto, um ano depois anistiado. Agora, porém, a fase repressiva se alonga por demais, e, até as vésperas do pleito de 1966, candidatos que já tinham seus nomes incluídos no Registro Eleitoral, foram brutalmente cassados, como aconteceu no meu Estado com o líder dos mineiros, Zacarias Roque, que até hoje me pede para saber do órgão de segurança nacional ao menos a razão por que foram cassados seus direitos políticos.

O Sr. Márcio Moreira Alves — Permita-me, nobre Deputado. A indagação do líder dos mineiros de Minas não me parece procurar desvendar mistério algum, uma vez que na Assembleia Estadual minera, logo em abril de 1964, os únicos quatro Deputados que também eram operários foram cassados imediatamente. Um deles, "Duzinho", José Gomes Pimenta, também antigo Presidente do Sindicato de Nova Lima, é um dos precursores do engajamento social dos cristãos na luta social, e um dos precursores da perseguição que agora se concretiza em São Paulo e no resto do Brasil.

O SR. JOSÉ MARIA MAGALHÃES — V. Ex.ª tem razão, e hoje lamentamos todos esses episódios. Mas as medidas quanto a Assembleia Legislativa de Minas Gerais foram tomadas numa hora de tremendo impacto emocional, num momento de confusão, de turbilhão, enquanto aquela a que me referi foi levada a efeito três anos após, quando o Tribunal Eleitoral já tinha toda a documentação do candidato, inclusive os documentos do DOPS. Mesmo assim, ainda impediram que um candidato fosse eleito. E eleito, sim, porque, transferindo, ele sua votação para outro candidato do MDB, na cidade de Brumadinho, esse foi sufragado e está na Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Sr. Presidente, queremos fazer uma análise com serenidade. Não desejamos absolutamente entrar naquela fase de confusão que atordoam a todos, mas afirmar que, passado esse período, esperávamos, e assim também todo o povo brasileiro, que aqueles que, envolvidos no tumulto, foram injustificados, tivessem reparadas as injustiças, e que os responsáveis pelo

Governo seguissem um caminho para a democracia, sintonizados com a tradição do povo brasileiro e, sobretudo, com a nossa aspiração comum. Mas nos dias atuais repetem-se os episódios da violência. A fase repressiva ainda está em vigor e até hoje o Governo não encontrou meios para estabelecer um diálogo cívico e patriótico com os estudantes do Brasil, como não encontrou meios para falar aos trabalhadores de nossa Pátria.

Não posso compreender, Sr. Presidente e Srs. Deputados, um Governo que se afaste do povo, porque somente do povo entendo vir a força do poder.

O Sr. Bernardo Cabral — Deputado José Maria Magalhães, V. Ex.ª coloca o problema exatamente nos termos em que precisa ser colocado. O Governo se afasta do povo porque teima em pensar que do povo ele não precisa. Apesar de ter sido imposta à Nação uma Constituição no parágrafo 12 do cujo art. 150, se insere "que ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita da autoridade competente, o que se nota é a tumultuação em todo o País, com prisões que não são somente arbitrárias, pois nelas há muito mais do que arbitrariedade: há iniquidade. É exatamente o que acaba de sofrer, na manhã de hoje, o jornalista Flávio Tavares, que, como V. Ex.ª e toda a Casa sabem, é um profissional que vive para o seu trabalho e não tem o tempo que lhe atribuem para ser mentor de um processo subversivo, que, segundo alegam as autoridades que o enquadraram, estaria sendo formado em Uberlândia, com a distribuição de explosivos. Veja V. Ex.ª o que se pretende fazer no País. Há um cérebro maldito neste País que está tentando envolver o Governo, e ele, na sua ignorância, não sente o que se criam tumultos em São Paulo, em Minas Gerais e, até, dentro da própria Câmara dos Deputados, com a prisão de um jornalista. Agradeço a V. Ex.ª o aparte. Quero que fique transcrito no corpo do seu discurso este meu protesto e, se fiz esta interferência agora, é porque tenho de viajar, daqui a minutos, e gostaria que minha posição fosse exatamente esta que acaba de ser definida.

O SR. JOSÉ MARIA MAGALHÃES — Eu é que agradeço o aparte de V. Ex.ª. Realmente nobre Deputado Bernardo Cabral, a legalidade está sendo atingida diante destes atos de arbitrariedade e violência e, sendo atingida, as consequências incidirão, principalmente, sobre o Poder Legislativo e o Poder Judiciário.

Enganam-se aqueles que pretendem, nesta Casa, defender esse estado de coisas, porque a nossa geração não pode aceitar uma democracia consentida, mistificada, mentirosa. E temos certeza de que muitos companheiros não permitirão que o Poder Legislativo seja humilhado e espezinhado.

O Sr. Bernardo Cabral — Inclusive porque o nosso mandato é oriundo do povo, e temos de prestar-lhe contas, o que não acontece com certas autoridades.

O SR. JOSÉ MARIA MAGALHÃES — É preferível que se fechem os parlamentos a terem os seus representantes de permanecer cabisbaixos, apenas aplaudindo, enquanto que o povo se sacrifica para os manter aqui. Penso que este País não pode continuar mais afinado com a tônica do engodo, pregando uma democracia para fora e exercendo internamente um processo ditatorial o mais violento e arbitrário. A juventude do meu País, que desde a invasão dos franceses no Rio de Janeiro foi para as ruas, liderada por Bento do Amaral

607-ANEXO N.º 14

Gurgel, e juntamente com as tropas de Minas Gerais, evitou a invasão farúscas; essa juventude que esteve sempre presente nos episódios marcantes de nossa vida no Império e na República não pode ser tratada com essa incompreensão, não pode ser alijada, porque nela residem as nossas esperanças. Repito que pertencemos a uma geração frustrada, cuja única porta de esperança que podemos antever no futuro está justamente na juventude de nosso País. É uma juventude que apanha nas ruas, uma juventude que é amorçada, uma juventude que não se pode reunir, uma juventude que é vilipendiada, uma juventude que é traumatizada, não pode cumprir no futuro, o seu destino glorioso. Isso sacrifica a quem? Sacrifica a nossa Pátria, a quem não abrir um crédito de confiança a esses moços, que não estão comprometidos, com más causas, mas, pelo contrário, em tôdas as suas lutas, comprometem-se com as justas causas, até com a perda de suas vidas?

O Sr. David Lerer — Permite V. Exª um aparte?

O SR. JOSÉ MARIA MAGALHAES — Com muita satisfação.

O Sr. David Lerer — Nobre Deputado, aparte V. Exª não só por querer participar da sua brilhante oração — e esta a primeira razão pela qual o faço — ...

O SR. JOSÉ MARIA MAGALHAES — Agradeço a V. Exª.

O Sr. David Lerer — ... mas também porque não sei quanto tempo isso nos vai durar. Portanto, estou aproveitando para falar agora. Acho, nobre Deputado, que, a esta altura, não se trata mais de os governantes abrirem um crédito de confiança aos jovens. A esta altura, precisaremos examinar se os jovens deste País ainda estão em condições de abrir um crédito de confiança para os governos que se têm sucedido no poder, principalmente nestes três últimos anos. Este o grande dilema da geração que estamos atravessando. Na verdade, o que está ocorrendo é que paulatinamente estão caindo as comportas sobre uma represa cujas águas se estão avolumando; na verdade, estão sendo cortadas, neste País, tôdas as vias de saída legal, tôdas as vias da legalidade, para que o povo, principalmente a juventude, extravase a sua justa indignação pela miséria e pelo subdesenvolvimento; na verdade, o que está ocorrendo é que, paulatinamente se está forçando a população consciente, principalmente os jovens deste País, a buscar uma saída na violência, no arbítrio e na prepotência, pois é este o exemplo que está sendo dado pelos seus governantes. Quem sabe não será este o maior perigo que estes dias oferecem?

O SR. JOSÉ MARIA MAGALHAES — V. Exª, deputado David Lerer, tem inteira razão. Apenas entendo eu que o crédito de confiança tem de ser do Governo, porque não concebo que aqueles que estão apanhando em praça pública possam ainda dar um crédito de confiança a um Governo ditatorial.

O Sr. Breno da Silveira — Nobre Deputado José Maria, temos anos de lutas nacionalistas neste País. Fomos tiroteado em praça pública, na campanha de Zélia Magalhães, que levamos até o Cemitério do Cajú, no inesquecível comício do Castelo, participando das lutas pela a Hilda Amazônica, lutas contra o Acôrdo Brasil-Estados Unidos, e assim sucessivamente, numa linha de absoluta coerência. É triste, nobre Deputado, tendo filhos que já me deram netos, e que, pela sua formação, sempre sentiram vibrar esse nacionalismo verde-amarelo de que sempre fomos

possuído; é triste, na hora em que esta juventude se sacrifica e em que verdadeiramente não temos outros meios senão os protestos para expressar o que sentimos; é triste chegar em casa e enfrentar um jovem de 19 anos, meu quarto filho, que me pergunta: "E agora, papai, que acha disso tudo?" É triste, Srs. Deputados, Tefho fé em Deus e tenho esperança, mesmo, de que esse movimento que se agiganta possa, talvez, emocionar também os pais de outros filhos, porque todos sabem que, inclusive nas horas duras, lutam na Universidade filhos de Deputados, de Senadores e até de homens dessa revolução que foi esse fracasso, essa desgraçada realidade que cada vez mais cresce, na qual nunca acreditamos... Pois bem, vários elementos desse tipo, inclusive filhos de parlamentares do lado de lá, também foram espancados com cassetetes e se mantiveram na luta, ao lado dessa estratagada valente que dá exemplo para nós, mais velhos. Em face da tristeza dessa pergunta — "E agora, papai?" — é que del este aparte, para que todos os pais de todo o Brasil, se unam aos pais de todo o mundo contra esse movimento de prepotência, contra esse tacão do imperialismo norte-americano que cada vez mais se agiganta. De um lado, o "Correio da Manhã", insiste em denunciar o problema de terras no Brasil; e de outro lado, na Guanabara, em São Paulo, continuam a humilhar os brasileiros jovens que ficarão como sementes para o Brasil do futuro, que será independente, queiram ou não.

O SR. JOSÉ MARIA MAGALHAES — A argumentação de V. Exª, Deputado Breno da Silveira, sempre vem à tona na nossa consciência. Chegamos a indagar se os assessôres do Governo prepotente, se os Srs. Deputados que compõem aqui a bancada da Aliança Renovadora Nacional, não têm também, como nós, filhos jovens, filhos irmanados, como os nossos, nas esperanças e nas lutas que poderão ter pelo futuro a fora. E esta indagação fica quando os episódios se repetem em todos os Estados da Federação, com a conivência, com a complacência dos Governadores dos diversos Estados.

O Sr. Mariano Beck — Nobre Deputado, queria, na oportunidade do seu discurso, registrar outro aspecto de que foi vítima o jornalista Flávio Tavares. Verifica-se, no momento, não apenas o arbítrio, a prepotência, que vem se manifestando, nos últimos tempos, de hora a hora. Há outro fato a registrar, também altamente alarmante: é o descaso, a desconsideração, o desrespeito pelo Congresso Nacional, pelo Poder Legislativo. Desde cedo o nobre Líder da Minoria, Deputado Mário Covas, e o próprio Presidente desta Casa, estão tentando obter notícias do jornalista Flávio Tavares, sem que as autoridades sequer digam onde se encontra preso esse jovem. E o desrespeito, é a desconsideração, é o desprezo pelo Poder Legislativo, o que se verifica com o Governo que se instalou em consequência da revolução de 1964.

O SR. JOSÉ MARIA MAGALHAES — Vamos, nobre Deputado, abordar mais adiante esse aspecto lembrado por V. Exª.

O Sr. Hermano Alves — Nobre Deputado José Maria Magalhães, acrescentando alguma coisa ao que declarou aqui o Deputado Mariano Beck, quero informar a V. Exª e à Casa que uma comissão do Sindicato de Jornalistas esteve, por volta das 13,00 horas, no quartel da Polícia do Exército de Brasília. O Coronel Campelo, chefe da Polícia Federal, disse-ra ao Presidente da Câmara dos Deputados que o jornalista Flávio Tavares seria por ele remetido ao

Le. (Ze) (ator) e presente realizado reunido

Coronel Epitácio Cardoso de Brito, Comandante da Polícia do Exército. A comissão do Sindicato de Jornalistas não foi recebida pelo Coronel Epitácio Cardoso de Brito, mas por um major, que declarou nada tinto a informar; apenas poderia adiantar que o jornalista não se encontrava por ali. Veja V. Exª que há um propósito denegado de humilhar, não só esta Casa, mas também a imprensa brasileira, que começou com o episódio Hélio Fernandes, que se completa com o episódio Flávio Tavares. Já e que, já outro dia, verificamos ser muito claro na declaração do Secretário de Segurança de São Paulo, Coronel Sebastião Chaves, de que a imprensa, ao noticiar o que ocorria com os padres e estudantes, estava incorrendo em crime, o crime de noticiar, Sr. Deputado. Até isso já é crime neste País! Veja a que ponto é insubordinação, porque de outra coisa não se trata do que um motim que as autoridades militares não conseguem controlar e que o Presidente da República, Comandante-em-Chefe das Forças Armadas não consegue sufocar. Ou S. Exª afirma sua autoridade, restabelecendo a disciplina vertical das Forças Armadas, ou aduz autoridade, aduz até mesmo este regimézinho que aí está, aduz liberdade que ainda resta aduz resquícios e vestígios de democracia neste País.

**O SR. JOSÉ MARIA MAGALHAES** — Muito grato a V. Exª. Mas não pára aí, nobre Deputado Hermo Alves, o sadismo do Governo nos dias atuais. Além de atingir a nossa juventude, atinge agora, da maneira mais desrespeitosa e violenta, o clero brasileiro.

Aí estão as notícias das prisões dos Beneditinos, em Campinas, no Estado de São Paulo e dos Dominicães. Lembro, nesta oportunidade, as palavras de Dom Macedo Costa que a História registrou — "O trono caiu, mas a Igreja está de pé."

**O SR. PRESIDENTE:**

(Dirceu Cardoso) — Advirto o nobre Deputado de que tem apenas cinco minutos para terminar.

**O SR. JOSÉ MARIA MAGALHAES** — Vou encerrar, Sr. Presidente.

Onde iremos chegar, Sr. Presidente e Srs. Deputados? Esta Casa a esta hora já deve estar consciente de suas responsabilidades. A prisão e o degredo do jornalista Hélio Fernandes foi um ato arbitrário, violento e inconstitucional. Não endosso as palavras de S. Sª naquela oportunidade, não posso fugir à tradição de solidariedade cristã. Mas o seqüestro foi feito; prisões estão sendo efetuadas em Uberlândia, em Minas Gerais. E hoje o jornalista Flávio Tavares, da Última Hora, sem nenhuma explicação, foi preso pelo DOPS, levado à Polícia do Exército, cujo Comandante, o Coronel Epitácio Cardoso de Brito, nega-se a prestar qualquer informação, até mesmo diante da solicitação imediata — aliás muito do feito desse homem que representa, nesta Casa, para nós e para toda a geração que anseia por um futuro melhor, um exemplo de dignidade, de liderança autêntica, isento e justo) — do Deputado Mário Covas. (Muito bem.)

S. Exª, em todos os episódios, comporta-se como esta Casa já o acostumou, com a maior serenidade. Não há ninguém, no partido, que, levando a bandeira da Oposição contra toda espécie de acordo regional ou municipal que pretenda solapar nossas convicções ou nossas posições dentro do conceito democrático, que consegue levar esse Líder pelo caminho da emoção. Sempre justo e sereno, toma as atitudes na hora exata, em benefício não só do Movimento Democrático Brasileiro, mas em benefício da democracia e das liberdades públicas.

Sr. Presidente, V. Exª, me alerta. Apenas pedir a V. Exª. uma condescendência para ouvir o aparte da nobre Deputada Júlia Steinbruch, para que então possa concluir a minha oração.

A Sra. Júlia Steinbruch — O discurso de V. Exª. é realmente brilhante. Neste momento, toda Nação está conturbada pelos acontecimentos. O pronunciamento de V. Exª. vem trazer realmente o esclarecimento dos fatos que estão ocorrendo no País, para que toda Nação tome conhecimento da sua gravidade. Agora, V. Exª. salienta um ponto bastante interessante: se os próprios membros do MDB vão protestar contra a prisão dos jornalistas e contra esses atos discriminatórios do Governo, de desrespeito flagrante à ordem institucional vigente no País, em desrespeito à nossa Constituição, às nossas leis e às liberdades individuais como poderemos permitir que esses elementos do nosso partido façam acordos com o Governo? E sabido de todos nós que, se pertencemos à administração de um Estado, como a poderemos criticar? Não poderemos ter moral para criticar os atos errados deste Governo. Agradeço a V. Exª. a honra que nos deu.

**O SR. JOSÉ MARIA MAGALHAES** — Eu é que agradeço a V. Exª., ilustre Deputada. V. Exª. tem inteira razão, porque os acordos nos Estados estão sendo patrocinados pelo Presidente da República. Tenho aqui o "Estado de Minas" de ontem, onde se lê: "Israel ganha apoio de Costa e Rondon para acertar integração".

Portanto, o Movimento Democrático Brasileiro não pode fazer acordos com os Governadores da ARENA, porque isso representa apenas uma adesão ao Governo Federal, uma adesão que levará o País do bipartidarismo para o unipartidarismo e, portanto, para um regime discriminatório e ditatorial.

Ouço com muita satisfação o nobre Líder Mário Covas.

**O Sr. Mário Covas** — Devo, inicialmente, agradecer as generosas palavras de V. Exª. para com este seu companheiro, palavras estas...

**O SR. JOSÉ MARIA MAGALHAES** — V. Exª. as merece.

**O Sr. Mário Covas** — ... que eu credito muito mais à amizade que nos une e ao caráter generoso de V. Exª. Mas, Sr. Deputado, eu sempre entendi que quando a autoridade se exerce em excesso caracteriza-se uma ditadura; quando a autoridade existe o regime decorrente é a anarquia. A democracia, Sr. Deputado, no meu entender, é, fundamentalmente a autoridade consentida, a autoridade delegada, aquilo que se transfere a alguém para que esse alguém, em nome de uma coletividade qualquer, seja capaz, muito mais do que puni-la, de defendê-la contra os seus eventuais agressores. O que este Governo faz é agir em dualidade de posições com a maioria do povo, com os estudantes, com os seus homens públicos e agora até com o clero; é o exercício de uma posição autocrática, pior característica de uma ditadura. E em relação a certas minorias, particularmente a minorias militares, o que se vê é que o poder central não exerce a sua autoridade. Dentro desse contexto, Sr. Deputado, a pior de todas as figuras cabe a esta Casa. E que não se diga que a culpa disso é da Oposição, porque todas as vezes em que a Oposição se manifestou desta tribuna teve sempre uma palavra em favor da união dos homens desta Casa para preservação deste Poder, teve sempre uma palavra assegurando que sobrepairando, sobrenadando as paixões de natureza política, deveria haver um ponto comum, um ponto de acordo em relação ao qual o nosso compromisso com

a instituição se sobrepujasse ao nosso compromisso eventual com cada uma das facções. Sr. Deputado, esta Casa assiste diariamente, desde que se confinou o Sr. Hélio Fernandes, um suceder de violências contra as quais nenhuma palavra de alerta, de convocação, nenhum brado de revolta, de impugnação feito desta tribuna encontrou o menor eco. E elas só são superadas pelo acontecimento de novas violências, que, por serem mais recentes, passam a ganhar repercussão maior em relação às anteriores. Ainda está o jornalista confinado...

**O Sr. Márcio Moreira Alves** — Seqüestrado.

**O Sr. Mário Covas** — ... seqüestrado, banido, e imediatamente prendem-se estudantes. Recentemente, um estudante do Centro Acadêmico II de Agosto, comparecendo a um programa de televisão no qual eu era entrevistado, deu uma resposta e uma opinião sobre aquilo que lhe parecia a posição política atual do País. Lii nos jornais, embora tenha sido censurada a sua manifestação, já que o programa estava sendo gravado, que, 15 dias depois, foi, ele convocado à polícia para repetir o que estava gravado em vídeo-tape, o que teria dito naquele programa. Já agora, são padres arrancados dos seus conventos e conduzidos à polícia; outros, por permanecerem em frente ao DOPS, são também para dentro da polícia conduzidos, apenas por ali estarem portando faixas onde a única expressão escrita é uma expressão constante da nossa Constituição. Agora, prende-se outro jornalista, sob a alegação de uma semelhança com o "Doutor não-sei-o-que". E, desde manhã, ao iniciar-se a sessão, perguntávamos à Mesa sobre qual a providência tomada; até este instante, porém, sequer sabemos onde se encontra esse jornalista. E essa seqüência de fatos, agravando permanentemente, humilhando esta Casa, que precisa ser objeto das considerações não da Oposição, mas de toda esta Casa, de todos os Deputados, porque cada um de nós aqui, Sr. Deputado, antes do compromisso com sua agremiação, tem de honrar o compromisso maior com esta instituição, que é — ela sim — a mais autenticamente representativa do regime democrático. (Palmas.)

**O SR. JOSÉ MARIA MAGALHAES** — O aparte de V. Exª., nobre Líder Mário Covas, vem ilustrar o nosso discurso. São válidas todas as argumentações que V. Exª. expendeu.

Queríamos, Sr. Presidente, ler o artigo de hoje do "Correio da Manhã" — "Acordo de Clientela" — mas pedimos a V. Exª. que seja esse artigo considerado lido.

A nossa geração não se curvará. A bandeira que recebemos nas urnas de 1960, sob a legenda do Movimento Democrático Brasileiro, não cairá de nossas mãos. Estaremos aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para condenar a violência e arbitrariedade. Estaremos aqui para defender a liberdade e a democracia, porque entendemos que este regime é o único que se ajusta com as nossas tradições e com a aspiração do povo brasileiro. (Muito bem, muito bem, Palmas.)

JOSE MARIA MAGALHAES  
20-1-68 Pg. 151

O SR. JOSÉ-MARIA MAGALHAES:

(Comunicação -- Lé) -- Senhor Presidente deseio, na oportunidade, registrar o grande acontecimento cívico verificado em Belo Horizonte, na noite de quarta-feira última, quando da magnífica manifestação pública ao líder incontestável Carlos Lacerda. Falou em seu próprio nome sobre diversos pontos, e de uma maneira mais global em nome da Frente Ampla, movimento que encontra por parte da população mineira quase que inteira acolhida, principalmente da classe média dos operários e estudantes.

Difícil, Senhor Presidente, em poucas palavras descrever o entusiasmo do povo de Belo Horizonte em torno da pregação do Senhor Carlos Lacerda. Basta dizer que, duas horas antes da palestra, a Assembléa Legislativa -- lugar escolhida pelo Centro dos Cronistas Políticos para a Conferência -- encontrava-se superlotada, obrigando o Presidente daquela Casa a fechar as portas a fim de evitar que pelo excesso de pessoas, ruísse o edifício.

No quarteirão onde fica situada a Assembléa, do lado de fora, em avalanche ameaçadora, o povo procurava forçar as portas do edifício.

Para atingirmos o recinto, juntamente com o Líder Carlos Lacerda, entramos aos empurrões da massa.

Estão aí Senhores Deputados, os 28 ilustres parlamentares de quase todos os Estados da Federação, que honraram Minas Gerais com as suas presenças. Devemos, por hierarquia partidária, salientar o nome do digno companheiro Secretário Geral do M. D. B., Deputado Martins Rodrigues, que hoje fará às 21,30, pela TV Itacolomi, um novo pronunciamento ao povo mineiro em nome das forças oposicionistas do M. D. B. e da Frente Ampla.

Estão aí repito, para confirmar a nossa descrição do episódio dantesco em busca da redemocratização da nossa Pátria.

A ida de Carlos Lacerda a Minas Gerais se deveu à ação do Presidente do Centro dos Cronistas Políticos de Minas Gerais, jornalista Jadir Barroso.

A sessão foi presidida pelo Líder do M. D. B. na Assembléa Legislativa, Deputado Raul Belém. Saudou o visitante o Coronel José Geraldo de Oliveira que há poucos dias, renunciando ao cargo de Diretor da SUNAB em Minas Gerais, fez uma carta que é um libelo terrível contra o Governo Federal e o Governo Estadual. Até hoje não vimos por parte do Governo uma resposta a esta carta, cujo signatário é o Exmo. Comandante das forças militares que promoveram a Revolução de 1964 em Minas Gerais e reconhece publicamente a "Traição do Governo" aos princípios que ele julgava na época defender.

O Senhor Carlos Lacerda falou durante 4 horas fez um exame completo de toda a situação nacional, reafirmando suas críticas ao Governo Militarista que se instalou no poder por uma revolução casaca das gloriosas forças armadas do nosso País e ainda mais reafirmou a sua acusação feita antes em Porto Alegre de corrupção no Governo Federal.

Lamentavelmente tudo isso dito na maior seriedade, continua sem resposta, o que causa muito mal ao Governo, pois o coiza entre duas suposições: ou não tem elementos para contestar ou está conveniente com os fatos denunciados.

Desejavamos transcrever trechos da oração do Senhor Carlos Lacerda, mas neste pequeno expediente não nos é possível fazê-lo.

Apenas queremos denunciar o bloqueio total feito na Capital de Minas Gerais. Foram cortados desde as 16 horas daquele dia todos os meios de comunicação. Ficaram privadas as agências de notícias de dar cobertura ao grandioso episódio que se tornou mais grandioso ainda diante do apoio maciço, entusiástico e vibrante da população de Belo Horizonte.

Senhor Presidente, os episódios se repetirão, o povo virá coonsto, não temos dúvida para forçar o Governo, queiram os seus bajuladores ou não, a Redemocratizar o País.

O povo sem o direito de voto é murmurante e o brasileiro pela sua tradição, pelo seu caráter, não tem esta recacão. (Muito bem)

Refer-se como grande acontecimento a fala de Carlos Lacerda em B. Horizonte em prol da frente ampla.

CONGRESSISTA: *Jose MARIA MAGALHÃES*  
 PROJETO N.º CAMARA  
 N.º SENADO  
 DC de *29 / 3 / 68*, *CM*-CN Pg *221*  
 DO N.º / de / /

O SR. JOSE-MARIA MAGALHÃES

(Comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Senhores Congressistas, ninguém limita impunemente as liberdades publicas. A Historia nos dá os maiores exemplos. Quando se procura jugular a liberdade, a caminhada que se prenuncia é trágica.

Lamentavelmente, hoje começou a jorrar o sangue da juventude da nossa pátria, e jorrar no coração do Brasil, que é o Estado da Guanabara. Na sessão matutina de hoje, encarnando o projeto de lei do orçamento plurianual, dizia em que a juventude não se pode conformar com esse estado de coisas. Nós outros já com tantas decepções, com tantas traições, traidos que fomos em movimentos civicos em nossa Patria podemos talvez, por uma anestesia que é aparente, é verdade, conformar-nos um pouco com o destino, mas a juventude, Sr. Presidente, esta não está condicionada a essas decepções, tem de reagir, reage sempre, é inevitavel. O Governo tem de atentar na isso. Não é possível, na travessa de um século para o outro, onde se prenunciam os avanços em todos os sentidos, fique um povo juguando na sua liberdade, regido e governado por um sistema implantado por uma minoria militar que procura atuar em nome das Forças Armadas. Mas a esta altura, as próprias gloriosas Forças Armadas da nossa pátria não podem arcar com o ônus e a responsabilidade desta direção.

Sr. Presidente, nesta hora, sem conhecer ainda os detalhes do lamentavel episódio, mas reconhecendo que nele está caracterizado o abuso da força, queremos apenas para que não

pequenos na análise, registrar que houve abuso da força, e, contra esse abuso da força, lancamos o nosso protesto, que se tornará tanto maior quanto mais quiserem subverter a caminhada do povo brasileiro em favor das liberdades publicas, em favor da Democracia. O sangue de hoje, que correu na Guanabara, será o grito de alerta, a fim de que o Governo atente para que a traição do povo brasileiro e a sua destinação são a liberdade e a Democracia. (Muito bem).

220

*Nota de estudante*  
*J.*

CONGRESSISTA: JOSE MARIA MAGALHAES  
 PROJETO N.º CAMARA  
 N.º SENADO  
 DC de 2161681 CD-SLON Pg 996  
 DO N.º / de / /

*Criticas ao 4.º aniversário  
 da morte de Renaluc*

**O SR. JOSÉ-MARIA MAGALHAES:**  
 (Comunicação — Lê:) — Senhor Presidente, quis o destino implacável

comemorar o sistema de Governo que tratou a Revolução de 64 com lágrimas, dor e luto.

Repetiu-se em Brasília os lamentáveis acontecimentos da Guanabara.

Se vítimas não houve, agradecemos à Providência Divina, pois eu mesmo, Sr. Presidente, ouvi cerca de 5 tiros disparados. No Movimento de Brasília. O estudante e bancário João Ferraz Lima tomou um tiro na parte anterior do hemitorax direito, à altura do 5º espaço intercostal, com orifício de saída posterior, após transfixação do lóbulo superior do pulmão direito.

Se a bala fôsse do lado esquerdo, nas mesmas condições, iria transfixar-lhe a parte auricular do coração, ou a veia cava superior, e teria o estudante de Brasília, morte fulminante. João Ferraz Lima teve apenas mais sorte do que Nelson Luiz, mas o balaço que recebeu tinha a mesma intenção: tirar-lhe a vida.

O episódio se verificou, às 22h 30m nas imediações da Escola Tomaz Jefferson, na W-3 e, dentre os colegas que o socorreram, dois presenciaram toda cena, um deles me pediu que não revelasse seu nome, pois seria perseguido pelo Governo; o outro, Paulo Caldas Araújo, Radialista, está disposto a prestar declarações na CPI que esta Casa vai instalar.

Visitei, sábado pela manhã, a vítima no Hospital Distrital, segundo andar, juntamente com o Deputado Hermano Alves. Visitei-o como médico e também em nome da liderança do MDB, por sugestão e designação do seu Líder Deputado Mário Covas. O jovem havia saído da mesa de operação, onde foi submetido à cirurgia sob a ação de um renomado cirurgião cardíovascular desta cidade, cujo nome possuo. Seu estado inspira o máximo cuidado, já que sofreu hemorragia intratorácica (hermopneumotorax), estando ainda com um dreno na parte antero-lateral do hemitorax direito.

Interessante, Sr. Presidente, é que ao chegar a casa o rádio dava a notícia que o estudante baleado já tinha obtido alta.

Mentira deslavada, como mentira é afirmar que os policiais estavam desarmados.

Fica aqui, portanto, nossa denúncia, Sr. Presidente. As cenas de violência se repetiram e se vão repetir cada vez mais, enquanto estivermos condicionados a esse malsinado sistema militarista que se apossou da nossa Pátria e roubou a liberdade do nosso povo.

Ficamos sabendo, também, Senhor Presidente, que o Estado do Sargento hospitalizado é grave, gravíssimo. Mas este também é uma vítima do sistema militarista que se impôs ao povo brasileiro, povo que ama a liberdade, a paz, e que agora vive os dias mais intranquilos, debaixo de uma arbitrariedade e de uma violência que não condizem com a tradição cristã do povo brasileiro. (Muito bem.)

ANEXO N.º 18

CONGRESSISTA: JOSE MARIA MAGALHÃES  
 PROJETO N.º \_\_\_\_\_ CAMARA  
 N.º \_\_\_\_\_ SENADO  
 DC de 3 / 4 / 68 - CN Pg 237  
 DO N.º 1 de 1 / 1

220

*do Criticos à Nota  
 Federal do Prefeito do Distrito  
 Federal acerca de  
 acontecimentos  
 estudantis em  
 Brasília*

**O SR. JOSE-MARIA MAGALHÃES**  
 (Comunicação, Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, agrava-se a cada momento a situação nacional em consequência do despreparo, da incompetência e, sobretudo, do primarismo de todos os homens que detêm, nesse esquema militarista a que estamos condicionados, uma parcela de poder.

Há poucos minutos, Sr. Presidente, a programação das estações de televisão de Brasília foi suspensa para que viesse a público uma nota oficial do gabinete do Prefeito do Distrito Federal sobre os recentes episódios, vazada numa linguagem fascista, quase que terrorista, dando a imagem distorcida da realidade dos fatos. A técnica usada, Sr. Presidente, é a da repetição dos surrados e já antipáticos argumentos da infiltração comunista, que, a ser verdadeira, coloca muito mal o SNI, pois que não está ele cumprindo a sua missão de afastar desses movimentos os já tão conhecidos agitadores, conforme diz a nota oficial do Sr. Prefeito. Será que as centenas e centenas de pessoas absolvidas pela Justiça, todos os dias, em nosso País, incriminadas que foram de comunistas, não servem de exemplos para essas autoridades de antolhos?

O mais grave, Sr. Presidente, é que afirma a nota que o estudante baleado às 22,30 horas, nas imediações da Escola Thomas Jefferson, o foi por um agitador, e essa afirmação é feita sem nenhuma prova de ballística e sem nenhum laudo médico-pericial. Visitei, Sr. Presidente, juntamente com o Deputado Hermanno Alves, o estudante baleado no Hospital Distrital. O jovem recebeu um tiro na região anterior do hemotorax direito, à altura do 5º espaço intercostal, o qual transfixou o lóbulo superior do pulmão direito e provocou enorme hemorragia — hemopneumotórax. Se o tiro fôsse do lado esquerdo, iria transfixar o coração e a vela cava superior. Portanto, teria morte súbita. Apenas teve mais sorte do que o estudante da Guanabara.

Indagamos do cirurgião que o operou no dia seguinte se foi feito um laudo médico, e ele não nos soube informar. Conversamos com duas testemunhas de vista do ocorrido, e elas virão depor na CPI da Câmara.

A nota do Prefeito, Sr. Presidente, tacha todos os estudantes de extremistas e faz uma ameaça violenta, própria de uma mentalidade draconiana, inclusive dizendo não permitir reuniões nem no recinto universitário. Chamou, em seguida, a atenção dos pais, dos estudantes e dos extremistas, terminando por afirmar: "Amanhã a qualquer preço, a ordem será mantida".

Sabemos, Sr. Presidente, qual será o preço, mas a luta pela liberdade não tem preço; ela surge como força espontânea e passa através dos tempos, marcando a história dos povos.

Fica registrado aqui o nosso veemente protesto contra essa nota oficial, que apenas agrava uma situação e não abre perspectivas para que o entendimento seja mantido e a tranquilidade possa ser encontrada, fazendo parecer que o Governo não a deseja. (Muito bem.)

CONGRESSISTA: JOSÉ-MARIA MAGALHÃES  
 PROJETO N.º N.º  
 DC de 23/04/68 / CD-SECRET Pg. 679  
 DO N.º 1 de 1 / 1

220

*Criticas ao DOPS minuias pela Tisul de Mianco fopptamento implicados em guerrilha*

**O SR. JOSÉ-MARIA MAGALHÃES:**

(Comunicação — Lê) — Sr. Presidente, protestamos veementemente contra o fato:

No dia 19 próximo passado (sexta-feira), agentes do DOPS de Belo Horizonte, inopinadamente, invadiram a residência do médico Dr. Francisco José Neves, à Avenida Afonso Pena, 1623, apartamento 1.701, entre 11 e 12 horas quando o mesmo se encontrava almoçando com seus familiares.

O Dr. Francisco José Neves é pessoa de alto conceito social e profissional na Capital, onde exerce o especialidade de Clínica Dermatológica, sendo um dos mais competentes especialistas no tratamento do Viti-ligo.

Foi o último presidente da Associação Médica de Minas Gerais e é o atual Presidente do Conselho Superior da referida entidade.

Udenista histórico da ala mais conservadora do finado partido da "Eterna Vigilância".

Os agentes do DOPS vasculharam sua residência, alegando que o renomado médico estaria comprometido com um "Plano de Guerrilhas" no País e que tinha em seu poder panfletos e materiais de propaganda de "Guerrilhas Urbanas".

A ordem de apreensão e busca era assinada pelo Sr. Delegado Taclr Menezes Sre.

Após a busca, como é óbvio, nada encontraram a não ser livros e revistas de dermatologia.

A Associação Médica de Minas Gerais publicou (dia 20.4.68), na im-

pressão local, uma convocação para reunião extraordinária do seu Conselho Superior a realizar-se às 11 horas em sua sede. A convocação foi feita pelo atual presidente que sucede ao Dr. Francisco José Neves, Dr. Olendino Ferreira Prado.

Sobre o assunto, recebemos um telegrama e, ao que temos ciência o Sr. Vice-Presidente da República, Sr. Pedro Aleixo e os Ministros Rondon Pacheco e Magalhães Pinto receberam telegramas no mesmo sentido.

Diante desse grave episódio, verificamos que o terrorismo assola a nossa Pátria, sob a inspiração do Governo e co ma participação da parcela das forças armadas, das Polícias Militares e principalmente do DOPS e SNI, em desrespeito flagrante ao § 10 do art. 15 Oda Constituição de 1967.

Poderia, Sr. Presidente, alongar-me em considerações, fixando melhor a imagem de personalidade do Dr. Francisco José Neves, mas me encontro convalescente de uma cirurgia a que me submeti há apenas 13 dias e também desnecessário se torça alongar-me, pois a pessoa atingida é por demais conhecida em meu Estado, e esse episódio lamentável não irá macular, em nada, o seu conceito de profissional digno e honrado.

Apenas salienta esse acontecimento o clima de insegurança em que vivemos.

Poderia, também, abordar o sequestro do estudante Ageu Heringer, que durante 17 dias ficou preso numa dependência do Quartel do Exército, em Belo Horizonte, sofrendo as maiores violências, e marcando mais um capítulo trágico para as tradições democráticas das nossas gloriosas Forças Armadas. Voltaremos ao assunto.

Fica, aqui registrado o nosso protesto contra esses atos e a nossa inteira solidariedade ao médico Dr. Francisco José Neves.

Peço Sr. Presidente para que seja publicado no órgão oficial passo a ler a declaração do Conselheiro Hilton Rocha, da Associação Médica de Minas Gerais;

"Chegamos a demissão do Dr. Francisco José Neves que, por escrúpulo compreensível, necessária de um voto de confiança deste conselho para que possa com autoridade e prestígio habituais, continuar a prestar à nossa classe os valiosos serviços por que já se fez credor.

O dr. Neves foi denunciado, por uma declaração anônima e covarde, de ser um subversivo, guerrilheiro e comunista.

Tudo faz crer que a denúncia seja um amontoado de inverdades e de injúrias. Mas, se algum dia elas viessem a se confirmar, para surpresa nossa, nós é que tomaríamos a iniciativa de expulsá-lo do nosso meio.

Mas, até segunda ordem, o que sabemos dele, por tradição e exemplo, é de que se trata de um cidadão ordeiro, pacífico, democrata e respeitador, chefe de família exemplar, médico dedicado e íntegro, líder da classe a que pertencemos.

E' sob este sentimento que peço aos senhores conselheiros que, por aclamação, manifestem ao Dr. Francisco Neves o nosso respeito e admiração, para que ele prossiga altaneiro na presidência do Conselho Superior da AMMG, que ele tem sabido honrar".

Passo a ler os seguintes comunicados:

**ASSOCIAÇÃO MÉDICA DE MINAS GERAIS**

— COMUNICADO —

A Diretoria da Associação Médica de Minas Gerais em reunião

realizada dia 20.4.68, ontem, decidiu expedir o seguinte comunicado:

No dia 19.4.68, a residência do Dr. Francisco José Neves, ex-presidente da Associação Médica de Minas Gerais, atual presidente do seu Conselho Superior e membro do Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais, foi vasculhada por agentes do ex-DOPS, ordenados para esclarecer atividades subversivas de guerrilha cubana e de ligações com países comunistas que seriam chefiadas e mantidas pelo Dr. Francisco José Neves.

A Associação Médica de Minas Gerais, cientificada do fato, pelo Dr. Francisco José Neves ao se demitir dos cargos que ocupa, tomou as providências que lhe pareceram, necessárias junto às autoridades do Estado e do País, como continuará a tomá-las, sob o modo preocupada em esclarecer as origens da ordem dada e passível denúncia que a tenha determinado.

A Associação Médica de Minas Gerais vem recebendo inúmeras manifestações de solidariedade, inclusive do Sr. Secretário de Segurança do Estado, que lastimou profundamente o equívoco havido, prometendo urgentes medidas corretivas, indo até ao cerne do problema.

O Conselho Superior da Associação Médica de Minas Gerais, em manifestação unânime, calorosa e expressiva, negou a demissão pedida pelo Dr. Francisco José Neves, que continua a merecer absoluta confiança da classe.

Os médicos, que sempre estão empenhados em campanhas em prol da saúde e do bem-estar do povo brasileiro, estão unidos e cecos no repúdio à arbitrariedade.

E não se contentam em receber as escusas, que deixam incólume a personalidade do colega agredido. Os médicos, pelos seus órgãos (Associação Médica Brasileira, Associação Médica de Minas Gerais e Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais) exigem que se conheça o nome do leviano denunciante, passível de um processo pela calúnia suscitada.

a.) *Olendino Ferreira Prado*, Presidente da AMMG.

**ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA**

O Presidente da Associação Médica Brasileira enviou, de São Paulo, ao marechal Artur da Costa e Silva o seguinte telegrama:

"Apelamos espírito justiça Vossa Excelência, em nome categoria médica brasileira, seja determinada órgãos competentes ampla e integral apuração referente denúncia feita contra dr. Francisco José Neves, que ocasionou entrada seu domicílio dez elementos polícia Belo Horizonte. Investigaçao deverá demonstrar quem Dr. Francisco Neves e quem são denunciantes e seus intuítos. Quando setores públicos praticam atos causadores atrito entre classe médica e poder constituído praticam também desserviço cunho subversivo. Dr. Neves, democrata vanguarda classe, contra situação precedente revolução 1964 um dos líderes médicos defesa características liberais medicina tem posição plenamente conhecida todos profissionais há muitos anos. Afirmar aquêle digno colega defensor idéias exóticas determina unânime revolta, que nos parece ter objetivo atingir instituições e anular resultados nosso

esforço para dar colaboração Ministérios Saúde e Trabalho Previdência Social em sua tarefa de procurar eliminar antigos e graves problemas assistenciais. Atuação governo Vossa Excelência, sentido preservar garantias constitucionais vigente, permite-nos confiar nosso apelo será considerado. Reiterando nosso sincero apreço, subterevemo-nos respeitosa-mente. a) *Fernando Megre Velloso*, Presidente da Associação Médica Brasileira".

Era o que desejava dizer. (Muito bem).



CONGRESSISTA: José Magalhães

PROJETO Nº

Nº

DC de 20/07/68 CD SF 4206

DO Nº / de / /

*Reunido*  
*O.S.N.*

**O SR. JOSÉ MARIA MAGALHÃES**

(Comunicação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, vive o País uma crise criada pelo próprio Governo. As fontes de produção nacional estão totalmente paralisadas nessa expectativa tenebrosa que ameaça o destino da nossa Pátria.

Antes, era a expectativa em torno da reunião do Conselho de Segurança Nacional; depois da reunião, é a triste realidade que está aí a pairar em todas as consciências. O País está sob regime de exceção com a marginalização das forças políticas representativas da opinião pública pelo poder militar.

Não entendemos por que, ao invés disso, o Sr. Presidente da República não procura inspirar a sua conduta no trabalho realizado na IX Assembléia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

Seria muito melhor que S. Exa. virasse a página do militarismo e da força e atendesse ao diálogo com aqueles que merecem, por dever de justiça e de admiração e pelos conceitos que emitem, uma maior consideração. Que querem os Srs. Bispos do Brasil? Reforma agrária urgente reforma da Constituição, eleição direta, participação do povo na escolha dos seus mandatários. Tudo isso parece significar palavras soltas ao vento, enquanto o País paralisa suas atividades, ameaçado que está pela prepotência e pela violência.

Devo comunicar a V. Exa. e à Casa que recebi de Belo Horizonte ontem vários telefonemas com queixa contra a ação de rapazes que se dizem estudantes e que estão nas ruas colhendo assinaturas, para um memorial a ser dirigido a S.S., o Papa Paulo VI, no sentido de que afaste a subversão do clero brasileiro. Isto é muito grave, Sr. Presidente. Inclusive fazem ameaças diretas a esse líder apostólico brasileiro, D. Hélder Câmara. Triste é o país que, em vez de conservar a sua tradição, começa a afrontar esta mesma tradição.

Por isto, Sr. Presidente, lançamos daqui um protesto contra esses moç-

inhos teleguiados, filhos de pais ricos e privilegiados, que compõem a minoria nacional de 1% que detém toda a riqueza do País e que estão nas ruas, não por civismo, mas para vilipendiar as tradições cristãs do povo brasileiro.

Vou hoje para Belo Horizonte, e Deus permita que não seja abordado por um desses mocinhos, porque receberá de imediato a resposta que merece.

A conjuntura é séria, Sr. Presidente. As nossas palavras modestas, servirão como advertência. Podem deixar ruir todos os princípios e todos os ideais, mas aqui estaremos para lutar pelo maior deles: a preservação da liberdade e da democracia em nossa Pátria. (Muito bem.)

00

MINISTÉRIO DO EXERCITO  
ASSESSORIA PARLAMENTAR

INGRESSISTA: Dep JOSÉ MARIA MAGA -  
OBJETO N.º LIHÆS- MDB-MG CAMARA  
N.º SENADO  
do 7 / 9 / 68 / CD-77/97 Pg 5910  
N.º / do / /

Depoimento de militares na CPI que inves-  
tiga os acontecimentos estudantis.

*Depoimento de militares*  
*UFES - Bruni*

A medida que o processo vai esfriando, aqueles que ontem não tiveram a coragem de defender o Governo neste triste episódio, já hoje vêm a este microfone para tentar explicar os fatos e como a respaldar com sua palavra de representantes do povo, esse ato de vandalismo praticado contra a juventude do nosso País.

Por isso, protestamos mais uma vez. Esse episódio de Brasília, que afronta não só a Juventude do Distrito Federal, mas toda juventude brasileira, não ficará impune, porque temos responsabilidades para com o futuro do nosso País.

Que geração estamos preparando? Geração frustrada; geração de recalcados, de violentados, e, como disse muito bem o nobre Deputado Raul Brunini, geração de jovens que chegam saós para um depoimento e saem com manifestações psicopáticas graves.

Ressaltou muito bem o nobre Deputado Raul Brunini o critério adotado por esta Casa nas reuniões das Comissões de Inquérito, onde os depoentes são tratados com toda a dignidade e lealdade, ao contrário do que ocorre nas comissões de inquérito policiais, onde, antes mesmo do depoimento, as pessoas já sofrem pressões, como aqueles estudantes que ficaram presos em cubículos na sede da corporação militar de Belo Horizonte, inclusive um estudante filho de um Deputado do partido do Governo.

São estas, Sr. Presidente, as nossas considerações, para que a opinião pública do nosso País saiba que, nesta Casa, existe vczes não se conformam com esse atos de violências, que entendem que liberdade para acima das paixões políticas, já que ela não é subjetiva, e sim objetiva, tanto que pode ser medida e infelizmente contida. Defendemos estes princípios porque sabemos que eles repercutam, sem dúvida, a estrutura do nosso porvir. E, deixando que o tempo passe, que as coisas se acomodem, que os depoimentos contraditórios se tornem peças de relevância para o partido governista desta Casa, estamos, ao contrário, destruindo o futuro, porque a geração que aí está hoje esmagada e pressionada, irá ser responsável pelo destino do País amanhã. Nós passaremos; essa geração ficará. E ela, sem dúvida alguma, está fadada a dirigir esta Pátria.

Aqui fica nosso protesto e a manifestação de nosso estarecimento, diante dos depoimentos que ouvimos e diante, sobretudo, da atitude da Liderança da ARENA, que procura agora, atenuado o episódio, quando as atenções já estão desviadas para outros acontecimentos\* fazer, baseada nesses depoimentos contraditórios, a defesa de um Governo que, ao contrário, deve ser condenado pela prepotência, pela violência e, sobretudo, por negar ao povo brasileiro a liberdade que ele preza e que se ajusta à sua tradição. (Muito bem)

**O SR. JOSÉ MARIA MAGALHÃES**  
(Comunicação) — Sr. Presidente, ouvimos, ontem, estarecidos, os depoimentos dos militares na Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga o triste episódio da Universidade de Brasília. Não sei como homens, que deveriam dar exemplo de fidelidade à palavra, possam, num depoimento, contradizer-se com tamanha frequência.  
A oposição andou muito bem quando solicitou esclarecimentos imediatos, porque, hoje mesmo, assistimos, nesta casa, ao assanhamento da liderança da ARENA em defender a prepotência e a violência naquele episódio.

CONDICIONISTA: Sr. H. MAGALHÃES

PROJETO Nº

Nº 3 / 10 / 63 6777  
DO Nº 570 / 1 / 1

ANEXO Nº 1/12

*Solidariedade  
ao Movimento  
Grevista de Minas  
João L.*

**O SR. JOSÉ MARIA MAGALHÃES**

(Comunicação) — Sr. Presidente, manifestamos a nossa inteira solidariedade ao justo movimento grevista que eclodiu ontem em Minas Gerais, principalmente no Parque Industrial nas indústrias metalúrgicas.  
Há muito, Sr. Presidente, a situação do operário brasileiro se tornou insustentável. Não pense o Sr. Ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho, que pose cinematográfica, palavras bonitas e gráficos na televisão paguem cadernos de armazém do operário brasileiro. S. Exa. precisa colocar um parapeito nessa dilética desenfreada e atender aos justos reclamos da classe proletária, ou, pelo menos permitir que esses reclamos sejam com justiça reivindicados.  
O que acontece no Parque Industrial, neste momento é um episódio à semelhança do da Universidade de Brasília. A Força Militar do meu Estado ocupou, hoje, o Parque Industrial, distrito principal do Município de Contagem, e o fez mediante esta explicação simplista: "Com a finalidade de garantir a ordem". Mas Sr. Presidente, quem está provocando a desordem? O povo, passando fome e ainda resignado, ou o Governo, insensível às aflições, às apreensões desse mesmo povo? A desordem está do lado de lá, está do lado dos poderosos, que não têm sensibilidade, que não atentam para o que há de mais sagrado que é o salário condigno ao nosso operário, para a sustentação de sua família, para vestir seus filhos e tratá-los durante a doença. Ai é que está a desordem. A desordem está na consciência, a desordem está no espírito, a desordem está na insensibilidade deste Governo, que dá mostras de sua mistificação, com isto que está aqui em manchete: "Costa sente o apoio esmagador do povo". Se o Governo sente o apoio esmagador do

povo, por que não permite eleições diretas em 1970? Mas este é um Governo de embuste, de mentiras, que procura apenas proteger privilegiados e esmagar a classe proletária brasileira, que não têm mais liberdade nos seus órgãos de classe, porque o Sr. Ministro do Trabalho, de imediato, faz intervenção nos sindicatos que deflagram a luta reivindicatória, como acontece presentemente em Belo Horizonte, com a intervenção no Sindicato dos Bancários e no dos metalúrgicos.

Sr. Presidente, aqui fica o nosso veemente protesto. Não viemos para esta Casa para assistir impassivos a estes atos de vandalismo, com a conivência do Governo de meu Estado eleito pelo protesto pelo voto mais sagrado daqueles que, aquela altura, já repudiavam o movimento de abril de 1964. No entanto, o Sr. Israel Pinheiro, eleito com lágrimas de sangue e o suor dos mineiros, traiu este mesmo povo e logo se acobertou debaixo do pano do partido da ARENA como apauzado de um Governo discricionário. E, hoje, é o responsável pela invasão do Parque Industrial, porque a Força Policial de Minas está sob o comando supremo do Governo do Estado, e ele se prestou a isto. Não constituirá surpresa para nós se S. Exa. mandar espancar os operários que votaram nele e o elegeram. Este é o panorama a que assistimos, de traição, de insensibilidade e, sobretudo, de desumanidade. Por isto estamos aqui, para protestar e para emprestar a nossa solidariedade aos trabalhadores do Brasil e, especialmente, agora, aos trabalhadores de Minas Gerais.

Amanhã cedo, iremos para o Parque Industrial, juntamente com cinco ou seis companheiros do MDB, e lá ficaremos em vigília com os trabalhadores de Minas, para que não sejam eles cada dia mais espezinhados, humilhados e vilipendiados por este Governo desumano e insensível que se apossou de nossa Pátria. (Muito bem)

CONGRESSO J. MARIA MAGALHÃES  
PROJETO N.º  
N.º  
DC de 30/10/68 | CD-SF-ON Pg 7709  
CO N.º / de / /

ANEXO N.º 113

*Depende as manifestações  
presentadas*

**O SR. JOSÉ MARIA MAGALHÃES**

(Comunicação) — Sr. Presidente, enganam-se aqueles que pretendem debitar à juventude a intranquilidade reinante no País. A manifestação justa e válida da nossa juventude significa o anseio de participação legítima e também a expressão de reivindicações que devem ser atendidas.

A intranquilidade reinante no País, Sr. Presidente, vem em decorrência de uma doença mais séria e grave; a crise econômico-financeira que não está sendo resolvida, mas, pelo contrário, está sendo agravada dia a dia, apesar das manifestações das autoridades do Governo em sentido contrário.

Mas gráficos, dados irreais e índices não conjuram uma crise, e o termômetro da crise econômico-financeira alça: a alta do custo de vida. Cada dia aumentam mais os preços e a inflação galopante assola o nosso País. Isto gera perplexidade e desajuste em toda a dinâmica nacional. A indústria diminui sua atividade. Há queda no mercado de consumo, porque o poder aquisitivo cai; fomenta-se uma crise de expectativa e, sobretudo, agrava-se a situação no campo, no setor da agropecuária. Esta, sim, é uma crise séria, para a qual o Governo não está olhando. Até agora o Governo não elaborou um plano de aumento de produção no País. Só pudemos recuperar um pouco a situação, cuidando justamente do setor da produção.

Neste instante, Sr. Presidente, desejo registrar nos Anais da Casa uma carta que, na sua simplicidade, retrata fielmente a situação do homem do campo, do sítiante, do pequeno, do médio e do grande fazendeiro em nosso País. Esta carta foi dirigida ao Líder do meu Partido, Deputado Mário Covas, que me enviou para que fizesse este registro e por ser o seu signatário na cidade de Resende Costa, no meu Estado.

A carta está vazada nos seguintes termos:

“Exmo. Sr. Deputado Mário Covas:

Ouçó, fiadamente, a “Hora do Brasil”, e vejo que o senhor é um dos legítimos representantes do povo brasileiro.

Não temos para quem apelar, a não ser aos Srs. Deputados. É alarmante a situação dos fazendeiros e sítiantes nesta região. Existe falta de crédito, primeiramente, e depois vem a falta de mercado. Dizem que os bancos

são obrigados a empregar 10 por cento dos depósitos na agricultura e na pecuária. Até aí muito bem; mas acontece que nem em Resende Costa, nem em São João Del Rei, ninguém consegue empréstimos. É a maior má vontade do mundo. O coltado do lavrador vai aos bancos e a resposta é esta: “Não temos verba”. De seu adianta essa propaganda de rádio é jornal, que falam em “Carta de Brasília?” Só se encontra empréstimo aqui com os agiotas, que cobram até 15% de juro ao mês”.

Aqui faço um reparo, Sr. Presidente: esse é o Governo que protege todas as classes que exploram o povo, inclusive os agiotas aqui referidos.

“Os coltados não aguentam pagar. Ai protestam as promissórias e tomam as terras com que eles tratam da família. Os agiotas geralmente não pagam impostos. Há agiotas que recebem, sem fazer nada, até NCr\$ 20.000,00 de juros por mês.

Se o senhor estiver duvidando, mande investigar no cartório para ver se é mentira.

Os sítiantes estão abandonando suas propriedades para procurar cassiterita. Os enxadeiros, coltados, estão passando fome, porque além de ganhar NCr\$ 2,00 (dois cruzeiros novos) por dia, não estão arranjando serviço. O leite é vendido a NCr\$ 0,10 (dez centavos); a carne, quando acha quem compra, a NCr\$ 10,00 ou NCr\$ 12,00 a arroba.

Peço-lhe que leia ao conhecimento do Banco Central e da SUNAB esta situação. Peço também que leia esta carta na Câmara dos Deputados.

Sem mais peço-lhe desculpas pelos erros, porque tenho somente o 4º ano primário.

Do amigo, João Vilhena Sobrinho”.

Sr. Presidente, ao ler esta carta a um simples exame dela, nota-se que é autêntica, vem de um homem que possui apenas o curso primário e vive no campo, no labor diário para engrandecer este País, sentindo de todo os lados, as dificuldades. O Governo só protege os apaniguados, as forças econômicas que estrangulam este País, o intermediário que espolia o consumidor, esquecendo-se do homem que necessita de crédito e de instrumentos de trabalho para promover o progresso deste País.

Aqui fica o nosso protesto, para que o Governo possa ouvi-lo e fazer uma planificação que dê respeito à produção agropecuária em nosso País. (Muito bem.)





2 - ARTIGOS, ENTREVISTAS E DECLARAÇÕES À IMPRENSA  
=====

- 2.1 - Jornal do Brasil de 2 Nov 67, atividades na Frente Ampla
- 2.2 - Jornal do Brasil de 5 Dez 67, atividades na Frente Ampla
- 2.3 - Jornal do Brasil de 9 Dez 67, atividades na Frente Ampla
- 2.4 - Jornal do Brasil de 14 Fev 68, atividades na Frente Ampla
- 2.5 - Estado de São Paulo de 15 Fev 68, atividades da Frente Ampla.

JORNAL DO BRASIL

Nº. PRO. CSS. 181.6, P. 72

ANEXO N.º 2.1

22 NOV 1967

ANEXO N.º 73  
LANÇADO EM 6/11/67



JB 2

### “Frente” se consolida em Minas

Belo Horizonte (Sucursal) — Os principais coordenadores da frente ampla em Minas, Srs. José Maria Magalhães, Carlos Murilo e Renato Azeredo, garantem que o movimento tende a se consolidar e que sua luta não é propriamente contra o Governo, mas a favor de alguns princípios que se resumem no restabelecimento pleno do regime democrático.

O ex-PTB mineiro ainda não decidiu ingressar no movimen-

to, apesar do trabalho do Sr. João Goulart, já que o Deputado João Herculino, que indiscutivelmente é um dos parlamentares de influência no antigo Partido em Minas, vem combatendo sistematicamente a frente ampla.

#### EXPLICAÇÃO

O Sr. Carlos Murilo explica que, apesar de o ex-Presidente Juscelino Kubitschek não estar

participando diretamente de atividades políticas, sua vinculação à frente ampla já está mais que consolidada, razão por que o movimento vem ganhando raízes populares aumentadas com a adesão do Sr. João Goulart.

O Deputado José Maria Magalhães vem trabalhando junto a outros seus companheiros do MDB visando a evitar que a frente ampla seja hostilizada pelo Partido.

05 DEZ. 1967

ANEXO N.º 15  
LACRADO EM 15/2/68



### Colegiados ficam para janeiro

**Belo Horizonte (Sucursal)** — O Deputado Federal José Maria Magalhães, do MDB, anunciou ontem que, em princípios de janeiro, a *frente ampla* organizará os colegiados que a dirigirão em todos os Estados, devendo sua composição ser discutida em reunião a ser realizada na Guanabara, da qual participarão todos os principais integrantes do movimento.

O Sr. José Maria Magalhães revelou que o colegiado terá representantes das correntes lacerdistas, juscélinistas e janquistas, as quais, unidas, continuam lutando pelo restabelecimento das eleições diretas e pela redemocratização do País, lado a lado com o MDB.

Segundo o Sr. José Maria Magalhães,

a *frente ampla* é um movimento sério, que tem objetivos definidos, e luta visando uma finalidade, que é a redemocratização do País. Por isto é que os políticos que anteriormente faziam restrições à *frente ampla*, dia a dia estão-se convencendo de sua utilidade no atual momento histórico do País.

Quanto ao MDB, disse o Sr. José Maria Magalhães que os objetivos do País tido oposicionista são os mesmos da *frente ampla*, razão por que não há nenhuma incompatibilidade entre um e a outros. Ao contrário do que muitos pensam, diz o Sr. José Maria Magalhães, a *frente ampla* visa fortalecer a luta do MDB pela redemocratização do País.

**Niterói (Sucursal)** — O Presidente da Confederação Fluminense de Estudantes Secundários (COFES), Fernando La Puente, iniciou ontem contatos na Baía da Fluminense para o início, a partir do dia 15 próximo, de uma campanha de anistia geral aos punidos pela Revolução de Março de 64, valendo-se da atmosfera de solidariedade do Natal.

A COFES pretende mobilizar os estudantes para o movimento e usará o lema *Bem-Aventurados os que Perdoam. Porque Serão Perdoados*, do Sermão da Montanha, em comícios-relâmpagos e distribuição de volantes. O Presidente do órgão pretende empolgar a opinião pública nacional e sensibilizar o Governo Federal.



CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL - 2ª SEÇÃO

ORGÃO: JORNAL DO BRASIL

ASSUNTO: FRENTE AMPLA

DATA: 9/12/67

RESUMO:*"Frente ampla" em Minas é para janeiro*

105

Belo Horizonte (Sucursal) — A estruturação definitiva da frente ampla em Minas, já autorizada pelo ex-Presidente Juscelino Kubitschek e pelo ex-Governador Carlos Lacerda, começará a ser feita a partir de janeiro, pelo Deputado José Maria Magalhães, do MDB, que pretende fazer uma reunião de todos os políticos mineiros de influência interessados em integrar o movimento.

O Sr. José Maria Magalhães informou que a frente ampla, durante a reunião a ser realizada em princípios de ja-

neiro, na Guanabara, discutirá sua estruturação nos Estados, que deverá se efetivar antes de serem reiniciados os trabalhos do Congresso Nacional.

A frente ampla não conseguiu, nos últimos meses, melhorar sua situação em Minas. Houve uma retração estratégica do Deputado Federal Renato Azeredo, do MDB, muito vinculado ao Sr. Juscelino Kubitschek. Na verdade o Sr. Renato Azeredo tem explicado que sua participação na frente ampla seria apenas uma demonstração de fidelidade ao ex-Presi-

dente. Como o Sr. Juscelino Kubitschek passou para uma posição de reserva, o Deputado Azeredo também se retraiu.

O Deputado José Maria Magalhães decidiu tomar a frente do movimento, considerando, no entanto, que deve ser dirigido por um colegiado em Minas, para que apenas as três mais expressivas forças políticas do Estado tenham nele representação. Entre os deputados estaduais, apenas os Srs. Fábio Notini e Sebastião Fabiano decidiram integrá-lo.

JB. 14-2-68

Jornal do Brasil, quarta-feira, 14-2-68, 1.º Cad. — 3

## “Frente” vai ter bancadas no Congresso e nas Assembléias

**Belo Horizonte (Sucursal) —** A frente ampla vai organizar bancadas no Congresso Nacional, nas Assembléias Legislativas e nas Câmaras Municipais, que servirão de base para a sua atuação em todo o País, prevendo-se para o mês de março o início de nova ofensiva do Sr. Carlos Lacerda em vários Estados, segundo revelaram ontem os Deputados Simão da Cunha e José Maria Magalhães.

Os dois parlamentares, que seguiram ontem para Brasília depois de terem almoçado, anteriormente, com o Sr. Juscelino Kubitschek, quando foi discutida a instalação da frente ampla em Minas, revelaram que o Deputado Renato Archer deverá vir a Minas, em sua companhia, em fins da semana, para acertar pormenores do trabalho da frente ampla no Estado.

Revelaram os parlamentares mineiros que o ex-Presidente Juscelino Kubitschek só tem hoje um compromisso: o de lutar pela redemocratização do País. Por isso é que está totalmente afinado com o pensamento do ex-Governador Carlos Lacerda e vê na frente ampla o caminho mais válido para conseguir este objetivo.

As concentrações da frente ampla nos Estados, segundo ainda os Srs. José Maria Magalhães e Simão da Cunha, não serão, por enquanto, públicas, mas se restringirão a recintos fechados, pois o movimento está na fase de organização de seus diversos núcleos regionais e municipais.

Por sugestão do Deputado Simão da Cunha, os núcleos da frente ampla que terão base principalmente nas Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais, se constituirão de represen-

tações de todas as classes sociais, notadamente de operários e estudantes.

### COM LACERDA

Os Srs. José Maria Magalhães e Simão da Cunha estiveram, ainda, no Rio de Janeiro, com o Sr. Carlos Lacerda, discutindo sobre a programação a ser cumprida a partir de março próximo, quando o Sr. Carlos Lacerda deverá iniciar algumas viagens pelo interior do País, aceitando diversos convites que lhe têm sido formulados.

### CANDIDATO

**Porto Alegre (Sucursal) —** Para o Deputado Estadual da ARENA gaúcha, Júlio Brunelli, o Ministro da Educação, Sr. Tarso Dutra, será tranqüillamente candidato à sucessão do Governador Peracchi Barcelos, nas eleições de 1970.

Em recente discurso numa Comissão representativa da Assembléia gaúcha, o Sr. Brunelli criticou duramente o Sr. Carlos Lacerda, defendendo, ao mesmo tempo, o Ministro da Educação dos ataques recebidos do ex-Governador da Guanabara.

O Sr. Brunelli chegou ao ponto de antecipar que, a exemplo do atual Governador do Rio Grande do Sul, o Sr. Tarso Dutra adotará um estilo pessoal que irá surpreender muita gente. Frisou que as críticas feitas ao Sr. Tarso Dutra não abalam seu prestígio nem sua força política.

# Juscelino organiza núcleo principal em B. Horizonte

O ex-Presidente Juscelino Kubitschek discutiu ontem, durante um almoço, com os Deputados Simão da Cunha, José Maria Magalhães e Renato Archer a constituição do núcleo principal da frente ampla em Belo Horizonte — e, ao que se soube, o relatório dos parlamentares, feito verbalmente, foi no sentido de que são muito grandes as chances de êxito para o movimento em Minas, e não apenas em Belo Horizonte.

A possibilidade de adesão ostensiva à frente ampla, de parte do Coronel José Geraldo — ex-comandante da Polícia Militar de Minas e um dos responsáveis pela deflagração da Revolução de abril de 1964, ao lado do General Mourão Filho — foi admitida claramente, no encontro, segundo se soube. O Coronel José Geraldo é, desde que rompeu com o Governo Revolucionário, um virtual líder entre o efetivo numeroso da Polícia Militar de Minas.

## ALARGAMENTO

Segundo fontes políticas não parlamentares, vinculadas à frente ampla, o Sr. Juscelino Kubitschek "ainda desfruta de um imenso prestígio popular em Minas e, principalmente, entre os efetivos da Força Pública estadual".

— Há uma faixa enorme para alargamento da atuação da frente ampla em Minas, e o que se impõe, no momento, é a racionalização e o uso adequado dessa potencialidade. Não apenas em Minas, como também em São Paulo, a tendência de oposição ao Governo Costa e Silva e ao regime revolucionário é muito grande em todas as camadas sociais — disseram.

Revelaram que pesquisas recentes, feitas nos dois Estados, mostraram que a tese da eleição direta para Presidente e Vice-Presidente da República comove "grandes setores populares", que também se empolgam, "embora ainda agora com relativa ti-

midez, com questões sociais, como a da melhoria dos salários dos trabalhadores".

## NÚCLEO

Os Deputados Simão da Cunha e José Maria Magalhães opinaram no sentido de que o núcleo da frente ampla em Belo Horizonte tenderá a crescer mais rapidamente do que o de outras cidades, "não apenas porque será possível a atração efetiva de líderes importantes para a posição de combate ao Governo Costa e Silva".

Soube-se que o discurso com que o Coronel José Geraldo saudou o ex-Governador Carlos Lacerda, quando de sua visita à Assembléia Legislativa, recentemente, marcou a posição de alguns oficiais da Polícia Militar, ao mesmo tempo em que o ex-Comandante da Força Pública começou a crescer como líder em sua área.

## CONSTITUIÇÃO

Os Srs. Juscelino Kubitschek, Renato Archer, José Maria Magalhães e Simão da Cunha decidiram aguardar a divulgação das normas que deverão presidir a constituição dos núcleos regionais da frente ampla, elaboradas pelo Senador Josafá Marinho e pelo Deputado Martins Rodrigues, do comando do MDB nacional.

Estas normas já estão prontas e o Senador Josafá Marinho, que se encontra no Rio, buscava, ontem, contato com o Secretário-Geral da frente, Sr. Renato Archer, para fazer-lhe a entrega.

Essas normas são gerais e se destinam a evitar que o movimento possa ser juridicamente enquadrado e assim passível de sofrer sanções previstas na Constituição em vigor. Basicamente, a intenção dos juristas da Oposição é a de dar feição prática à frente ampla, tirando-lhe qualquer aspecto de movimento subterrâneo.

## É difícil "frente" sair à rua

Porto Alegre (Sucursal) — O Deputado Federal da ARENA gaúcha, Clóvis Stenzel, manifestou ontem opinião no sentido de que o Governo não permitirá à frente ampla realizar comícios ou outros atos públicos, porque "este movimento não pode ter prerrogativas de partidos".

Recordou o Sr. Stenzel que anteriormente já afirmara que o movimento liderado pelo Sr. Lacerda, quando pretendesse evoluir de "frente de pronunciamentos" para sair às ruas e agir como partido, seria reprimido pela Revolução.

## DEFINIÇÕES

Manifestou-se o Sr. Clóvis Stenzel contrário à tese de pacificação pregada pelo Sr. Luís Viana Filho, porque "política é es-

sencialmente competição". No seu entender, ao invés do conagraçamento proposto melhor seria "a fixação de regras políticas para disciplinar a concorrência partidária".

Desenvolvendo esta observação, disse que os atuais partidos estariam concorrendo para a estabilização no regime à medida que o MDB se convencesse de que é minoria e aceitasse o regime, e a ARENA se transformasse realmente em partido nacional, "abandonando questúnculas estaduais e municipais".

Sobre o movimento idealizado pelo Deputado Rafael de Almeida Magalhães, para criação do Bloco Independente, o Sr. Stenzel prevê que não vingará, assim como "não obterá sucesso quaisquer outros blocos que surgirem como censura ao Governo e à Revolução".

E.SP. 15-2-68

## Vai Sair Bloco Parlamentar de Lacerda e JK

NAO deve ser levado em conta o desmentido do sr. Renato Archer, pois a Frente Ampla partirá mesmo para a consolidação de um bloco independente, na Câmara: foi o que ficou decidido nos encontros entre os deputados Simão da Cunha, José Maria Magalhães, Mata Machado e Celso Passos com os srs. Juscelino Kubitschek e Carlos Lacerda.

Por sinal, todos os parlamentares frentistas estão convocados para um bate-papo, hoje, à noite, na residência da sra. Lígia Doutel de Andrade, justamente quando se anuncia a autorização do ex-presidente e do ex-governador para articulações nas Câmaras de Vereadores e Assembléa de Minas, para formação de núcleos de ação locais.

### COMICIO

Pessoalmente o ex-presidente Juscelino Kubitschek não está interessado no fato de ser o sr. Israel Pinheiro o governador. A Frente Ampla, em Minas Gerais, seguirá em relação a êle, a linha que melhor lhe aprouver. E será de oposição. Com a chegada, hoje, do sr. Renato Archer à capital federal, será tomada a decisão sobre um comício em cidade mineira, que poderá ser Diamantina, com a presença do sr. Carlos Lacerda. O ex-governador carioca tem dito aos seus companheiros que faz questão de participar de um ato público na terra do sr. Juscelino Kubitschek, para mostrar que entre ambos não sobrevive mais qualquer resquício de ressentimento.

N8.PRO.C55.181-6,P.78

ANEXO  
3



3 - INFORMAÇÕES E INFORMES  
===== = =====

- 3.1 - Informação do Gabinete Militar SN, de 1 Mar 68, sôbre panfletos da Frente Ampla
- 3.2 - Informação 204-CIE/ADF, de 26 Mar 68, sôbre via gem de CL a Governador Valadares
- 3.3 - Informação 245 - CIE/ADF, de 16 Abr 68, sôbre a tividades da Frente Ampla
- 3.4 - Informação 271-CIE/ADF, de 19 Abr 68, sôbre ati vidades da Frente Ampla
- 3.5 - Informação 357 Ch - I Ex - 2a Seção, de 31 Mai 68, sôbre atividades de Deputado do MDB, em BH.
- 3.6 - Informação 0003/69 - CENIMAR, de 2 Jan 69, sôbre José Maria Magalhães.

NS. PRO. CFS. 185.6, P. 80

PESSOAL **SECRETO**

ANEXO N.º 3.1

P. R. - GABINETE MILITAR

U R G E N T E

Assunto: Panfletos da Frente Ampla

Data: 01-Mar-68

1. São de dois tipos:

- brancos - com os últimos pronunciamentos de CL (RGS-SP-BH)
- azuis - contendo os "documentos básicos" da Frente Ampla (manifesto inicial e pactos de LISBÔA e de MONTEVIDEU - (ver anexo).

2. Consta que foram impressos em mais de uma gráfica da GB.. Sabe-se, com certeza, que só a Cia Gráfica LUX editou 1.500.000 exemplares do tipo "branco".

3. Volumes contendo exemplares são distribuídos por RENATO ARCHER aos seguintes destinatários (é provável que haja outros ainda não levantados):

- 100.000 brancos, para PETRÓPOLIS, RJ, a destinatário desconhecido (sítio de CL ?).
- 250.000 brancos e 200.000 azuis, para FLORIANÓPOLIS, SC, destinados: 50% de cada a LAERTE RAMOS VIEIRA, Rua Desembargador Pedro Silva 220; e os outros 50% a FERNANDO VIEGA, Rua Araújo Figueiredo 27.
- 1.000.000 brancos e 500.000 azuis para BELO HORIZONTE, MG, destinados a JOSÉ MARIA MAGALHÃES e ao Dep RAUL BELEM, rua São Paulo 893 apt 606. Parte destes exemplares (500.000 brancos) de verá seguir ainda hoje (19/Mar) o mais tardar, para GOVERNADOR VALADARES/MG, por intermédio de JOSÉ MARIA MAGALHÃES.

4. Ainda há, hoje, exemplares de ambos os tipos no escritório de RENATO ARCHER, na GB (Avenida General Justo 275 B, Grupo 303).

Obs.: Prosseguem as investigações a respeito do assunto.

PESSOAL **SECRETO**

Ministério do Exército  
Gabinete do Ministro  
Escalão Avançado  
CIE/ADF

BRASÍLIA - DF 26 MAR 1968

Nº. PRO. CSS. 181.6, P. 81

INFORMAÇÃO Nº 204

ASSUNTO ..... VIAGEM DE CARLOS LACERDA A GOV. VALADARES  
ORIGEM ..... SNI/ABSB (Info 108/68)  
DIFUSÃO ..... CIE - E/25.a - E/17 - E/25.e - E/40 - N/18  
DIFUSÃO ANTERIOR.... CH SNI - SNI/ARJ - GM/2 - DO/DPF

-----  
Esta Agência recebeu a seguinte Informação:

- "1 - No dia 12 do corrente houve uma reunião na residência do Dep. ~~MARTIN BORGES~~ na qual compareceram:
- JOSAFAT MARINHO (MDB/BA)
  - MARIANO BECK (MDB/RGS)
  - BERNARDO CABRAL (MDB/AM)
  - JOSÉ MARIA MAGALHÃES (MDB/MG)
  - OSWALDO LIMA FILHO (MDB/PE)
  - HERMANO ALVES (MDB/GB)
  - RAUL BRUNINI (MDB/GB), quando trataram do esquema de viagem de C.L. a Gov. Valadares no próximo dia 18.
- 2 - O Dep JOSÉ MARIA MAGALHÃES apresentou um plano para a segurança de CARLOS LACERDA devendo o mesmo seguir no dia 14 para Belo Horizonte.
- 3 - Os políticos presentes revelaram certa apreensão e em consequência decidiram solicitar providências ao Secretário de Segurança de Minas Gerais.
- 4 - O Dep RAUL BRUNINI informou aos políticos presentes à reunião que o Cel GERALDO, da PM de Minas, estará atento em Governador Valadares.

*Recebido  
5-11*



Ministério do Exército  
 Gabinete do Ministro  
 Escalão Avançado  
 CIE/ADF

BRASÍLIA - DF 16 ABR 1968

INFORMAÇÃO Nº 245

ASSUNTO ..... Atividades da Frente Ampla  
 ORIGEM..... SNI/ABSB (Info 145/68)  
 DIFUSÃO ..... CIE - E/25.a - E/17 - E/40 - E/25.g  
 DIFUSÃO ANTERIOR.... CH SNI - SNI/ARJ - CIE/ADF - GM/2

-----  
 Esta Agência recebeu a seguinte Informação:

- "1 Na residência do Dep Pe. GODINHO, em BSB, realizou-se uma demorada reunião dos Frentistas na noite de 6ª feira passada, dia 5 Abr, para exame da Portaria assinada pelo Ministro da Justiça referente às atividades da Frente Ampla. Nessa reunião foi feita uma análise da situação política nacional e conseqüente tomada de posição dos membros da Frente Ampla.
- 2 - Da reunião, participaram, os Dep MARTINS RODRIGUES, OSWALDO LIMA FILHO, RENATO ARCHER, RAUL BRUNINI, JOSE CARLOS GUERRA (ARENA/PE), JOSE MARIA MAGALHÃES, HERNANO ALVES, RAFAEL NORRIRA ALVES, MARIO COVAS, LIGIA DOUTEL DE ANDRADE, DAVID LERER, CARLOS MURILLO, BERNARDO CABRAL, WILSON MARTINS e JOSAFAT MARINHO, que entre outros assuntos decidiram:
  - a) criar um novo movimento com sigla diferente;
  - b) impetrar mandado de segurança no S.T.F.;
  - c) solidarizar-se com C. LACERDA, J.K. e J.GOULART;
  - d) realizar os programas da F. Ampla já esquematizados sob a bandeira do MDB, evitando falar na Frente Ampla;
  - e) Marcar nova reunião da F. Ampla, na GB, para segunda ou terça feira próxima (15) onde esperam contar com a presença de C. LACERDA para traçar novos rumos ao movimento.
- 3 - Os Dep JOSE CARLOS GUERRA (ARENA/PE) e OSWALDO LIMA FILHO, declararam que a "Semana do Recife" de 22 a 27 do corrente mês contará com a presença de C.L. e terá a cobertura do MDB. Está prevista a participação de líderes sindicais e líderes estudantis, particularmente da Universidade Católica.
- 4 - Por ocasião da reunião em questão, o Dep MARTINS RODRIGUES, recebeu comunicação do Dep MARIANO BECK de que a programação prevista para ser executada pelos Frentistas do R.G.Sul, passaria automaticamente à responsabilidade do MDB."

*Beck  
 R.G.Sul*

CONFIDENCIAL

ANEXO N.º 34 A

Ministério do Exército  
Gabinete do Ministro  
Escalão Avançado  
CIE/ADF

BRASÍLIA - DF 19 ABR 1968

INFORMAÇÃO Nº 271/68

ASSUNTO ..... Atividades da Frente Ampla escudadas na legenda do M.D.B.

ORIGEM ..... SNI/ABSB (Info nº 145-A/68)

DIFUSÃO ..... CIE - E/25.a - E/17 - E/22 - E/40 - N/18

DIFUSÃO ANTERIOR.... CH SNI/ - SNI/ARJ

-----  
Esta Agência recebeu a seguinte Informação:

"Segundo comentários dos Deputados JOSÉ MARTINS RODRIGUES (MDB/CE), HERMANO ALVES (MDB/GB), JOSÉ MARIA MAGALHÃES (MDB/MG), EDGARD DA MATA MACHADO (MDB/MG), MARIO COVAS (MDB/SP) e JOSÉ CARLOS GUERRA (ARENA/PE), as atividades da F. Ampla terão continuidade escudadas na Legenda Partidária do MDB, até que um outro movimento com sigla diferente seja criado."

CONFIDENCIAL

**CONFIDENCIAL**

NR. PRO-055-183.61P-89

MINISTERIO DO EXERCITO  
I EXERCITO - 2.ª SEÇÃO

RIO, GB, 31 Mai 68.-

- 1. ASSUNTO: Atividades de Dep do MDB em BELO HORIZONTE/MG.-
- 2. ORIGEM: (ID/4) - 4ªIM/4ªDI
- 3. CLASSIFICAÇÃO: ..
- 4. DIFUSAO: CIE - Arq
- 5. DIFUSAO ORIGEM: I Ex - AD/4 - I/11ª RI - 4ª Cia Int - CM/J FORA
- 6. ANEXO: ..
- 7. REFERENCIA: Informação n.º 204/68/E2/4ª IM, de 21 Mai 68.-

INFORMAÇÃO N.º 357 - CIV 68

1. Os deputados federais do MDB, MÂRCIO MOREIRA ALVES, HERMANO ALVES, SÍMÃO DA CUNHA, EDGARD DA MATA MACHADO, JOSÉ MARIA DE MAGALHÃES e JOÃO HERCULINO, estiveram em Belo Horizonte e entraram em entendimentos com estudantes e dirigentes sindicais, a fim de manifestar-lhes apoio nas questões relacionadas com os últimos acontecimentos estudantis e operários naquela capital.

2. Os deputados MÂRCIO MOREIRA ALVES e JOSÉ MARIA DE MAGALHÃES, em entrevista ao jornal "SOL", declararam que a Comissão de Deputados da Câmara Federal, que com autorização do Ministro do Exército, visitou os estudantes presos pelo encarregado do IPM naquela capital, foi congeda pela ID/4, no sentido de que não constasse de seu relatório "servícias e maus tratos" verificados pela mesma contra os referidos presos.

Estes Deputados com isso, pretendem desmoralizar e desacreditar a Comissão de Deputados que na realidade nada constatou de mau praticado pelas autoridades contra os estudantes.

3. O Diário da Tarde de 16/5/68, que circula em JUIZ DE FORA/MG, publica a seguinte notícia:

**"DEPUTADO INTERROGA MINISTRO**

BRASÍLIA, 16 (Meridional) - O Deputado HERMANO ALVES (MDB/GB) solicitou as seguintes informações ao Ministro do Exército:

- Quem determinou a instauração de IPM sobre atividades estudantis em Belo Horizontes? Quem designou OTÁVIO AGUIAR DE MEDEIROS para presidir aquele IPM? Quais os fatos que determinaram instauração daquele IPM? Qual legislação específica que justificou ou serviu de fundamentação para que instaurasse o referido IPM? Qual a relação do CPOR de Belo Horizonte com o IPM acima mencionado."

**CONFIDENCIAL**

CONFIDENCIAL

GRAU DE SIGILO

MINISTÉRIO DA MARINHA

DATA / 2 / 1 / 1989 Nº 0003

CENTRO DE INFORMAÇÕES DA MARINHA

ORIGEM: XXX~~XXXXXXXX~~ INFORMAÇÃO / ~~XXXXXXXX~~REFERENCIA: GMM - CEMA - CSN - CENIMAR.

DISSEMINAÇÃO: \_\_\_\_\_

AVALIAÇÃO	
CONFIANÇA	<u>XX</u>
VERACIDADE	<u>XX</u>

INDICE DE CLASSIFICAÇÃO

DISSEMINAÇÃO ANTERIOR XXX

(Preenchido pelo recebedor)

PARA ADIDOS - País de origem-----País/área a que se refere-----

JOSE MARIA MAGALHÃES - Deputado Federal (MDB-MG)

15/7/1966 - Citado, juntamente com o deputado federal SIMÃO DA CUNHA-PEREIRA e o professor EDGAR GODOY DA MATA MACHADO, com um dos políticos que mais tem se destacado em defesa do movimento estudantil. (Nesta época era deputado estadual em Minas Gerais, pelo MDB).

15/7/1966 - Apoiou a realização do XXVIII Congresso Nacional da UNE.

29/7/1966 - Citado como um dos mais veementes defensores dos estudantes na Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Era o líder do MDB.

11/1966 - Foi eleito deputado federal, pelo MDB/MG.

21/1/1967 - Criticou, contundentemente, a edição do Ato Complementar nº 33.

4/8/1967 - Em discurso pronunciado, da tribuna da Câmara, atacou os Governos Revolucionários, criticando de maneira violenta todos os atos e procedimentos, dos mesmos. Disse, entre outras declarações: "o que se viu foi a feitura de uma Constituição draconiana, que por si só representa a soma de todas as pressões e de todas as humilhações".

12/8/1967 - Defendeu o jornalista FLAVIO TAVARES, envolvido no movimento de guerrilhas em Uberlândia.

12/9/1967 - Compareceu à "noite de autógrafos", por ocasião do lançamento do livro "TORTURA e TORTURADOS", de autoria do deputado federal MARCIO EMMANUEL MOREIRA ALVES.

CONFIDENCIAL

GRAU DE SIGILO

Cont. ANEXO N.º 3.6

FERNANDO PESSOA DA ROCHA FRANCES  
CF. DIRECTOR

CONFIDENCIAL  
GRAU DE SIGILO

MINISTERIO DA MARINHA  
CENTRO DE INFORMAÇÕES DA MARINHA

DATA / 2 / 1 / 1968 Nº 0003

ORIGEM: ~~XXX~~ -----

~~XXXXXXXX~~/INFORMAÇÃO/~~XXXXXXXX~~ REFERENCIA: ~~XXXX~~ -----

DISSEMINAÇÃO: (Continuação,,) -----

AVALIAÇÃO	
CONFIANÇA	XX
VERACIDADE	XX

INDICE DE CLASSIFICAÇÃO DISSEMINAÇÃO ANTERIOR ~~XXX~~ -----  
(Preenchido pelo receptor) -----

PARA ADIDOS - País de origem-----País/área a que se refere-----

- 18/1/1968 - Fêz parte da comitiva de CARLOS LACERDA, que foi a Belo Horizonte pronunciar uma conferência sôbre a FRENTE AMPLA.
- 20/1/1968 - Em entrevista a Imprensa, deu ample e total apoio às declarações de Sr. CARLOS LACERDA, na conferência citada acima.
- 2/3/1968 - Citado como um dos principais coordenadores da FRENTE AMPLA. ligado a JK. -X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-

---ooOoo---

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA  
MANUTENÇÃO DO SIGILO DESTES DOCUMENTOS  
(Art. 62 - Dec. n. 60:417/67 - Regulamento  
para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos).

CONFIDENCIAL  
GRAU DE SIGILO

JOSÉ MARIA MAGALHÃES

Histórico

- Em Nov 67 - Acusou o govêrno, em discurso na Câmara, de que estava "bêbedo" em Belo Horizonte, consumindo a comitiva Presidencial 1.250r litros de Whisky.
- Participou ativamente da exploração ao incidente da Universidade de Brasília, visitando estudantes presos e apresentando denúncias de violências policiais, segundo exames a que dizia ter submetido as supostas vítimas.
- Apoiou os estudantes por ocasião da invasão ao Congresso, quando se reunia o Congresso Latino-Americano.